

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE  
INSTITUTO DE LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS  
MESTRADO EM HISTÓRIA DA LITERATURA**

**A CRÍTICA PÓS-COLONIAL E O ROMANCE DE EÇA  
DE QUEIRÓS**

MARIA CAROLINA SOUZA SILVEIRA

RIO GRANDE

2010

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE  
INSTITUTO DE LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS  
MESTRADO EM HISTÓRIA DA LITERATURA**

**A CRÍTICA PÓS-COLONIAL E O ROMANCE DE EÇA  
DE QUEIRÓS**

MARIA CAROLINA SOUZA SILVEIRA

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Letras da Fundação Universidade Federal de Rio Grande como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História da Literatura.

PROFESSOR DOUTOR JOSÉ LUIS GIOVANNONI FORNOS  
Orientador

RIO GRANDE  
2010

## **AGRADECIMENTOS**

À minha família, por compreender meus momentos de ausência; meus pais, por me incentivarem e apoiarem incansavelmente; meus irmãos, sempre dispostos a me animar nas horas mais cansativas; Thiago, por me acompanhar nessa caminhada.

Aos meus amigos, verdadeiros irmãos que a vida me deu: Carolina Alves, minha conselheira; Mateus Rocha, Marcelo Bertolli e Cleber Bolbadilha, responsáveis pelos momentos de diversão; Luiza Silva, sempre disposta a me ajudar com um carinho admirável; Adriana Gibbon, por toda ajuda profissional e, sempre que possível, pela companhia destacável.

## RESUMO

José Maria Eça de Queirós é considerado um dos maiores escritores lusitanos por conceber romances capazes de aferoar a sociedade portuguesa através da descrição fiel dessa somada ao sarcasmo de sua linguagem. Nessa perspectiva, as análises decorrentes de seus textos costumam voltar-se para esta realidade corrompida, na tentativa de dissecar seus aspectos, recaindo, inevitavelmente, em assuntos como o casamento como instituição falida, o adultério, as mulheres representando o pecado e a perdição, e o incesto. Porém, o foco desta dissertação afasta-se um pouco desta linha de pesquisa. Dois romances do escritor, *O primo Basílio* (1878) e *Os Maias* (1888), serão utilizados como um instrumento para o exame do português do século XIX nas suas relações com a pátria, com suas colônias e colonos, da visão negativa acerca do próprio país, da cobiça em relação a outros países europeus e da necessidade do colonizador português caracterizar o seu colonizado como selvagem. Trata-se de um novo recorte, direcionado pelos estudos pós-coloniais, que visa valorizar ainda mais as obras do escritor português, a partir deste recente referencial teórico que são os estudos culturais.

## ABSTRACT

José Maria Eça de Queiroz is considered one of the best Portuguese writers due to his capacity of creating novels capable of criticizing the Portuguese society through a faithful description and a sarcastic language. Considering these characteristics, the analysis related to his texts usually turn to a corrupted reality in order to dissect its aspects focusing, inevitably, in issues such as marriage as a broken institution, adultery, women representing sin and destruction, and incest. But the focus of this dissertation departs somewhat from this research line. Two novel of the writer, *O primo Basilio* (1878) and *Os Maias* (1888), will be used as a tool to examine the nineteenth century Portuguese in their relation with the country, with their colonies and colonists; the negative view about their own country, the greed for other European countries and the necessity of characterizing the colonized as wild people. This is a new perspective, guided by post-colonial studies, which aims to enrich the texts of the Portuguese writes taking into account the cultural studies.

## SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	07
<b>1 CONTEXTO HISTÓRICO E POLÍTICO.....</b>	<b>10</b>
1.1 Crise na Europa no século XV - A expansão marítima.....	10
1.2 Portugal sai na frente.....	12
1.3 As precoces dificuldades da nação portuguesa.....	14
1.4 Portugal perde o Brasil.....	16
1.5 A desarmonia de Portugal em relação à Europa.....	19
1.6 Causas da decadência.....	22
<b>2 BIOGRAFIA DE EÇA DE QUEIRÓS.....</b>	<b>31</b>
2.1 O polêmico tema da infância.....	31
2.2 Coimbra.....	33
2.3 Escrita inovadora.....	34
2.4 As Farpas e as Conferências do Casino.....	35
2.5 Morte.....	36
2.6 Eça de Queirós e a política colonial.....	36
<b>3 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS.....</b>	<b>41</b>
3.1 Estudos culturais.....	41
3.2 Identidade do português.....	49
3.3 Viajante e o contato colonial.....	52
3.4 Papel do romance.....	53
<b>4 DOMINAÇÃO, CONTATO E INTERCULTURALIDADE NA OBRA QUEIROSIANA.....</b>	<b>55</b>
4.1 O primo Basílio.....	55
Os Maias.....	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
REFERÊNCIAS.....	95

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esta dissertação de mestrado tem por objetivo analisar dois romances do escritor português Eça de Queirós: *O primo Basílio: episódio doméstico* (1878) e *Os Maias – Episódios da vida romântica* (1888). As leituras propostas visam verificar de que forma a literatura escrita por esse autor representa a imagem que ele tem do próprio país, como são versadas as colônias e ex-colônias de Portugal e como o português é apresentado no papel de colonizador, contribuindo assim com uma pesquisa de enfoque diferenciado no âmbito acadêmico, em obras que, datadas do século XIX, já receberam variadas análises sem, contudo, darem devida relevância às relações de poder que se estabelecem na escrita, entre as nações e seus povos.

As escolhas para a composição do amparo teórico somente se tornam possíveis a partir da ampla área de abrangência das narrativas de Eça de Queirós. A literatura que produziu permitiu, ao longo dos anos, análises de diferentes enfoques, sendo a maioria direcionada à sociedade portuguesa. Sociedade que, sobretudo em seus primeiros textos, aparece enferma, com suas mazelas apontadas com afinco, possibilitando um exame profundo de cada personagem de suas tramas.

Torna-se necessária, em um primeiro momento, uma retomada histórica que nos mostrará as causas das grandes navegações em que se lançam algumas nações a partir do século XV. Em um primeiro capítulo, denominado “Contexto Histórico e Político”, há um desenvolvimento sobre o pioneirismo português em sua expansão marítima, fato que tornou o país líder no processo de posse e desbravamento de terras por ele recém descobertas, dando-se início, através desses novos contatos, às relações que irão ser representadas mais tarde nas obras de Eça. Cabe também apontar, em uma seção intitulada “A desarmonia de Portugal em relação à Europa”, as falhas que a nação apresentou em seu grande empreendimento, levando-a a situações delicadas de poder com outros países que, mesmo não tendo sido pioneiros na empresa marítima, souberam melhor administrar sua posição e acabaram por ditar as regras àquele que primeiro se lançara aos mares. Portugal, graças à má administração de seu ousado projeto, torna-se a

região europeia menos tendenciosa ao progresso e com uma população ciente do fracasso de seu império e da sua submissão aos países vizinhos. Essa consciência tida pelo povo português o faz adotar um comportamento tanto de povo colonizador quanto de povo colonizado, dando um aspecto curioso às suas relações de poder com países estrangeiros, colônias e ex-colônias.

Para um estudo mais elaborado sobre o passado de Portugal, desde seus momentos de glória e força frente às dificuldades até sua decadência e estagnação, o historiador britânico Charles Ralph Boxer, profundo conhecedor da história colonial portuguesa, revela-se o suporte teórico mais completo e contextualizado, uma vez que é considerado especialista nas experiências ultramares lusitanas. Em seu livro *O Império colonial português (1415 - 1825)* o historiador traça a trajetória do país desde seus momentos dourados até sua penúria, explicando falhas nos aspectos políticos, religiosos, econômicos e culturais. Boxer, ao dissertar sobre essas duas fases da nação portuguesa, é capaz de fazer um balanço entre os dois períodos, destacando tanto superioridades quanto imperfeições em todas as circunstâncias da vida lusitana condizentes ao intervalo de tempo sobre o qual escreve.

Na sequência, embora muito já se tenha escrito sobre a vida de Eça, uma olhada sobre sua biografia não se torna irrelevante. No capítulo seguinte, intitulado “Biografia de Eça de Queirós”, alguns aspectos de sua vida são levantados no intuito de destacar influências em sua carreira que, mais tarde, nas análises textuais, poderão ser averiguadas. Queirós possui uma abundância de textos escritos com seus contemporâneos portugueses que esbanjam detalhes lusitanos do século XIX, sempre cobertos de ironias e questionamentos. Conceitos importantes para este estudo, como a política colonial, são tratados pelo escritor quando escrevia para jornais ou participava de conferências, enriquecendo de maneira inquestionável, a posterior leitura de seus romances.

A seguir, no capítulo chamado “Pressupostos Teóricos”, buscar-se-á um embasamento em importantes nomes de críticos dos estudos culturais que trabalham relações de poder em textos literários. Conceitos como os de cultura, imperialismo e identidade serão discutidos para dar sustentação às análises. Além de um direcionamento destes debates dos estudos culturais ao poderoso imperialismo exercido pela Europa no século XIX, poderio esse que deixa suas marcas até hoje na sociedade, busca-se aqui um exame profundo de alguns romances europeus condizentes a essa época, que explore como o imperialismo e



as relações colonizador e colonizado foram registradas. Trata-se de um estudo, conforme realizou o intelectual Edward Said em romances ingleses, sobre a influência da cultura na experiência imperial.

Delimitados os caminhos teóricos que orientam a crítica, dar-se-á seguimento ao trabalho com o *corpus* ficcional, no qual são discutidas as conexões escolhidas como foco de estudo: o português, suas ligações com o próprio país, com o resto da Europa e com suas colônias e ex-colônias. Os textos são estudados segundo a ordem cronológica de publicação. Contudo, se tal cronologia fosse ignorada, o resultado obtido não se alteraria. Isto porque foram escolhidos para a análise dois romances que fazem parte de um mesmo momento do escritor português, em que ele busca, da maneira mais explícita possível, alfinetar o país e suas classes sociais. O descontentamento com a nação é nítido e as discussões sobre ciência, política, economia, saúde pública e, principalmente, envolvimento adúlteros, parecem ser estimuladas durante o encontro das personagens.

As análises das obras seguirão uma sequência balizadas pelos próprios acontecimentos nos romances. Sempre que possível haverá uma retomada de âmbito teórico para que se possa sustentar asserções de fundo investigativo e melhor compreender articulações dos conceitos em estudo. Por vezes, já que os dois romances aparecem examinados separadamente, haverá reincidência de temas em diferentes momentos da produção. Fato que se deve à tentativa de apontar com destreza a obstinação de Eça de Queirós em apontar o retrocesso de Portugal quando o país é comparado ao resto do continente.

As considerações finais apontarão a importância do retorno a textos narrativos canonizados pela História da Literatura, para que esses possam ser analisados sob a perspectiva dos estudos pós-coloniais que vêm sendo desenvolvidos. O exame das duas obras escolhidas é envolto de conceitos complexos como os de identidade e cultura que aproximarão as narrativas do escritor Eça de Queirós, na tentativa de se relacionar literatura, história, cultura e a influência que cada um desses aspectos tem um sobre o outro.

## **1 CONTEXTO HISTÓRICO - POLÍTICO**

### **1.1 Crise na Europa século XV - A expansão marítima**

O início da Idade Moderna na Europa é marcado por uma crise comercial que levaria o continente a uma movimentação para solucionar seus numerosos problemas e ainda trazer lucro aos seus países. Esta movimentação é a expansão marítima, que em breve lançaria a Europa em um duradouro empreendimento comercial. A crise instala-se no comércio já que, concomitantemente, variados fatos ou ações tomam rumos inesperados, como a falta de centralização do poder na Europa, o descompasso na produção artesanal e alimentícia, a escassez de metais preciosos, as epidemias e a fome.

O primeiro fator a ser enumerado, que leva os países a essa busca de novas terras, é a desunião europeia. A Europa estava dividida, desde o Império Romano, em pequenos reinos que não se aliavam na luta contra seus inimigos coincidentes e que ainda lutavam entre si. Existia a disputa entre os príncipes e reis que acabavam achando somente na expansão comercial a solução para as dívidas que faziam com os banqueiros em épocas de guerra dentro do próprio continente. Esta desunião ainda desfavorecia os europeus em relação a outras populações como a dos chineses e japoneses, possuidores de fortes governantes que por decisões individuais detinham em mãos o desenvolvimento de todo o continente. A centralização do poder neste momento era um dos fatores que poderiam influenciar no crescimento do comércio dos países. A Europa, mesmo com o surgimento de algumas monarquias centralizadas, ainda não detinha uma autoridade política única e entrava em desvantagem no que concernia ao auxílio de seu desenvolvimento comercial.

Outra situação que leva a Europa à expansão marítima é o descompasso entre a produção de alimentos, a produção artesanal e suas respectivas comercializações. A produção alimentícia era baixa devido ao regime de produção servil, não sendo ela suficiente para suprir as necessidades da população nos centros urbanos. Concomitantemente, a produção artesanal aumentava, sem crescer junto com ela um público rural interessado em seu consumo, já que

possuíam restritas condições financeiras e sustentavam-se através do sistema feudal. É indispensável a busca de novos comércios que pudessem oferecer alimentos, especiarias e metais preciosos abastecendo a Europa através de baixos custos, como também apresentassem interesse em sua produção artesanal.

Motivo que, do mesmo modo, vinha retraindo o comércio, era o frequente gasto dos nobres europeus em especiarias do oriente. Todo o pagamento das especiarias era realizado com metais preciosos levando a um esgotamento destas riquezas na Europa. Tais especiarias eram trazidas por uma cara rota, onde os muçulmanos, em longas caravanas pelo deserto, alcançavam o mediterrâneo e as repassavam para cidades italianas, como Veneza e Gênova, que por sua vez as distribuíam, obtendo grande lucro, por toda a Europa. Com as minas esgotadas, os europeus vão buscar ouro e prata em outros continentes, além de investigar novas rotas que pusessem um fim ao monopólio árabe-italiano.

As epidemias, a fome e a exploração dos servos pela nobreza no serviço medieval geraram o desaparecimento dos trabalhadores, o que também colaborou para o enfraquecimento do comércio. Com a escassez de mão-de-obra, a Europa busca uma forma de reverter a estagnação da economia. Novamente, temos uma situação que leva à busca de mercados produtores, capazes de dar subsídios ao continente com matérias-primas e consumidores para os produtos europeus manufaturados.

Além dos motivos até aqui assinalados, havia também aqueles que deixavam transparecer na expansão marítima um caráter positivo, que favoreceria o continente. Dentre eles está a chance que os governantes viam na possibilidade de se livrarem de prostitutas, pobres, mendigos, ladrões e dissidentes religiosos. Essas pessoas eram tidas como inúteis e o melhor destino para elas seriam as novas terras descobertas. Da mesma forma, o interesse no desbravamento de novos espaços apresentava à sociedade um novo homem, mais curioso, mais aventureiro e corajoso, mais interessado pelas coisas do mundo, capaz de desbravar arduamente essa grande incógnita que eram as viagens marítimas. O homem europeu ambicionava novas terras, novos povos, motivado principalmente pelo lucro, mas também por almejar grandes feitos e vitórias.

Apesar de toda esta extasiante idéia de desbravamento dos mares, no final do século XV, muito pouco era sabido pelos europeus sobre outras civilizações que habitassem fora de seu continente. Tudo o que sabiam era contado por viajantes

que, ao voltar à Europa, misturavam fatos verídicos a feitos fantásticos. Mesmo com poucas e, por vezes, incertas informações trazidas sobre outros povos, ainda assim comparações eram feitas entre a Europa e outros continentes e destacava-se a fragilidade dos europeus em relação às civilizações do oriente.

A fragilidade devia-se à ausência de uma força política única e centralizada, como existia nos governos chineses, japoneses e muçulmanos, por exemplo. A Europa também era considerada um continente pouco populoso, estando constantemente ameaçado. Além disso, o Renascimento cultural não trouxera para os europeus grandes avanços, fazendo com que seu nível de conhecimento científico estivesse bem abaixo dos povos asiáticos. Mesmo em desvantagem, os europeus estavam determinados a conquistar novas terras e povos. Além da motivação pelo lucro e a idealização de aventuras e feitos heróicos, havia para eles o principal motivo: o intuito de salvação de almas através da palavra cristã.

Melhorando ou não a situação mundial, foram os viajantes europeus, especialmente portugueses e espanhóis, que tornaram possível a união de uma separada e alienada sociedade humana. É por isso que para muitos, os descobrimentos ibéricos são considerados o maior acontecimento na história, uma vez que geraram um prosseguimento sistemático de descobertas por viajantes da Europa e de outras partes do mundo:

Foram os exploradores portugueses e os conquistadores castelhanos da orla ocidental da cristandade que uniram, para o melhor e para o pior, os ramos separados e distantes da grande família humana.<sup>1</sup>

## 1.2 Portugal sai na frente

De acordo com o historiador britânico Charles Ralph Boxer, a Portugal dos séculos XIV e XV pode ser visualizada através dos romances escritos por Eça de Queirós um pouco mais tarde, no século XIX, que descreve sua população “plebe beata, suja, e feroz”<sup>2</sup>. Segundo Boxer, que na sua versão original é conhecido como *The Portuguese Seaborne Empire*, o país caracterizava-se por:

Uma nobreza e uma classe médias turbulentas e traiçoeiras; camponeses e pescadores trabalhadores mas imbecis; e uma população urbana de

---

<sup>1</sup> BOXER, 1969, p. 25.

<sup>2</sup> Idem, p.27.

artesãos e jornaleiros do tipo da população lisboeta descrita por Eça de Queirós, o maior romancista português<sup>3</sup>.

A nação pioneira nas descobertas marítimas possuía uma economia baseada no trabalho agrícola nos campos. É claro que as ocupações marítimas foram muito importantes na história portuguesa, mas a idéia de que os portugueses eram em sua maioria marinheiros obcecados por novas descobertas é errônea.

Fora o primeiro país a dar início à expansão marítima, uma vez que, na época, era considerada uma região forte para tal aventura devido a dois motivos centrais: fora o primeiro país europeu a concentrar precocemente o poder nas mãos do rei, não se envolvendo, portanto, em guerras civis; e por ter um forte grupo mercantil.

Através da Revolução de Avis, onde a burguesia portuguesa, aliada a D. Pedro, derrubou a nobreza feudal, que na época estava associada aos castelhanos, deu-se início ao absolutismo português, principal responsável pelo pioneirismo da nação na navegação e exploração do caminho marítimo para as Índias.

Durante o século XIV o grupo mercantil se fortaleceu, os portos portugueses tornaram-se responsáveis pelo envio de especiarias ao norte da Europa e, com o suporte financeiro da burguesia, a Dinastia de Avis fundou a chamada Escola de Sagres, que atraiu especialistas de todos os cantos da Europa. A escola, um destacável centro de estudos náuticos, permitiu aos portugueses a supremacia e o início da navegação pela costa africana.

Apesar do fortalecimento do comércio e de sua união política, Portugal ainda tinha dificuldades financeiras para seus empreendimentos marítimos. Por isso, muitas vezes o destino da expansão variava de acordo com a riqueza e, não raro, com a crença religiosa dos futuros lugares a serem desbravados. Só assim, os portugueses podiam justificar suas invasões através da religiosidade, dando um ar cruzadístico às suas expedições. Com a bênção do papa, eles levavam a nobreza da fé e fortaleciam seu comércio em terras que assegurariam riquezas ao próprio país. Essa combinação entre zelo cristão e comércio foi uma constante nos lugares onde houve a povoação pelos portugueses.

Os portugueses chegam ao Brasil em 1500 considerando de pouca valia esta nova descoberta. Aqui, não encontraram metais preciosos nem as especiarias, o que não ajuda a expansão marítima portuguesa. Por isso, nas primeiras três

---

<sup>3</sup> Idem, ibidem.

décadas, amplamente desfavorecido pelas especiarias asiáticas, o Brasil foi relegado a um segundo plano já que não oferecia grandes lucros.

O único interesse em um primeiro momento fora o pau-brasil, amplamente explorado também por franceses e espanhóis de maneira predatória. O trabalho de exploração contava também com o trabalho de indígenas que recebiam objetos atrativos dos europeus em troca de mão-de-obra. Resulta de tal exploração, e da dificuldade de impedir o contrabando da madeira devido ao vasto território brasileiro, o receio dos portugueses de que França e Espanha buscassem autonomia ante as terras. Dessa maneira, e, também, devido a perda do monopólio do comércio do oriente, Portugal decide colonizar o país.

### **1.3 As precoces dificuldades da nação portuguesa**

Para a colonização, surge a necessidade de uma atividade econômica permanente que fixasse a população naquela região. A cana-de-açúcar foi mais uma vez o produto escolhido para comercialização por Portugal. Isso porque o país já era produtor de açúcar nos Açores e em Cabo Verde, resultando daí uma vasta experiência de técnicas e conhecimentos somados a um fértil solo brasileiro. Contudo, com a banalização da produção açucareira, o produto antes considerado especiaria, é agora abundante e tem seus preços em declínio. Já nesse momento os portugueses buscam auxílio para a distribuição do açúcar na Europa. Contam, para isso, com os holandeses, que já nessa primeira fase de “domínio” português na costa brasileira, financiam a sua expansão. A colonização brasileira era considerada uma obra de grande porte que a pequena nação portuguesa sozinha não conseguiria. Os holandeses surgem como financiadores de capital e tomam parte na montagem de alguns engenhos, obtendo em troca a distribuição do produto na Europa e participando da importação de escravos negros.

A produção açucareira exige quantidade de mão-de-obra. O povo português, que na sua maioria eram camponeses submetidos à dominação senhoril ou que tinham perdido suas terras para os latifundiários, se mandados ao Brasil, aqui chegariam e, ao encontrar terra fértil e virgem, trabalhariam apenas em benefício próprio e não para o outro. Portugal, que almejava grande capital, adere, portanto ao trabalho escravo.

No Brasil, os primeiros povos a serem escravizados foram os índios, que não se adaptaram ao sistema de exploração. O trabalho rude e de caráter exploratório

não era do conhecimento dos indígenas, que normalmente trabalhavam em equipes, dedicando-se à tribo e, quando satisfeitas as necessidades desta, buscavam o lazer próprio. Não acostumados ao tipo de trabalho a que estavam sendo submetidos, a população indígena, também defasada pelas doenças trazidas pelos portugueses para as quais os índios não apresentavam nenhum tipo de resistência, começou a despovoar o litoral e se tornar escassa. Introduz-se a escravidão negra, que pouco a pouco vai tomando o lugar do indígena no trabalho escravo.

A falta de recursos dos portugueses para a colonização do Brasil leva à transferência dessa tarefa de colonização para pessoas particulares. Resolve adotar, portanto, o sistema de capitanias hereditárias, onde transfere o poder de cada capitania aos capitães-donatários, que detêm a maior autoridade em sua região de domínio, monopolizando os poderes político e judiciário. Todas as capitanias pertenciam ao rei, mas estavam sob o comando, como se fossem empresas, de uma pessoa específica que deveria investir na produção, dirigi-la e incentivar a produção dos colonos. Mais uma vez Portugal fracassa em seu sistema de governo. As capitanias não dão certo graças à falta de interesse da maioria dos capitães-donatários, à falta de comunicação entre as capitanias e aos ataques dos índios, que destruíam vilas e engenhos.

Com o fracasso das capitanias hereditárias busca-se a instauração de uma forma de governo que participasse diretamente da administração colonial. Cria-se então, em 1548, o governo-geral que, mesmo com o mau funcionamento das capitanias as mantém e as auxilia nos campos administrativo, militar e financeiro. O poder passa das mãos de um exclusivo capitão-donatário para o governo-geral.

Mesmo com a criação do governo-geral, Portugal não atinge seu objetivo de centralização do poder no Brasil – Colônia. O Brasil era um gigante vazio demográfico, com o domínio de aristocratas sob imensos latifúndios e pequenas vilas. A presença do governo português acontecia somente na Bahia, que era a sede do governo geral. O vasto território restante estava nas mãos de grandes proprietários, que ajudavam o governo a manter a ordem através do combate de negros e índios considerados rebeldes.

A coroa portuguesa precisava destes homens que eram considerados em suas vilas os “homens bons”, isto é, homens brancos e livres, donos de grandes extensões de terra e que participavam das reuniões das Câmaras Municipais. Estas foram criadas para auxiliar o governo-geral, mas, ao contrário, acabaram tomando

áreas de decisões competentes ao governo. Elas exerciam de fato o poder político no Brasil, ofuscando a função da coroa e seus representantes no governo-geral.

Portugal também enfrenta problemas no que concerne ao pacto colonial estabelecido com o Brasil. Para o país europeu era quase impossível exigir exclusividade comercial sobre sua colônia, pois a presença de administradores portugueses era escassa ante a um território extenso. Além disso, quem financiava os engenhos e distribuía os produtos pela Europa eram os comerciantes e banqueiros estrangeiros, tornando-se impraticável a expulsão destes do território brasileiro.

Em 1580, quando passa ao domínio espanhol, Portugal perde várias possessões africanas e asiáticas, fontes de especiarias e escravos. Nesse momento também enfrenta problemas com os holandeses, que, ameaçados de perder os engenhos brasileiros, destroem e permitem a fuga de escravos, desestabilizando a economia colonial. A partir do momento que se desvinculam do sistema de produção brasileiro, os holandeses começam a produzir o açúcar e superam a produção do Brasil no mercado internacional. Isso gera uma nova crise na colônia.

Para sair do domínio espanhol e manter sua independência, Portugal aproxima-se da Inglaterra, o único país com força naval capaz de ajudá-lo. Devido a essa aproximação, Portugal assina diversos contratos desvantajosos com os ingleses, ficando a sua economia cada vez mais dependente daquele país. A partir desse momento, o país que antes tivera a chance de ser pioneiro lançando-se ao mar em busca de novos territórios, perde o controle de algumas terras adquiridas e permanece em constante dependência de outros países europeus, especialmente da Inglaterra, uma vez que não conseguiu governar o que houvera conquistado.

#### **1.4 Portugal perde o Brasil**

Em 1798, as reformas administrativas, agrárias e educativas que os franceses vinham executando inspiraram portugueses eruditos, ansiosos por mudanças, e também alguns brasileiros instruídos nos campos político e social. Esse foi um dos primeiros passos na busca da independência do Brasil. Nessa época, ricos brasileiros já tinham a oportunidade de mandar seus filhos para as universidades da Europa. Quando voltavam, tomados de idéias que lá circulavam, espalhavam-nas para alguns compatriotas mais estudados e, em alguns casos, deixavam-se encorajar e se espelhavam na independência dos Estados Unidos.



Ocorria um descontentamento cada vez mais generalizado com o governo português. As razões para tal não eram as mesmas em toda parte, mas havia um desgosto geral, sobretudo em relação ao peso opressivo da tributação colonial. As diversas insatisfações deram origem a variadas revoltas, algumas precocemente abortadas, outras com algum sucesso. Essas manifestações espalhadas ao longo do país também inspiravam a população à busca da independência brasileira. Mesmo com as discordâncias entre os brasileiros e os europeus, a sua convivência não era de todo exasperada, havendo certa cordialidade entre os dois povos. Segundo Boxer,

Havia uma tensão crescente em muitas regiões entre indivíduos nascidos no Brasil, quer se tratasse de plantadores, padres, funcionários públicos ou oficiais do Exército, e os mercadores e comerciantes de origem européia, que eram frequentemente os monopolistas e os açambarcadores em todos os ramos do comércio colonial, ou que eram pessoas promovidas a cargos elevados na Igreja e no Estado, passando por cima dos Brasileiros. Não deve no entanto exagerar-se, como se faz frequentemente, a tensão entre essas duas últimas categorias. Houve muitos casamentos entre eles e muitos reinóis, como eram chamados os indivíduos de origem européia, participaram nas conspirações e revoltas abortadas que precederam a obtenção da independência brasileira, ou que se declararam a favor dela, quando foi atingida.<sup>4</sup>

Portugal segue economicamente dependente da Inglaterra. Dessa maneira, quando Napoleão Bonaparte anuncia o Bloqueio Continental, inclinado a atingir a economia britânica, e, em 1807, envia um ultimato a Portugal com exigências e prazo para aderir ao pacto, a família real foge para o Brasil e a corte portuguesa instala-se no país até 1821. Bonaparte exigia que D. João declarasse guerra à Inglaterra, fechasse os portos aos navios ingleses, prendesse os ingleses residentes em Portugal e confiscasse-lhes suas residências. Hesitante, D. João segue uma alternativa dada pelos ingleses: segue para o Brasil quando os franceses já invadiam Portugal.

No Brasil, o Estado português é remontado. Reestabelecem-se as mesmas funções, os mesmos cargos, os mesmos nomes, poderes e métodos que possuíam em Portugal em seus respectivos departamentos, conselhos e repartições. Os vícios de lá também foram para cá trazidos, como os apadrinhamentos, a nomeação de parentes para cargos públicos e a exigência dos ocupantes desses cargos que mantivessem sempre fidelidade ao rei e à metrópole.

---

<sup>4</sup> Idem, p. 197.

Uma série de medidas é adotada por D. João, sob constante influencia da Inglaterra, e, em 1815, Portugal estava arruinado. Os militares portugueses estavam em contínuo comando dos militares ingleses. Estes também dominavam o comércio com o Brasil, ficando a burguesia comercial portuguesa desmoronada. Os portugueses queriam o retorno da família real, o domínio sobre o comércio brasileiro, o fim do absolutismo e os militares ansiavam a retomada de seu prestígio que fora largamente abalado. As cortes também estavam interessadas em recolonizar o Brasil. A única maneira de acumular capital para Portugal poder se modernizar e se industrializar era retomando o controle do comércio colonial brasileiro.

D. João, pressionado, retorna a Portugal. Deixa no Brasil, como regente, seu filho Pedro. Conforme citação que Boxer faz em seu livro de D. João: “Pedro, se o Brasil seguir o seu próprio caminho, que seja antes contigo, que ainda me respeitas, do que com alguns desses aventureiros”<sup>5</sup>.

Representantes brasileiros lançam algumas propostas aos portugueses, nas quais constava que Portugal e Brasil deviam permanecer unidos. Contudo, Portugal insistia em estabelecer no Brasil um controle militar em que D. Pedro deveria voltar à Europa para terminar seus estudos. Isso gera uma revolta, uma irritação no Brasil o que os faz solicitar a D. Pedro que fique. Em um momento quase se fez a intervenção militar portuguesa que obrigaria D. Pedro a partir, mas isso não aconteceu. D. Pedro, convencido de que não poderia persuadir os brasileiros do contrário, resolve unir-se a eles e declara a Independência Brasileira em setembro de 1822. Somente no fim do ano de 1823 as últimas tropas portuguesas abandonam em definitivo o solo brasileiro e o país aceita, em sua totalidade, a autoridade do imperador D. Pedro I. E apenas em 1825, Portugal aceita, graças à intervenção britânica, a independência do Brasil.

Com a “perda do Brasil”, graças ao envolvimento de Portugal nas guerras napoleônicas e à grande permanência da corte no Rio de Janeiro, as colônias africanas e asiáticas ficaram abandonadas desde 1805 até 1825. Houve uma especulação no sentido de que pudesse haver um desenvolvimento de Moçambique, que substituiria o então país independente no sustento de Portugal. Segundo Boxer:

---

<sup>5</sup> Idem, p. 198.

a independência do Brasil levou também algumas pessoas a pensarem na possibilidade de desenvolvimento de Angola e Moçambique, para compensar a perda da colônia americana que havia sido a 'vaca leiteira' de Portugal durante mais de um século e meio.<sup>6</sup>

Contudo, Portugal estava tomado de desordens civis e a escravidão ainda dominava a sociedade angolana e moçambiquenha, o que fez regredir mais ainda o desenvolvimento das colônias. Este atraso contrariava a possibilidade de o sustento de Portugal vir, agora, destes territórios abandonados por cerca de vinte anos.

### **1.5 A desarmonia de Portugal em relação à Europa**

Portugal, em meados do século XVI, dominava uma porção do mundo superior a quantidade de terras de qualquer outro país. Sua empresa marítima adorna-se de barcos cada vez maiores e mais equipados, capazes de enfrentar tempestades e calmarias. Chega um momento, contudo, em que a Europa desperta e, por volta de um século depois, holandeses e ingleses já estavam também engajados nessas conquistas. A Europa é amplamente abastecida de especiarias fazendo com que a primazia portuguesa arruíne-se. Assim, com a mesma presteza que a nação conquista o mundo, ela o perde, restando-lhe apenas alguns entrepostos comerciais, pedaços não lucrativos do Oriente e da África.

São duas fases da história do país que, apesar de estarem temporalmente próximas uma da outra, não condizem em termos de êxito. Na primeira vemos uma nação bem sucedida, conquistando o mundo sem titubear. Na segunda, que acontece no apertado espaço de cinquenta anos, vemos Portugal desmoronar, tornar-se dependente de outros países, perder o que fora conquistado. As razões dessa ruína e do pouco proveito que Portugal faz de suas conquistas na literatura, nos costumes, na arte ou na ciência, já começam, nos séculos seguintes, a serem discutidas e um tom de mistério as envolve, restando incontestável apenas a existência do declínio a partir do século XVI.

No decorrer da Idade Média, o prestígio de Portugal com o seu continente iguala-se com o das outras nações européias. Como defende Boxer em *O Império Colonial Português*<sup>7</sup>, os portugueses eram considerados notáveis por serem um povo que, nesse momento, não se envolvia em guerras internas. A nação estava unida na luta por seus interesses e sentimentos e via o povo no símbolo de seu país,

---

<sup>6</sup> Idem, p. 200.

<sup>7</sup> BOXER, 1969.

um motivo de orgulho e não de repressão. Existiam diferentes classes sociais, mas o poder não estava concentrado em nenhuma delas, gerando uma harmonia inexistente em outros países. Da mesma maneira, não se submetiam ao despotismo religioso italiano. O povo peninsular era extramente inventivo e criador de seus próprios santos padroeiros e era justamente dessa sua originalidade que nascia a repulsa às aspirações de Roma: “fazem a religião, não a aceitam feita”<sup>8</sup>.

No que concerne à intelectualidade, também foram muito relevantes nos ramos da Filosofia Escolástica, na Teologia e na Arquitetura, levando importantes nomes à Escola e à Igreja. Essa importância atrai durante a Idade Média, estrangeiros para a escola de Coimbra, que vinham em busca de seus sobressalentes doutores. Um fator, contudo, que leva Portugal ainda além do que vinha acontecendo na Europa, é a soberania nas grandes navegações. Portugueses e espanhóis são os iniciadores dos estudos geográficos e destacam-se em tal setor, realizando seus estudos com perfeição dentro das limitações da época. O continente contava com essas duas nações e sua energia para os estudos científicos.

Na Renascença, que subsiste do século XIV ao XVI, a primeira geração de pensadores é bem representada pelos portugueses. Durante essa fase, as inovações que surgiam na Europa eram trazidas para dentro dos centros do país; renovações de estilo foram feitas através de Camões, Gil Vicente, Sá de Miranda; os melhores pensadores estão nas instituições de Portugal e Espanha; a arquitetura dos dois povos é de um inatismo e beleza admiráveis<sup>9</sup>. Na próxima geração, todavia, aquele espírito livre e criativo parece esmorecer. Os próximos representantes peninsulares na Renascença não tiveram o mesmo brilho e não souberam dar uma continuidade ao que haviam começado.

Tudo isto nos prepara para desempenharmos, chegada a Renascença, um papel glorioso e preponderante. Desempenhamo-lo, com efeito, brilhante e ruidoso: os nossos erros, porém, não consentiram que fosse também duradouro e profícuo.<sup>10</sup>

Portugal desaba e perde a sua importância em relação à Europa. Os erros do passado acumulam-se e resultam em uma decadência inadiável. E esse declínio revela-se não só na política, como também na economia, no âmbito intelectual, na

---

<sup>8</sup> QUENTAL, 1871, p. 259.

<sup>9</sup> QUENTAL, 1871.

<sup>10</sup> Idem, p. 261.

indústria, na religião e, inevitavelmente, nos costumes. O passado glorioso abre espaço à impotência em relação ao resto do continente e o progresso fica estagnado. Ao mesmo tempo, nações antes inertes vão aos poucos conquistando o mundo e desempenhando papéis anteriormente da incumbência de Portugal. O país é lançado a um sistema econômico-político que deu subsídios para ser chamado de a mais nova colônia da Inglaterra e enquanto está envolvido com seus problemas internos, vai pouco a pouco perdendo o controle das suas colônias.

A política interior, antes tão admirada pelo restante do mundo por sua não convergência a uma determinada classe social, agora está concentrada nas mãos do rei que passa a ver seu povo como posse do governo. Subjugado ao absolutismo, os portugueses adaptam-se às escolhas dos novos comandantes sem, no entanto, lutar por melhorias, sem clamar por seus direitos.

O povo português acostuma-se ao despotismo e nada faz para dele se livrar. Ao emudecerem, acabam por estagnar o progresso, inibindo o surgimento de classes trabalhadoras responsáveis pelo desenvolvimento gradual da economia do país. A classe média, considerada positiva para o progresso, é inexistente; a miséria aumenta e a riqueza se concentra nas mãos de poucos.

A emigração e as guerras civis fazem com que a população diminua consideravelmente e, em meio a todo esse caos, o *espírito original português*<sup>11</sup> desfalece e, indolente, não se empenha na luta contra a degradação que seu país enfrenta. No que concerne ao intelecto, o que restou da Renascença foi um grupo de indivíduos imitadores, sem capacidade criativa, incapaz de dar continuidade a uma geração de sábios filósofos e artistas inventivos. A sociedade portuguesa se deixa dominar pelos livros desatualizados e sua inteligência recai nas mãos de velhos doutores.

Nunca povo algum absorveu tantos tesouros, ficando ao mesmo tempo tão pobre! No meio dessa pobreza e dessa atonia, o espírito nacional desanimado e sem estímulos, devia cair naturalmente num estado de torpor e de indiferença.<sup>12</sup>

Na literatura, a única preocupação em vigência era em descrever a penúria e os episódios da vida ordinária nas *Comédias populares portuguesas*. A arte acaba por refletir fielmente a pobreza de espírito por que passava o país. E é essa

---

<sup>11</sup> QUENTAL, 1871.

<sup>12</sup> Idem, *ibidem*.

descrição que deixa marcada na história a deprimente situação em que Portugal se encontrava. Situação que, dia após dia, só fazia aumentar o definhamento da sociedade portuguesa: a ciência, por exemplo, é esquecida no país, enquanto a Europa, como um todo, engrandece através dela.

A religião passa de um gesto de fé para um ato mecânico. A convicção extingue-se e o catolicismo se torna uma prática insensata, onde frades com seus costumes deploráveis mantinham ainda a postura ameaçadora de semeadores da palavra de Deus. Aliás, os costumes de toda a sociedade estavam depravados. Começando pela corte, onde os reis davam exemplos do vício e do adultério. As classes mais inferiores corrompiam-se no sentido de alentar sua miséria, alimentando para isso os maus hábitos daqueles em melhores condições de vida. “É a época das amásias e dos filhos bastardos.”<sup>13</sup>

Uma comunhão de equívocos fez com que Portugal paralisasse no tempo durante três séculos. Após o início de seu declínio, a nação entra em um estado de torpor que lança suas consequências para sempre na história de Portugal. Suas glórias seguidas de suas falências são matéria de discussão e cada aspecto de sua decadência torna-se enigmático, sendo passo a passo analisado. Corroborando com o que foi dito, Quental, nas conferências do Casino Lisboense, comenta:

Tais temos sido nos últimos três séculos: sem vida, sem liberdade, sem riqueza, sem ciência, sem invenção, sem costumes. Erguemo-nos hoje a custo, espanhóis e portugueses, desse túmulo onde os nossos grandes erros nos tiveram sepultados: erguemo-nos, mas os restos da mortalha ainda nos embaraçam os passos, e pela palidez de nossos rostos pode bem ver o mundo de que regiões lúgubres e mortais chegamos ressuscitados!<sup>14</sup>

### **1.6 Causas da decadência**

Em conferências realizadas em Lisboa no século XIX, ministradas por importantes escritores da Literatura Portuguesa, relevante era a discussão sobre a situação de Portugal e Espanha, ambos países europeus, em relação ao resto do continente. Em suas explanações, argumentavam a necessidade de recuperar os erros do passado, no sentido de reconhecê-los e não cometê-los novamente. Defendiam, tais escritores, que não era possível para um povo viver isolado do resto do mundo e não acabar regredindo por tal reclusão. Por isso, abrem uma tribuna de

---

<sup>13</sup> Idem, ibidem.

<sup>14</sup> Idem, ibidem.

discussões, onde questões sociais, políticas e morais de todos os povos são debatidas, onde o comportamento de diferentes grupos é investigado, onde a legalidade das novas idéias é analisada, onde os fatos que rodeiam a Europa são discutidos. Dessa forma, fazem uma conexão de Portugal às importantes discussões intelectuais da atualidade, esboçando suas crenças e o resultado de seus estudos.

Pareceu que cumpria, enquanto os povos lutam nas revoluções, e antes que nós mesmos tomemos nelas o nosso lugar, estudar serenamente a significação dessas idéias e a legitimidade desses interesses: investigar como a sociedade é, e como ela deve ser; como as Nações têm sido, e como as pode fazer hoje a liberdade; e, por serem elas formadoras do homem, estudar todas as idéias e todas as correntes do século.<sup>15</sup>

Conhecedores e críticos de toda a situação de Portugal – todo o declínio que o país vinha enfrentando nos passados três séculos - esses escritores acreditam em três causas prováveis para a decadência dos países peninsulares. Trata-se de três fatores de diferentes ordens: moral, política e econômica. Em Portugal e Espanha, esses três elementos constituintes de qualquer sociedade tomaram rumos diferentes daqueles seguidos nas nações que apresentaram maiores progressos. No período de transição da Idade Média para os tempos modernos, cada país desenvolveu sua marca que, baseadas nesses três aspectos, determinaram o desenvolvimento da civilização. Os países peninsulares tiveram um progresso trágico enquanto outras nações tomavam a vanguarda da civilização. “Assim, enquanto outras nações subiam, nós baixávamos. Subiam pelas virtudes modernas; nós descíamos pelos vícios antigos, concentrados, levados ao sumo grau de desenvolvimento e aplicação”<sup>16</sup>.

O primeiro fator responsável pelo retrocesso de Portugal em relação ao resto do mundo, fator este que o arrastou durante anos por um caminho de hipocrisia e dolo, é a religião. Na esfera moral, o sistema religioso responde como causa principal à falta de progresso no país. Antes do século XVI, vivia-se com intensidade o sentimento cristão, sobrepondo-se as crenças ao que era instituído em termos de disciplina pela religião. Durante a Idade Média, a liberdade que possuíam as Igrejas peninsulares deu espaço a uma força criativa, que tornava independente seus métodos organizacionais bem como o modo de praticar sua religião. O dogma

---

<sup>15</sup> Idem, ibidem.

<sup>16</sup> Idem, ibidem.

exposto pela religião católica era aceito nunca imposto. A religião não era vista como ameaça, geradora do sentimento de receio caso o ser humano não a praticasse. Graças à independência que cada igreja tinha, sua missão não era oprimir; ao contrário, admitia aos seus praticantes maneiras diversas de pensar e agir, era mais condescendente em relação ao modo de cada crente exercer sua fé. O sentimento cristão era livre, independente de autoridades e formalidades. Praticava-se verdadeiramente a caridade e a moral elevava os costumes de seus povos.

No século XVI, no entanto, surge em países como Alemanha, França e Inglaterra – insatisfeitos com aspectos como as excessivas preocupações materiais, o desrespeito ao celibato, a venda de indulgências – uma revolução religiosa que buscava autonomia em relação às atitudes despóticas da igreja católica. A busca da verdade por um homem mais dado à ciência fez com que surgisse a contestação de rotinas e costumes de padres e do papa. Em países como Portugal e Espanha que serviam de modelo no âmbito religioso, surgem projetos de reforma liberal em sintonia com que acontecia no período e até mesmo de união com os protestantes. Nestes países, tais idéias vinham dos representantes das igrejas nacionais, até então independentes. Os planos que esquematizavam levariam “a humanização gradual da religião, a liberdade crescente das consciências, e a capacidade para o cristianismo (...) estar sempre à altura do espírito humano”.<sup>17</sup>

Em Roma, tal revolução era encarada de maneira diferente. Com medo de perder seus fiéis e sua autoridade, repelia-se qualquer idéia de conciliação e mudança de hábitos. Traça-se, portanto, um plano de reação no qual a autoridade da igreja católica deveria ser reafirmada, centralizando todas suas forças de maneira a se tornar irreduzível. Tal era a ambição absolutista do papado que conduziu as nações católicas ao infortúnio retrocesso. No intuito de coibir o movimento da Reforma que geraria perda do número de fiéis, padres e bispos se unem para traçar um movimento de reação. Surge o Concílio de Trento, que com argumentos falsos e anulações, prepondera sob as nações católicas no sentido de assegurar a unidade da fé no momento da revolução. Para a manutenção do absolutismo católico, surge a necessidade da manutenção de seus “reféns”, através da ameaça e do medo.

Por conseguinte, começam a ser expostas aos homens as consequências medonhas a serem arcadas por aqueles que não obedecessem ao papa; as suas

---

<sup>17</sup> Idem, *ibidem*.



condenações no céu; a sua incapacidade de encontrar salvação através de si mesmo; a obrigatoriedade da confissão como única maneira de estabelecer um diálogo com Deus; a necessidade da crença da presença material de Cristo.

Na questão administrativa, as *Ordens regulares* tornam-se dependentes de Roma; restitui-se ao Papa a exclusividade de julgar bispos e padres; irrompe a proibição de leitura da bíblia pelos seculares; extinguem-se as igrejas nacionais através da polícia romana e, por fim, cria-se o Catecismo que molda o indivíduo, sem ação, na doutrina escolástica.

O catolicismo torna-se o grande adversário das nações que não o seguem, gerando guerras, carnificina, discórdia entre as cidades e seus governantes e verdadeiros sentimentos de ódio, que eram escondidos nas palavras de paz que pregava a religião. Esta passa a guiar as atitudes do homem, simbolizando o terror e o irrefutável compromisso com sua prática: “ficou dogmaticamente estabelecido no mundo católico que o homem deve ser um corpo sem alma, que a vontade individual é uma sugestão diabólica e que, para nos dirigir, basta o Papa em Roma e o confessor à cabeceira.”<sup>18</sup>

Em Portugal a aderência a esse catolicismo doentio deixou suas consequências na educação, na literatura, na política, nos costumes e até em seu processo colonizador. No âmbito educacional o ensino jesuítico tolhe o verdadeiro sentimento cristão e expande conceitos falsos antes jamais explorados na religião portuguesa. O método didático utiliza meios de frustrar a capacidade criativa de seus alunos, tornando-os seguidores fiéis do que está sendo dito, extinguindo a possibilidade de questionamentos. Alienam também, seus seguidores, das descobertas científicas da época, tornando-os obsoletos e nada inventivos. Essa educação espalha-se, aumentando cada vez mais a sensação de dever, de obrigação com a religião, que pouco a pouco, vai adulterando o caráter da sociedade, hipocritizando-a, fazendo-a perder o ânimo, tirando sua dignidade e ampliando a mecanicidade da religião: “o ideal da educação jesuítica é um povo de crianças mudas, obedientes e imbecis”<sup>19</sup>. Na arte figura-se uma decadência no espírito criador que se satisfaz na descrição da sociedade decadente e na criação de odes ao divino.

---

<sup>18</sup> Idem, ibidem.

<sup>19</sup> Idem, ibidem.

Igualmente, a Inquisição é responsável pelo abreviamento das colonizações portuguesas. A desunião dos povos “colonizador” e “colonizado” surge do receio dos índios, por exemplo, do castigo que trazem os jesuítas e seus ensinamentos. Tornar-se cristão, conforme exigiam os colonizadores, era a única maneira de fazer subsistir a própria raça daqueles que tiveram seus territórios invadidos. Portugueses tornam-se o terror da civilização mundial por espalharem sua religião homicida e vivem em desarmonia com os colonizados nas áreas que invadem. Mesmo assim, seguem subjugando identidades e espalhando a morte com a fantasia de estar salvando civilizações: “Eram estes os benefícios que levávamos às raças selvagens da América, pelas mãos civilizadoras dos padres da Companhia!”.<sup>20</sup> Dessa maneira, os conferencistas portugueses crêem que haveriam de ter escapado à decadência caso tivessem seguido a reforma protestante. E citam exemplos de nações evoluídas como Alemanha, Holanda, Inglaterra, Estados Unidos e Suíça que, no século XVI, seguiram a reforma religiosa. “As mais decadentes são exactamente as mais católicas”.<sup>21</sup> Acreditam que, dos três fatores que levaram os países peninsulares a decadência, o espírito do catolicismo de Trento é o mais sério, o responsável pela ruína moral dos portugueses.

A política, da mesma maneira, é influenciada pela religião. Os reis, que obviamente eram católicos, não podiam deixar de seguir o exemplo da sua ordem religiosa para aplicá-lo em seu método de governar. Por isso, mais uma vez, Portugal – onde todas as classes sociais tinham representantes e direito de voto – antes tão elogiado pelo poder descentralizado durante a Idade Média, cai agora em retrocesso e centraliza o poder nas mãos do rei. É patente a união do rei e da religião, de forma que “a paixão de dominar, e o orgulho criminoso de um homem, apoiava-se na palavra divina. A teocracia dava a mão ao despotismo”.<sup>22</sup>

O país regride, pois tem no poder alguém que ao invés de lutar pelos interesses e direitos do povo, está cumprindo as obrigações correspondentes ao catolicismo, isto é, está a favor dos interesses de Roma. Não havia empenho pelas necessidades do povo, nem mesmo os governantes tinham conhecimento destas necessidades. Eram colocados no poder homens sem caução, sem méritos e sem capacidade de dirigir nações. Um exemplo da falta de preparo destes está em D.

---

<sup>20</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>21</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>22</sup> Idem, *ibidem*.

Sebastião que, com um exército pouco disciplinado, mal preparado, inexperiente e com pouca coesão, lança o país em guerra no norte da África e ameaça a independência de Portugal: “A respiração de milhares de homens suspendeu-se, para se concentrar toda no peito de um homem excepcional, de quem o acaso do nascimento fazia um deus.”<sup>23</sup>

O governo de Portugal era aristocrático e não dera espaço para o nascimento daquela que, muito em breve, seria a responsável pelo progresso de uma nação: a burguesia. Todas as outras classes, além da nobreza, eram anuladas fazendo com que o país caísse em grande miséria mesmo com o número de sua população decrescendo. Não havia indústria, não havia comércio, não havia ciência. O povo acostumou-se apenas a estar ao serviço de uma classe mais alta, esperando que todas as atitudes e decisões fossem tomadas por ela. Habitou-se à inação e passou a supor que as iniciativas fossem tomadas pelos outros. Perdeu sua liberdade, perdeu sua oportunidade de escolha. Quando as recuperou, contudo, não as soube utilizar e não readquiriu sua energia para lutar por seu país.

A essas duas causas, somada está uma terceira que levou os países peninsulares ao declínio: as *conquistas*. Desde as grandes descobertas realizadas por estes países, os principais livros de história dedicam-se a vangloriar tais feitos e enfatizar a importância destas que foram verdadeiras “epopéias guerreiras”. Duvidar dessas grandes travessias não é permitido; caso aconteça, é tido como um ultraje. Contudo, mais uma vez, os escritores portugueses lançam uma possibilidade para a decadência dos países que tiveram praticamente toda a riqueza do mundo e que em questão de poucos anos a perderam. E essa terceira possível causa são as conquistas.

De fato, o caráter heróico dessas grandes navegações não deve ser negado. São viagens impensáveis para a época, se comparadas à quantidade de conhecimento que se tinha. Ocuparam e vão sempre ocupar espaço na literatura portuguesa, inspirando poetas com o seu caráter intrépido. No entanto, essa constante vaidade de Portugal em relação aos seus bravos navegadores fez com que a nação parasse no tempo e não notasse que a preocupação da época tornara-se a ciência. Enquanto os países peninsulares insistiam nas suas glórias alcançadas, o resto do mundo evoluía com a economia, com a indústria. A Inglaterra

---

<sup>23</sup> Idem, *ibidem*.

torna-se a cobiça das nações por saber investir sua riqueza, fixando-a no solo através da indústria e de sua energética agricultura.

Portugal perde seu caráter agrícola justamente por causa das navegações. O agricultor deixava suas plantações e tornava-se aventureiro, lançava-se ao mar em busca de reputação ilustre. Ia em busca de glórias e também de atividades que fizessem crescer seu rendimento financeiro. Além disso, boa parte da população migra do campo para os grandes centros fazendo aumentar ali a indigência e os vícios. Inevitavelmente, a produção agrícola cai até chegar o momento em que Portugal não possui condições de concorrer com o preço dos mercados estrangeiros. Além de deixar de exportar seus produtos, surge a necessidade do país importar alimentos, tecidos, vidros, de outros países. A miséria tornava-se indomável. Enquanto isso, a nobreza gastava suas riquezas vindas da Índia em produtos do exterior, ficando cada vez mais sem recursos. A classe entrega-se aos vícios, à jogatina e ao adultério.

A esmola à portaria dos conventos e casas fidalgas passou a ser uma instituição. Mendigavam aos bandos pelas estradas. A tradição, num símbolo terrivelmente expressivo, apresenta-nos Camões, o cantor dessas glórias que os empobreciam, mendigando para sustentar a velhice triste e desalentada. É uma imagem da nação.<sup>24</sup>

Enquanto isso, em que condições se encontravam os países descobertos pela Europa? Muitos já possuíam sistemas de exportação, riquezas, tornando-se mesmo motivo de inveja para os países colonizadores. Ao mesmo tempo, as regiões descobertas por Portugal, que sem discernimento algum implanta a escravidão nestes lugares, encontram-se ainda estacionadas, mesmo depois de alguns séculos encontradas: “Portugal, o Portugal das conquistas, é esse guerreiro altivo, nobre e fantástico, que voluntariamente arruína as suas propriedades, para maior glória do seu absurdo idealismo.”<sup>25</sup>

A discrepância entre Portugal e o resto da Europa pode ser vista até mesmo nas regiões pelo país colonizadas. O progresso nas colônias da Inglaterra, por exemplo, é gritante; enquanto as colônias de Portugal enfrentam, da mesma maneira que o país que, com atitudes errôneas as colonizou, a miséria. A diferença é que Portugal não cumpriu o objetivo de suas invasões: não civilizou. A Inglaterra

---

<sup>24</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>25</sup> Idem, *ibidem*.

consegue civilizar a Índia, enquanto Portugal não. Tudo isso graças ao espírito de catequização que abria um abismo entre conquistadores e conquistados:

As religiões indígenas não eram só escarnecidas, vilipendiadas: eram atrozmente perseguidas. O efeito moral dos trabalhos dos missionários (tantos deles santamente heróicos) era completamente anulado por aquela ameaça constante de terror religioso: ninguém se deixa converter por uma caridade, que tem atrás de si uma fogueira!<sup>26</sup>

Além dos prejuízos aqui apresentados, por Portugal ter tomado rumos diferentes do restante da Europa no final da Idade Média, há um que ainda no século XIX influenciava, com semelhante estrago, o país. Trata-se da languidez do espírito nacional. A falta de forças com que o português se encontrava nada mais era que o resquício de três gerações que o cidadão atravessou de olhos fechados aos acontecimentos. A indiferença à modernidade era ainda herança da influência católica que convencionou o que era necessário ao intelecto português. Daí decorre a falta de interesse pela filosofia, pela ciência, pelos movimentos moral e social que aconteciam no século; o desejo de se instruir não fazia mais parte da identidade portuguesa.

Trata-se de um período ainda pior que o século XVI, pois nesse momento Portugal não crê com a mesma veemência nos dogmas religiosos, nem, no entanto, crê nas descobertas da ciência. O estado de torpor do português é completo. O poder absoluto da monarquia acaba. Contudo, ainda é existente a falta de ação política dos cidadãos somada à necessidade de que alguém os governe. A diferença entre ser “mandado” no século XVI e “governado” no século XIX não existe. O português segue sempre a mesma condição de servo. O espírito guerreiro e vaidoso relativo às suas grandes conquistas também esvaece. Herda de todo seu orgulho uma grande aversão ao trabalho e às indústrias, fazendo com que os grandes empreendimentos de Portugal sejam ministrados por estrangeiros: “preferimos ser uma aristocracia de pobres ociosos, a ser uma democracia próspera de trabalhadores.”<sup>27</sup>

Segundo estes escritores, Portugal está ausente do grupo de países cultos da Europa, devido aos seus erros do passado. A educação que perdurou por três séculos no país é responsável por todos os problemas que surgem e espalham-se

---

<sup>26</sup> Idem, ibidem.

<sup>27</sup> Idem, ibidem.

nos sentimentos e nos hábitos. Daí a necessidade de reconhecê-los para não torná-los a repetir. É preciso quebrar todos os elos com o passado de maneira que não haja a possibilidade de atitudes serem imitadas.

Não há a necessidade de se negar completamente a religião, mas exercê-la com a consciência da liberdade, dos progressos da ciência, da autonomia do pensamento humano, capaz de evoluir, buscando sempre o melhor. Da mesma maneira, é preciso buscar um caráter democrático para as reformas populares, onde todos os grupos, todas as vontades, tenham voz. Imprescindível também é a iniciativa do trabalho, fazendo com que Portugal entre no mundo industrial. Todas as tendências do século devem também se tornar a tendência dos portugueses, que não poderá mais negar o modernismo. O país passa a pertencer à Revolução, em busca da ordem, em busca da paz.

## 2 BIOGRAFIA DE EÇA DE QUEIRÓS

### 2.1 O polêmico tema da infância

José Maria Eça de Queirós nasce em vinte e cinco de novembro do ano de mil oitocentos e quarenta e cinco <sup>28</sup>, fruto de um confuso relacionamento, na época considerado proibido. Sua mãe, Carolina Augusta Pereira de Eça, se envolve illicitamente com o recém magistrado por Coimbra, José Maria de Almeida Teixeira de Queirós, em uma história cujo resultado seria o futuro escritor português. Por ser um filho ilegítimo, a mãe do recém nascido o entrega para aquela que é considerada a madrinha de Eça, até que haja uma união definitiva entre seus pais, fato que só ocorre quatro anos mais tarde, em 1949.

Nesse meio tempo, além de morar com a madrinha, Eça mora um tempo também com seus avós por parte de pai, tendo, nesse momento de sua vida, todos os mimos que antes não tivera. Depois de um tempo, consumada a união legítima entre José Maria e Carolina Augusta, o menino, já com dez anos, é finalmente entregue aos pais, que a essa altura já possuía outros filhos. Com o surgimento de comentários sobre o súbito aparecimento do rapaz e para que não se duvidasse da integridade do casal, Eça é enviado a um colégio interno, onde permanece até seguir para Coimbra.

Por ser considerado um envolvimento contrário à moral e às leis e, talvez por isso mesmo, mais frequente que possamos imaginar, os resultados desses relacionamentos - os filhos - é que sofriam as consequências. Na tentativa egoísta de se manter uma situação que pactuasse com a opinião da casta sociedade, muitos recém nascidos tiveram o destino incerto que teve o escritor português.

Talvez seja por isso que João Gaspar Simões - que escreve o livro *Eça de Queirós, o homem e o artista*, em 1945 - considere o surgimento do escritor “escabroso e dramático”. O biógrafo discorre, nas primeiras páginas de seu livro, sobre a precisão do local de nascimento, as atitudes tomadas pelos progenitores e os destinos de Eça quando ainda bem jovem e defende que “nada é supérfluo quando se estuda a biografia de um grande homem. Nos fatos aparentemente mais

---

<sup>28</sup> SIMÕES, 1945.

insignificantes se esconde muitas vezes o segredo de seu gênio”<sup>29</sup>. Advoga no sentido de que todo o jogo existente entre o sonho e a realidade, nas obras do autor, nada mais é que o reflexo dos seus confusos primeiros anos de vida

Também o pequeno José Maria vai seguindo o curso acidentado de uma infância onde ora engatinha, choroso, pelo sobrado pobre da pobre choupana da sua madrinha, ora escuta, mimado, as histórias do avô, para finalmente se descobrir filho de uns pais que não o querem reconhecer publicamente como tal.<sup>30</sup>

Maria Filomena Mónica, que também se dedica à criação de uma biografia do escritor português, no ano de 2001, retoma fatos anteriormente citados por Simões, explora os caracteres componentes da família de Eça, tanto do lado materno quanto do lado paterno, remontando suas respectivas ocupações em cargos públicos. Devido ao fato de, em muitos momentos, aproximar-se inevitavelmente da escrita de Simões, a autora lança sua opinião a respeito da tese difundida pelo biógrafo: a de que a infância teria sido fator determinante na capacidade inventiva de Eça de Queirós. Em seu livro, Simões afirma:

É possível que não tenha compreendido então claramente o que tal abandono significava para o seu orgulho, mas o que não pode ter deixado de perceber é que as razões sociais que levavam os pais a evitá-lo como filho eram baixas e mesquinhas. Assim nasce no seu espírito a idéia de revolta contra a sociedade e o sarcasmo com que a irá perseguir, pintando-a no que ela tem de mais vulgar e odioso: as suas convenções ridículas e as suas estúpidas e risíveis pretensões morais.<sup>31</sup>

Mónica, primeiramente, comenta que as ideias de Simões não foram muito bem aceitas pela família do escritor, mas que, baseado nas teorias freudianas da época e com pouquíssimas evidências em que se apoiar, seu livro manteve-se o mesmo, em seus sucessivos exemplares. Defende que os costumes do século XIX possuem direções opostas aos de hoje e que na época situações como a de Eça eram bem comuns. Deixa claro que somente uma hipótese pode ser ratificada: “o mínimo que podemos afirmar é que ela se baseia numa visão anacrônica”.<sup>32</sup> Retoma ainda o fato, também citado por Simões, de que Eça de Queirós não fazia a mínima questão de ter um livro que contasse a história de sua vida. Daí decorre, segundo

<sup>29</sup> Idem, p. 25.

<sup>30</sup> Idem, p.28.

<sup>31</sup> Idem, p.38.

<sup>32</sup> MÓNICA, 2001, p. 18.



Mónica, a dificuldade em se examinar a personalidade do escritor tomando como corpo de análise apenas suas obras. Seus textos não possuíam tons de confiança, o que vem a tornar escasso qualquer vestígio de referência a sua própria infância.

Quando se apercebeu da diferença entre sua situação e a de seus irmãos, é possível que Eça se tenha sentido abandonado, mas não há nada – uma linha, uma referência, uma indiscrição – que o prove. Eça nunca falou no assunto, o que nos obriga a ter cautela com a interpretação de seus atos. Nunca saberemos – até porque Eça de Queirós jamais quis que o soubéssemos – se e o quanto ele sofreu com o caráter de Carolina Augusta. O que sabemos, comprovadamente, é não ser o seu caso único.

<sup>33</sup>

## 2.2 Coimbra

Feliz ou não com sua infância, Eça de Queirós acompanhou os passos dos meninos de famílias bem estruturadas e seguiu para Coimbra. Lá começaria, igualmente ao pai, a estudar Direito para se tornar bacharel. Sua primeira transformação a partir do contato com o mundo universitário foi a incredulidade em Deus. O acesso aos estudos filosóficos fez o escritor encontrar uma nova orientação para sua visão de mundo que não mais a religião. Mesmo com a grave decisão que impressionou sua família, esta foi a única mudança que o estudante levou na bagagem de volta para Lisboa.

Os anos em Coimbra foram considerados maçantes pelo escritor, graças aos professores desatualizados e prepotentes. O método de ensino era transportado da França para Portugal, sem que fossem feitos os ajustes necessários à realidade portuguesa. Além disso, Eça não se deixou envolver pelo espírito de combate que cingia os arredores universitários e que trazia mais emoção aos dias dos estudantes. Enquanto aluno, não tomava partido nos grandes movimentos de protesto, não era considerado um grande renovador. Até mesmo na Questão Coimbrã nada mais faz do que observar. Somente mais tarde, e mesmo assim implicitamente, uma obra sua revelará o partido adotado. Na verdade, Eça tinha-se como um moço tímido, e encontra, como alento para dois problemas seus – o acanhamento e a fatigante universidade – o teatro, onde desafia seu recolhimento e começa a ter acesso à vida noturna. Lá, e agora sim em tom de combate, Eça era partidário do Romantismo. Fato que é confirmando quando ele se pronuncia a respeito instituição:

---

<sup>33</sup> Idem, p. 20.

A Universidade, que, em todas as nações, é para os estudantes uma Alma Mater, a mãe criadora, por quem sempre se conserva através da vida um amor filial, era para nós uma madrastra amarga, carrancuda, rabugenta, de quem todo o espírito digno se desejava libertar, rapidamente, desde que lhe tivesse arrancado pela astúcia, pela empenhoca, pela sujeição à 'sebenta', esse *grau* que o Estado, seu cúmplice, tornava a chave das carreiras (...) A Universidade era, com efeito, uma grande escola de revolução: e, pela experiência da sua tirania, aprendíamos a detestar todos os tiranos, a irmanar com todos os escravos.<sup>34</sup>

### 2.3 Escrita inovadora

Ao deixar Coimbra, Eça tinha a torcida de seu pai que o apoiava na carreira de distribuidor da justiça. Contudo, era a literatura que o seduzia. Mesmo não apresentando interesse na área de advocacia, fez até mesmo anúncios em jornais; contou com o suporte de seu pai que o auxiliava na busca de emprego, mas ninguém foi a procura de seus serviços. A essa época já começara a escrever contos capazes de hoje surpreender leitores conhecedores apenas dos escritos mais recentes do escritor português. Por volta de 1866, Eça de Queirós escreve contos devaneadores, românticos, próximos ao estilo romanesco, ainda em voga na retrógrada nação portuguesa. Após alguns meses, todavia, e alavancado por idéias de Flaubert, Baudelaire e Poe, Eça começa a sentir-se cansado e a desiludir-se com a "natureza". Começava a ver nos textos desses escritores as ideias que ele mesmo gostaria de introduzir aos seus conterrâneos. O atraía o ataque ao mundo burguês e era isso que estava disposto a fazer. Sua meta era salvar a pátria e, nessa luta, seu principal mestre e herói fora Flaubert.

O novo gênero que começava a revelar-se era o Realismo, vigente na França desde 1865. Em Portugal, a chamada "geração de 1870"<sup>35</sup>, composta por, entre outros, Eça de Queirós e Antero de Quental, é responsável pelo começo da difamação dos delírios romanescos e apreciação do aspecto salvador realista. Além de rechaçar uma linguagem que somente vangloriava feitos passados e amores pela natureza, o novo gênero também desprezava o catolicismo e a política. Buscavam apontar, através de um retrato fiel do mundo em que estavam inseridos, a insistência no erro em governar o momento em que viviam imitando o passado, repetindo as mesmas falhas, seguindo as mesmas idéias daqueles que já os levaram à falência. A literatura passaria a ser instrumento útil para a revolução de ideias capaz de mudar o destino de Portugal.

<sup>34</sup> QUEIRÓS apud MÔNICA, 2001, p. 32.

<sup>35</sup> MÔNICA, op. cit., p.67.

Decidíramos abandonar e combater a rijos brados o lirismo íntimo, que, enclausurado nas duas polegadas do coração, não compreendendo de entre todos os rumores do universo senão o rumor das saias de Elvira, tornava a poesia, sobretudo em Portugal, uma monótona e interminável confidência de glórias e martírios de amor.<sup>36</sup>

## 2.4 As Farpas e as Conferências do Casino

Em 1871, Eça de Queirós e Ramalho Ortigão dão início a um jornal crítico, intitulado *As Farpas*, que atacará principalmente a política. O jornal nada mais é que um desabafo irônico destinado a uma parcela da população portuguesa que tinha consciência da decadência do país. Através do sarcasmo, que para os idealizadores da idéia era a única maneira restante de se representar a nação, buscavam a justiça e o despertar do espírito desejoso de revolução em Portugal. O riso é utilizado como arma crítica, como uma filosofia salvadora que mascara e ajuda a lidar com a indignação. Nos textos, ficava marcada a não convivência com a negligência em relação a uma nação ignorante, desatenta e atrasada em relação ao resto do mundo.

Além de “farpear” a política, houve também uma ocasião em que Eça aproveitou o espaço de contestação para falar sobre a literatura nacional. Analisa o mesmo estado em que se encontra a arte portuguesa: lenta, repetitiva, antiquada. Condena a inutilidade dos textos, que seguem vangloriando mulheres idealizadas sem fazer análises mais construtivas de caracteres sem profundidade. O mesmo quadro deprimente encontrava-se no teatro, onde a arte como personagem principal se perdera. As razões que levavam os portugueses ao teatro eram quaisquer outras se não para admirar a representação de sentimentos e ideias. Lá iam para combinar negócios, ver senhoras e outras atividades que se dão em qualquer outro estabelecimento.

Da mesma maneira, e também em 1871, dá-se início a uma sequência de conferências no Casino Lisbonense, nas quais Eça de Queirós, juntamente a Antero de Quental e outros pensadores, preocupou-se, sobretudo, “com a transformação social, moral e política dos povos.”<sup>37</sup> É em uma dessas conferências que Antero de Quental fala das *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*, tornando essa sua fala específica a maior justificativa do governo para proibir as palestras dos

---

<sup>36</sup> QUEIRÓS apud MÓNICA, 2001, p. 70.

<sup>37</sup> QUENTAL; QUEIRÓS apud MÓNICA, 2001, p. 109.

intelectuais. Eça, mais uma vez, advoga o Realismo na literatura condenando a contínua imitação de artes antigas. O governo, sentindo-se ofendido, ordena o fim das conferências, incitando mais ainda a cólera daqueles que lutavam para conectar Portugal ao mundo moderno. E, o que aparece como epígrafe nas edições de *As Farpas*, vai ao encontro do ideal de liberdade que os conferencistas encontravam na ironia, sobretudo depois de banidas as palestras:

Ironia, verdadeira liberdade! És tu que me livras da ambição do poder, da escravidão dos partidos da veneração da rotina, do pedantismo das ciencias, da admiração das grandes personagens, das mystificações da política, do fanatismo dos reformadores, da superstição d'este grande universo, e da adoração de mim mesmo.<sup>38</sup>

## 2.5 Morte

Eça de Queirós morre em 16 de agosto de 1900. Seu número de obras publicadas é volumoso e em todas elas há sempre a sugestão do retrocesso de Portugal em relação ao resto do continente. O ódio ou o amor dispensado pelo escritor à pátria foi sempre um tema de ampla discussão, uma vez que o ataque dos ferrenhos patriotas ao artista era constante. Houve, ainda em vida, a chance de Eça defender seu sentimento pelo país, explicar suas razões, seus textos. Amando ou não Portugal, o escritor decide dele se afastar e é longe da terra natal que produz suas obras de maiores êxitos. E, justamente nessas obras, encontramos os ataques mais severos à sociedade lisboeta: o saudosismo não lhe acomete e só parece aumentar sua maneira usual de comparar Portugal e outros países. Depois de suas criações mais polêmicas, Eça sente-se incerto em relação ao seu retorno, ao considerar as suas críticas e sátiras sobre o local. Morre em Paris, portanto, não retorna a Portugal.

## 2.6 Eça de Queirós e a política colonial

Tendo nítido que uma das maneiras de Eça de Queirós lidar com determinados assuntos - principalmente aqueles que envolvessem política - fosse através da ironia, não nos é surpreendente o juízo do escritor a respeito da política colonial. Em suas crônicas de *As Farpas* o assunto é abordado e vai de encontro à concepção de posse das colônias tida por muitos portugueses. Para a maioria, as

---

<sup>38</sup> Citação de Pierre-Joseph Proudhon presente nas edições de *As Farpas*. Vide ORTIGÃO; QUEIRÓS nas referências, ao final do trabalho.

colônias eram como troféus recebidos pela força e valentia dispensadas na conquista de territórios. Patriotas engrandeciam-se ao recordar a primazia de seus navegadores que, ao sair na frente, alcançaram territórios nunca vistos por qualquer outra nação da Europa.

As terras por eles desbravadas e colonizadas, mesmo que não trouxessem o lucro que no passado trouxeram ou qualquer outro benefício, eram mantidas como relíquias de um tempo no qual “exploradores hesitantes, assaltados pelo perigo e perseguidos pela morte, marcaram as grandes rotas comerciais com barcos cada vez maiores.”<sup>39</sup> Honravam-se em narrar seus ataques - que não poupavam nem mulheres e crianças<sup>40</sup> - em nome de Deus e, é claro, lucro. Acontece, porém, que com a mesma presteza que descobre, domina e faz dinheiro, o país esgota suas riquezas. Concomitantemente, outras nações entram no páreo pela disputa de novas terras e, diferentemente de Portugal, lançam bases que não permitem um desmoronamento futuro. Portugal, ao contrário, arruína-se. Restam-lhe somente as colônias, que não proporcionam mais lucros e são, também, juntamente à terra colonizadora, arrastadas para a miséria.

Esta maneira de enxergar o país, escolhida pelos portugueses em meados do século XIX, encaixa-se em um dos conceitos de patriotismo que Eça de Queirós desenvolve quando analisa as atitudes de um conterrâneo seu em relação à pátria. Para o escritor existem dois tipos de patriotismos que, de uma maneira simplista de interpretação, qualificam-se em saudável e não saudável. O primeiro é aquele patriotismo que, ao invés de ficar fixado no passado vangloriando feitos remotos, age de maneira a modernizar o país, colocando em prática idéias novas que estejam em harmonia com as recentes teorias capazes de arquitetar estruturas para um futuro melhor. O segundo é justamente aquele que, preso às conquistas pretéritas e, saciado com o que já foi realizado, nada faz no presente para contribuir para a prosperidade do seu país. Nesse momento da história de Portugal, as colônias, bravamente adquiridas no passado, nada mais representam para o adiantamento da nação. Seus colonizadores, presos a essas conquistas, não as utilizam de maneira sensata para o progresso do país.

Eça de Queirós, consciente da ociosidade de suas colônias e revoltado com a inércia do governo, defende, através do sarcasmo, a venda dos territórios. O

---

<sup>39</sup> PLUMB apud BOXER, 1969, p. 17.

<sup>40</sup> Idem, *ibidem*.

escritor estabelece uma analogia entre uma família em estado miserável e o país e suas colônias:

Mas somos pobres: e que se diria d'um fidalgo – quando os havia – que deixasse em redor d'elle, seus filhos na miséria, na fome e na immundicie – para não vender as salvas de prata que foram de seus avós? – Dizia-se que era um imbecil canalha!<sup>41</sup>

A manutenção dos espaços conquistados por Portugal da maneira como vinha sendo feita pelas autoridades portuguesas (manutenção, apenas, sem contingente suficiente para a ocupação dos territórios, sem marinha para defendê-los) era inconcebível para Eça. Da mesma forma, ao sugerir a venda das colônias, ria da possibilidade de o governo extraviar todo o lucro que do negócio procedesse. Zombava da situação, pois, sob seu ponto de vista, qualquer atitude tomada pelos administradores seria o caos.

Restava aos descontentes com a situação nada mais que a pilhéria. Acreditava que, mesmo as próprias colônias de Portugal, que na visão dos europeus eram habitadas por seres “inferiores”, já idealizavam uma separação daquela nação que, apartada do progresso do restante do mundo, as legaria, também, um futuro lastimável. Caso essa separação não acontecesse através da tomada de consciência das próprias colônias, havia o risco também de a Europa, na tentativa de libertar tais lugares da situação lancinante em que viviam, desapropriá-las de Portugal.

A absolvição do domínio português – a venda das colônias para a Inglaterra, por exemplo - seria para os territórios ultramarinos a suposição de um destino diferente, provavelmente melhor, do país que os subjugou. Essas hipóteses levantadas sobre perda das colônias portuguesas pelo país é que incitaram o escritor a sugerir uma atitude que ele mesmo reconhece como agiotagem, mas que era praxe de uma nação do século XIX. A venda das colônias era, para o escritor, uma das soluções cabíveis aos abundantes problemas de Portugal.

Ao término desse capítulo chega-se a conclusão que qualquer biografia sobre o escritor Eça de Queirós recairá, inevitavelmente, no discussão sobre uma provável influência da conturbada infância que o autor teve, mais tarde, em seus escritos. Isso porque, quem se dedica a uma leitura completa da história dos seus primeiros

---

<sup>41</sup> ORTIGÃO; QUEIRÓS, 1871.

dez anos de vida, percebe que sua meninice foi no mínimo diferente daquela considerada ideal. Alguns apoiarão a tese de Simões, acreditando na idéia de que seus textos – revoltados e sarcásticos para com a sociedade - nada mais são que um reflexo dos primeiros anos de vida do escritor. Outros seguirão a ideia de Mónica, que argumenta não ser possível afirmar tal influência, uma vez que não há um embasamento verídico para a defesa dessa tese.

O que não cabe a nós, leitores, é inferir, por meio da ficção escrita por Eça de Queirós, se a infância do escritor foi boa ou ruim – o que viria, segundo Simões, a dar uma configuração específica aos seus textos. Temos dele um número razoável de cartas e críticas, nas quais não esconde sua opinião sobre os mais diversos assuntos. Ao contrário, sobre a infância, não existem registros de textos, nem fotos, nem comentários. O que há, de fato, é uma famosa asserção do autor sobre o seu desinteresse em dar dados pessoais para o desenvolvimento de uma biografia sua: “Um homem de letras que não escreve memórias tem realmente direito a que os outros lhas não escrevam”.<sup>42</sup> Também não podemos entender esse declínio a respeito de um livro que contasse a história de sua vida, como uma tentativa de sonegar ou repelir seus primeiros anos de vida. Seu desinteresse pelo livro poderia dar-se por outras razões – essas mesmas que ele não tinha intuito em dividir – que nada tivessem a ver com a infância.

A visão crítica que tinha a respeito do mundo - principalmente a respeito de seu país de origem - e a capacidade inventiva e de escrita do autor, florescem a partir das leituras que ele mesmo realiza em sua juventude. Ao ir estudar em Coimbra, por mais que da própria universidade não viesse a colher muitos frutos, Eça entra em contato com teorias e idéias vigentes em países em pleno desenvolvimento e resolve direcioná-las a Portugal. Quando, ao comparar os acontecimentos de sua nação com os acontecimentos de Inglaterra, por exemplo, Eça descrê que Portugal possa mais uma vez alcançar o progresso, por se encontrar em tão crítico estado de torpor.

Começa, em vista disso, juntamente a colegas que partilhavam as mesmas ideias, a farpear o próprio país e a participar de conferências nas quais pudesse expor suas convicções. Resolve utilizar a ironia ao chegar a um ponto em que nada resta a fazer pelo país, senão ridicularizá-lo. Suas ideias e da geração de

---

<sup>42</sup> QUEIRÓS apud MÓNICA, 2001, p. 22.

1870, são vistas como reacionárias, subversivas, infundadas. Enquanto que, em outras nações da Europa, essas mesmas ideias levavam ao crescimento sucessivo. Influenciado por escritores, como Flaubert e Zola, resolve inovar na arte e libertar Portugal de uma escrita ultrapassada e repetitiva. Mais uma vez é criticado, acusado de plágio, enquanto tentava, tão somente, atualizar o próprio país também na área da literatura.

Resta-lhe o isolamento, a fuga para outros lugares onde se sentia mais disposto a escrever. É arguido de cuspir na própria nação, de negar suas origens e defende-se, mais uma vez, ao explicar seus conceitos de patriotismo. Suas ideias estavam em sintonia com as correntes do século, mas Portugal, mumificada no tempo, não acompanhava tais movimentos. Eça luta a vida inteira pelo seu país, à sua maneira, com suas crenças e tentando mostrar, aos seus conterrâneos, o retrato angustiante da sociedade em que estavam inseridos. Como comenta Maria Filomena Mónica, Eça de Queirós, do seu jeito, “acabou por contribuir para a modernidade do país onde nasceu”<sup>43</sup>.

---

<sup>43</sup> MÓNICA, 2001, p. 476.



### 3 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

A fim de se fazer um enquadramento das noções que servirão de base - juntamente com a contextualização histórica - para a análise das obras selecionadas, torna-se necessário examinar algumas questões sobre os Estudos Culturais, utilizando como respaldo, teóricos como Edward Said, Homi K. Bhabha, Stuart Hall, Tomaz Tadeu da Silva e Boaventura de Sousa Santos.

#### 3.1 Estudos culturais

De acordo com o teórico jamaicano Stuart Hall, os Estudos Culturais surgem como uma ruptura às velhas correntes de pensamento culturais, nas quais antigos conceitos são rompidos, elementos novos são introduzidos, e a mescla destes componentes conduz a uma nova forma de reflexão. Para ele, datar o momento exato de quebra com os discursos em vigência é complexo, mas data o surgimento dos Estudos Culturais como uma disciplina em meados da década de cinquenta do século XX. Este marco conta com dois livros que Hall considera “trabalhos de recuperação”<sup>44</sup>, pois resgatam debates anteriormente estabelecidos. São eles *As utilizações da cultura*, de Richard Hoggart e *Cultura e sociedade 1780 – 1950*, de Raymond Williams. Nestas obras são demarcados debates culturais, sobre a sociedade de massa e sobre as mudanças que ocorriam em todos os aspectos sociais em um mundo pós-guerra. Hall enfatiza que estes não são livros teóricos que continham todas as explicações sobre os Estudos Culturais, mas que se tratavam de textos de formação, nos quais obtinha-se respostas aos questionamentos recorrentes ao período em que foram escritos. E, resume, que a tentativa central dos dois livros era atentar seus leitores de que

concentradas na palavra ‘cultura’, existem questões diretamente propostas pelas grandes mudanças históricas que as modificações na indústria, na democracia e nas classes sociais representam de maneira própria e às quais a arte responde também, de forma semelhante <sup>45</sup>

Os Estudos Culturais são orientados pela hipótese de que entre diferentes culturas existem relações de poder que devem ser analisadas. São responsáveis pela reflexão crítica acerca de assuntos antes considerados transgressores, uma

<sup>44</sup> HALL, 2003, p. 124.

<sup>45</sup> WILLIAMS apud HALL, 2003, p.125.

vez que uma supremacia já havia determinado os discursos hegemônicos. A conversão da análise para esses “novos” aspectos nascem decorrentes da necessidade de providência de compreensões, por parte de críticos pós-coloniais, através da teoria, para a prática política.

Tratam-se de exposições, troca de conhecimentos, debates, estudos sobre discursos múltiplos, antes desprezados, que buscam melhorar a prática sem, no entanto, dar posicionamentos que sejam resolutos e únicos. Diferenciam-se pelo fato de se afastar dos estudos de gênero ou de alguma outra característica teórica da narrativa, focalizando discursos anteriormente marginalizados e tudo que deles se possa apreender. Preocupam-se com o espaço que surge a partir das relações humanas e da percepção das diferenças sociais presentes em um romance. Bhabha, em *O local da cultura*, afirma:

Esses ‘entre-lugares’ fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria idéia de sociedade.<sup>46</sup>

Dedicam-se, portanto, às modificações que ocorrem no âmbito cultural, no decorrer das transformações históricas, abrangendo as diversidades, multiplicidades e complexidades embutidas em diferentes meios. Recorrem, como *corpus* de análise, ao discurso de grupos antes excluídos: mulheres, escritores de diferente orientação sexual, etnias e raças de origem não-européia. Os Estudos Culturais surgem com um comprometimento político, nos quais as asserções não se pretendem imparciais. Nas críticas feitas em relações de poder, as classes desfavorecidas são explicitamente apoiadas por essa nova corrente de pensamento, de maneira que o seu exercício seja entendido como uma intervenção política na sociedade.

Dentro dos estudos culturais, e de fundamental importância para a análise aqui proposta para os romances de Eça de Queirós, estão debates acerca das noções de cultura e imperialismo. Contemporaneamente, as discussões sobre o imperialismo são mais dirigidas aos Estados Unidos da América, grande potência da atualidade. No entanto, não é inviável o direcionamento destes debates ao poderoso

---

<sup>46</sup> BHABHA, 1998, p. 20.

imperialismo exercido pela Europa no século XIX, poderio esse que deixa suas marcas até hoje em nossa sociedade.

O imperialismo é tido hoje como fator crucial na caracterização dos povos. Seu estudo decorre dessa afirmação, uma busca constante do passado, no intuito de, através dele e de seu entendimento, compreender-se o presente. Este debate, passado *versus* presente, é que melhor nos faz entender o imperialismo, pois é conhecendo a história de povos que sofreram subjugação, que percebemos a herança que este tipo de dominação pode deixar. Talvez não seja coincidência, por exemplo, que países em desenvolvimento enfrentem ainda hoje um processo de marginalização, tendo a maioria deles sido nações colonizadas em períodos anteriores. Muito se discute sobre este processo de repressão e seus legados, sobretudo no que concerne às questões econômicas e políticas. Contudo, pouco é questionado acerca da influência do imperialismo na cultura e as consequências desse interligamento.

Este tipo de prática de dominação não tem um vocábulo que a melhor defina do que *ambição*. O imperialismo nada mais é que a luta, desonesta muitas vezes, por espaços de terra. Segundo o crítico Edward Said, o imperialismo é decorrente da “luta pela geografia”, uma vez que praticamente não existem na terra espaços vazios e desabitados. Desta forma, todos nós somos responsáveis e participamos desses embates, a partir do momento em que buscamos o nosso espaço. A insatisfação, todavia, faz com que não haja limites nem respeito acerca dos lugares já ocupados. A partir daí surgem as guerras, nas quais prevalece o domínio dos mais poderosos.

Para o sociólogo Boaventura de Sousa Santos, a descoberta imperial gira em torno de dois eixos: o descobridor e o descoberto. O descobridor, ao descobrir, carrega consigo a ideia de superioridade por ser o descobridor e não o descoberto. A partir dessa lógica, utiliza sua vantagem intelectual para subjugar aquele que, no seu ver, possui inteligência inferior:

A descoberta não se limita a assentar nessa inferioridade, legitima-a e aprofunda-a. O que é descoberto está longe, abaixo e nas margens, e essa “localização” é a chave para justificar as relações entre o descobridor e o descoberto após a descoberta; ou seja, o descoberto não tem saberes, ou se os tem, estes apenas têm valor enquanto recurso.<sup>47</sup>

---

<sup>47</sup> SANTOS, 2008, p. 182.

Desde os primórdios da civilização humana existe a luta por propriedades de terra. Da corrida por expansão geográfica surge o imperialismo clássico europeu que deixa suas marcas até hoje. Segundo informações presentes em *Cultura e Imperialismo*, de Edward Said, em 1914 a Europa detinha aproximadamente oitenta e cinco por cento do território mundial em forma de colônias.

Trata-se de uma época em que se buscava encontrar mais territórios ultramarinos, diferentes matérias-primas, mão de obra barata e terras que dessem lucro. Época de dominação, na qual obter um elevado número de colônias significava riqueza, não interessando a destruição e o sofrimento deixados aos povos dominados. O imperialismo tornou-se um empreendimento que se espalhou da Europa para o resto do mundo, significando prosperidade para uns e penúria para outros. E essa miséria, resultante da dominação europeia, não é específica do século XIX. A indústria imperial foi um empreendimento que deixou um legado capaz de definir o momento presente de muitas nações.

O imperialismo significa pensar, colonizar, controlar terras que não são nossas, que estão distantes, que são possuídas e habitadas por outros. Por inúmeras razões, elas atraem algumas pessoas e muitas vezes trazem uma miséria indescritível para outras.<sup>48</sup>

Com o passar do tempo, a ideia de dominar diferentes nações passou a ser vista, pelos próprios colonizadores, como um favor feito aos povos colonizados. Para eles, a colonização nada mais era que um dever que as “pessoas decentes”<sup>49</sup> da metrópole tinham que cumprir ao ajudar os povos por eles considerados inferiores/subordinados/ menos avançados.

Nesse contexto, o imperialismo e o colonialismo ganham força, amparados na ideia de necessidade de dominação por esses povos. Giram em torno do imperialismo, as relações econômicas, políticas, sociais e, até mesmo, as ideias culturais. A própria cultura do imperialismo, quando pensada em termos de costumes e não no seu âmbito artístico, passa a ser um aglomerado de práticas em que estão presentes, juntos, como parte de um todo, colonizador e colonizado.

Existem até mesmo, encaixados nas teorias sacralizadas do imperialismo, defensores da ideia de que o colono é o responsável pelo sucesso e durabilidade do

---

<sup>48</sup> SAID, 2005, p. 37.

<sup>49</sup> Idem, p. 41.

império. O tempo de duração de uma dominação colonial depende tanto daqueles que estão no poder quanto dos que estão sujeitos a ele.

Cada um deles interpreta a sua maneira o que está acontecendo, fazendo asserções acerca da positividade ou negatividade do momento em que vivem. Portanto, a resistência de um império é mantida por ambos os lados, ainda que um deles esteja enfrentando o sofrimento: seja por vontade de partilhar um novo momento com o possível progresso que estava por chegar, seja por não ter opções de luta para se livrar da subjugação. Segundo Fieldhouse, professor de história da faculdade de Cambridge e conservador do imperialismo,

A base da autoridade imperial foi a atitude mental do colono. Sua aceitação da subordinação – fosse num sentido positivo de comungar interesses com o Estado de origem, fosse pela incapacidade de conceber outra alternativa – deu durabilidade ao império.<sup>50</sup>

Mesmo que o imperialismo europeu tenha acabado, a significação dessa época não se encerrou ao mesmo tempo. Ao contrário, os efeitos do poderio são visíveis até hoje, naqueles países em que houve a prática imperial. Segundo Eliot:

O significado do passado imperial não se encerra na era oitocentista, tendo se introduzido na realidade de centenas de milhões de pessoas, onde sua existência como memória coletiva e trama altamente conflituosa de cultura, ideologia e política ainda exerce enorme força.<sup>51</sup>

Ademais, como muito bem menciona Santos sobre a visão que ainda se tem em relação aos “seres inferiores, animais, homúnculos” (como assim foram caracterizados um dia por Sepúlveda<sup>52</sup>):

Apesar de expulsa das declarações universais e dos discursos oficiais é, contudo, a posição que domina as conversas privadas dos agentes da ONU, do Banco Mundial ou do Fundo Monetário Internacional, cooperantes, empresários, etc. É esse discurso privado sobre pretos e índios que mobiliza subterraneamente os projectos de desenvolvimento depois enfeitados publicamente com declarações de solidariedade e direitos humanos.<sup>53</sup>

<sup>50</sup> FIELDHOUSE apud SAID, 2005, p. 42.

<sup>51</sup> ELIOT apud SAID, 2005, p. 43.

<sup>52</sup> SEPÚLVEDA apud SANTOS, p. 187.

<sup>53</sup> SANTOS, 2008, p. 188.

É a partir de uma maior atenção dada aos discursos culturais que tomamos conhecimento de uma nova perspectiva pós-imperialista, adversa aos discursos fossilizados da história mundial. Através de uma reanálise, habitantes de territórios pós-colonizados remontam aos fatos para reescrever uma história na qual, desta vez, estejam presentes as suas experiências. Apela-se à cultura, aos textos literários do século XIX, para, através de uma leitura que possua outro recorte, se investigar assuntos que estão no foco dos debates dos estudos culturais. A arte torna-se instrumento de trabalho para acadêmicos que têm interesse em averiguar como ficaram marcados, ou não, os resquícios de um período de colonização. Examina-se aqui, em vista disso, a arte como um segmento da *cultura* e, para isso, cai-se inevitavelmente na tentativa de conceituação do termo.

Ao longo do nosso envolvimento em um ambiente acadêmico, aparecem numerosos conceitos de cultura que variam de acordo com o objeto de nosso estudo. Dentre todos eles, fixamos apenas o que nos basta para dar seguimento aos nossos estudos e evitamos conceituações laboriosas que funcionam mais como complicadores do que facilitadores. Conforme menciona o antropólogo Clifford Geertz, em relação à tentativa de simplificação de conceitos: “Nossa atenção procura isolar justamente esse algo, para nos desvencilhar de uma quantidade de pseudociência à qual ele também deu origem, no primeiro fluxo de sua celebridade<sup>54</sup>”.

Para tanto, são necessários conceitos que facilitem a compreensão da análise aqui proposta, através de Lux Vidal e Aracy Lopes da Silva – para o conceito de cultura – e Clifford Geertz – para destacar a importância deste conceito para o trabalho. Segundo Vidal e Silva, cultura é:

(...) um código simbólico compartilhado pelos membros de um grupo social específico que através dela [cultura], atribuem significados ao mundo e expressam o seu modo de entender a vida e suas concepções quanto à maneira como ela deve ser vivida, percebemos que a cultura permeia toda a existência humana, intermediando as relações dos seres humanos entre si e deles com a natureza e com o mundo sobrenatural. (...) desse modo é fácil compreender que a cultura se compõe de idéias, concepções, significado, sempre reelaborando, ao longo e através do espaço e que seu dinamismo acompanha o da própria vida. Compreendemos também que esses significados e concepções se expressem concretamente: seja através das práticas sociais, seja através do discurso, da fala, das manifestações

---

<sup>54</sup> GEERTZ, 2008, p. 03.

artísticas de um povo ou, ainda, através da criação dos objetos incorporados à sua vivência.<sup>55</sup>

O imperialismo ainda existente na Europa, já em meados do século XIX, mais especificamente em Portugal, país de origem do autor aqui analisado, é elemento componente da cultura desse povo. E, no que concerne às *manifestações artísticas* do escritor Eça de Queirós, esse componente da cultura é bem saliente em algumas obras específicas do autor.

Concordando com o conceito de cultura, as obras do escritor português representavam o pensamento de um todo componente de uma sociedade específica que dividia experiências comuns. A concepção de imperialismo para eles, e a própria concepção que tinham do país em relação ao restante da Europa, fazia parte de um conjunto de idéias vigentes, compartilhadas e marcadas nas experiências culturais que produziam.

A arte literária aqui é apenas uma pequena fração da cultura *daquele momento* - partindo do pressuposto de que a cultura está em constante mutação – e representa nitidamente qual era o pensamento português. A cultura irá, como representante da literatura, apontar quais os efeitos do imperialismo produzidos na sociedade portuguesa no século XIX, e que se tornam visíveis ao recorrermos as obras literárias, espelhos da realidade do momento. Para Geertz:

A compreensão desta realidade, ou seja, de que estudar arte é explorar uma sensibilidade; de que esta sensibilidade é essencialmente uma formação coletiva; e de que as bases de tal formação são tão amplas e tão profundas como a própria vida social, nos afasta daquela visão que considera a força estética como uma expressão grandiloqüente dos prazeres do artesanato (...) materializam uma forma de viver, e trazem um modelo específico de pensar para o mundo dos objetos, tornando-o visível.<sup>56</sup>

Edward Said deixa claro, em sua obra já referida, o consentimento da sociedade com o imperialismo, sendo a literatura utilizada para sustentar de maneira quase que imperceptível o apoio à expansão ultramarina. Segundo ele, o romance europeu cumpriu com um de seus objetivos, que era dar amparo aos ideais da sociedade, que iam ao encontro das ideias imperialistas. Vemos revelado um dos principais papéis da cultura naquele momento: a literatura espalhando o ideal

<sup>55</sup> VIDAL & SILVA, 1995, p. 369.

<sup>56</sup> GEERTZ, 1983, p. 150.

imperialista e nos mostrando, hoje, por meio do romance, europeus em seus continentes, europeus viajantes, suas colônias e seus colonizados, portadores ou não de voz, nesses escritos literários.

A própria literatura faz referências a si mesma como partícipe, de alguma forma, da expansão européia no ultramar, assim criando o que Williams chama de “estruturas de sentimento” que sustentam, elaboram e consolidam a prática imperial.<sup>57</sup>

O crítico acredita que no século XIX, o imperialismo era o grande regente de todas as ações da sociedade e que, se pegarmos romances desta época, tal predomínio das idéias imperialistas é, mesmo que discreto, notável. E, a partir desse resgate, teríamos então análises de cunho inédito que contribuiriam para os debates existentes, em países em desenvolvimento, onde as opiniões aparecem divididas acerca dos benefícios e malefícios do colonialismo e imperialismo. Há quem acredite que os países subjugados devam ser eternamente gratos à força colonizadora que os propulsou para uma vida mais digna. Ao mesmo tempo, existem os que defendem que a miséria que a maioria desses países enfrenta hoje é consequência direta da ação dominadora. Obviamente as respostas para todos estes questionamentos não estarão lá nos romances do século XIX, mas um romance oitocentista pode estar imbuído de debates ainda não levantados.

Said acredita que esse tipo de assunto daria continuidade ao que ele chama de uma relação de *interdependência e sobreposição*, uma vez que se trata de um “importante debate contemporâneo sobre os resíduos do imperialismo”<sup>58</sup>. A questão da representação – o autor trabalha o Ocidente *versus* Oriente – daqueles que Said chama de “nativos”, nos meios de comunicação: neste caso, a representação dos colonizados por Portugal. Não se trata, neste caso, do Ocidente exercendo poder sobre o Oriente, mas de um império exercendo sua autoridade sobre suas colônias e fazendo asserções sobre as atitudes de seus colonizados.

Dessa forma quebra-se um pouco aquilo que o crítico chamou insatisfeito de “sólidos muros de negação construídos em volta de estudos sociais e políticos”.<sup>59</sup> Uma análise centrada na relação entre um personagem dominado e um personagem

---

<sup>57</sup> Ao citar as “estruturas de sentimento”, expressão cunhada por Williams, Said se associa a sua definição como sustentadora, elaboradora e consolidadora da prática imperial (SAID, 2005, p. 45).

<sup>58</sup> Idem, p.53.

<sup>59</sup> Idem, p.76.



dominador (relações coloniais das personagens de Eça) quebra uma tradição de dependência das disciplinas culturais em relação a ideologias imperialistas. Trata-se de uma análise de um enredo “marginalizado”, não comumente estudado nas obras do escritor português.

### **3.2 Identidade do português**

Contudo, não esquecendo a importância do debate acerca de questões imperialistas e, considerando-se essas questões de poder e subjugação, um outro questionamento há de ser levantado: que tipo de imperialismo Portugal exerceu sobre suas colônias? Qual era a condição de Portugal em relação ao resto do mundo e qual era sua imagem frente a outros países da Europa?

Portugal era tido em uma posição de desvantagem em relação a outros países da Europa, como, por exemplo, Inglaterra e França. Não se tratava de um país situado à margem, mas ao mesmo tempo não ocupava uma posição central na economia mundial. Sua colonização, portanto, era tida como incapaz de realizar suas funções de acordo com os parâmetros dos países centrais. O país, mesmo possuindo um número relevante de colônias, estava também subjugado às ordens daqueles que exerciam maior influência dentro do continente. Com isso, considerava-se Portugal uma “colônia” da Inglaterra, submisso às ordens e decisões dos britânicos, sendo usado, por vezes, como “escudo” nas relações políticas com o resto do mundo.

Além disso, como já é sabido, o colonialismo português foi o mais longo de todos os colonialismos europeus. Quando surge o colonialismo inglês, três séculos depois do início das atividades colonialistas portuguesas, a potência europeia lança suas bases e regras e faz com que, também Portugal, tenha que se adaptar a elas. Decorre daí a sujeição de Portugal à prática colonial e ao discurso colonial impostos pela Inglaterra, país considerado modelo a ser seguido por todos os países colonizadores. As normas da prática colonial são expostas na Conferência de Berlim, de onde Portugal sai particularmente frustrado graças ao Ultimato Britânico. Do discurso colonial, Portugal irá herdar toda uma visão racista: a do comprometimento do homem branco em lutar por salvar os seres menos evoluídos de suas colônias.

Sucedee, desta situação de Portugal, o que Santos chamou de “dupla colonização”<sup>60</sup>, especialmente nas regiões colonizadas pelo país a partir do século XVII. Além de estarem sob o poder de Portugal, as colônias ainda sofriam indiretamente o poder da Inglaterra, de quem o país era dependente. Por isso, a variação no encaixamento de Portugal nas terminologias citadas pelo sociólogo de país “semiperiférico”, “central” ou “periférico”. No primeiro caso, trata-se de um país que nunca assumiu as características do Estado moderno dos países centrais da Europa, ficando em uma posição intermediária no que concerne a sua importância para o desenvolvimento mundial. No segundo caso, ocupa a posição de um país de fundamental importância para aquelas regiões por ele colonizadas, sendo elas dependentes do país. E, no terceiro caso, trata-se da focalização dada pelo restante da Europa ao país, sobretudo os países Inglaterra e França.

A partir destas relações de Portugal com suas colônias – e aqui surge a *metáfora dos espelhos*<sup>61</sup>, na qual, através do olhar sobre a colônia, o país definia-se a si mesmo - e com o restante da Europa, surgem problemas na distinção entre as identidades do colonizador e do colonizado. Segundo Santos: “A identidade do colonizador português não se limita a conter em si a identidade do outro, o colonizado por ele. Contém ela própria a identidade do colonizador enquanto colonizado por outrem.”<sup>62</sup>. Verifica-se, portanto, uma dupla identidade: formada tanto pelo seu lado colonizador, quanto pelo seu lado colonizado.

A falta de uma identidade única, própria, deu a Portugal descrédito em relação as suas ligações econômicas, políticas, sua base social, cultural e até mesmo no relacionamento com suas colônias. Decorre daí um fingimento de Portugal em tentar ser conforme os padrões coloniais britânicos. Ainda de acordo com Santos:

A mentira deste foi em muitas circunstâncias a de pretender ser império “como os outros” e esconder o medo de ser absorvido ou incorporado pelas colônias, como sucedeu no período em que a coroa portuguesa fugiu para o Brasil e estabeleceu a capital do Império no Rio, um acto de ruptura representacional com a idéia imperial de império sem paralelo na modernidade ocidental.<sup>63</sup>

---

<sup>60</sup> SANTOS, 2006.

<sup>61</sup> CHABAL apud SANTOS, 2006, p. 243.

<sup>62</sup> Idem, p. 245.

<sup>63</sup> Idem, p. 246.

Essa especificidade portuguesa de país colonizador e colonizado faz com que surjam questões acerca das relações de Portugal com as regiões em que exerciam domínio, uma vez que eles tinham consciência do que era *ser* colonizado. Então, como se davam as relações entre um colonizador-colonizado com os seus colonizados? Segundo Santos:

O facto de o colonizador ter a vivência de ser colonizado não significa que se identifique mais ou melhor com o seu colonizado. Tão pouco significa que o colonizado por um colonizador-colonizado seja menos colonizado que outro colonizado por um colonizador-colonizador (...) São corpos e encarnações, vivências e sobrevivências quotidianas ao longo de séculos, sustentadas por formas de reciprocidade entre o colonizador e o colonizado insuspeitáveis no espaço do Império Britânico.<sup>64</sup>

Tal duplicidade influencia não só o português como também pode influenciar a identidade de seu colonizado. Essa dupla colonização se manifesta nesses países, a partir do momento em que eles absorvem elementos da cultura portuguesa e também daqueles países de que Portugal era subalterno.

Além do desvio da norma considerada normal para a colonização de um país (norma esta ditada pela Inglaterra), Portugal enfrentava ainda o julgamento dos países da “Europa do Norte”<sup>65</sup>, que os enxergavam negativamente quando comparado aos outros países componentes do restante da Europa. Viajantes que ali chegavam tinham de Portugal a mesma imagem que nações imperialistas têm de suas colônias. Seus hábitos e costumes comoviam os que por lá passavam e os estimulavam a classificar a população portuguesa como primitiva e miserável. Esse olhar vinha dos países pertencentes ao mesmo continente que Portugal, o que fazia do país uma exceção aos olhos dos habitantes de uma próspera Europa. E essa imagem foi transmitida por Portugal mesmo durante o século XX, tornando possível uma comparação da visão que o estrangeiro tinha do país e que o país tinha em relação as suas colônias da África e América, tomando como *corpus* de análise as narrativas condizentes ao período colonial.

As características com que os portugueses foram construindo, a partir do século XV, a imagem dos povos primitivos e selvagens das suas colônias são muito semelhantes às que lhes são atribuídas, a partir da mesma altura por viajantes, comerciantes e religiosos vindos da Europa do Norte: do

<sup>64</sup> Idem, p. 247.

<sup>65</sup> Santos assim caracteriza países como Inglaterra, França e Alemanha. Países que o sociólogo considera de uma Europa tida como civilizada (quando comparada ao que era Portugal).

subdesenvolvimento à precariedade das condições de vida, da indolência à sensualidade, da violência à afabilidade, da falta de higiene à ignorância, da superstição à irracionalidade.<sup>66</sup>

Por esse motivo, isto é, por esta aproximação feita por estrangeiros entre os portugueses e seus colonizados, é que não é plausível a ideia de que Portugal, sendo um país “colonizador - colonizado”, como menciona Boaventura, tenha modificado a sua visão ante as suas colônias. Ao contrário da identificação com estes povos, houve a repulsa, o temor de que esta comparação, feita por quem estivesse de fora, tivesse algum cabimento. Por isso, a ênfase em uma terminologia agressiva quando descrevendo um de seus colonos, na tentativa de se afastar da imagem do colonizado.

### **3.3 Viajante e o contato colonial**

Mesmo Portugal passando por essa situação de marginalidade dentro da Europa - por fugir das normas ditadas pela Inglaterra para a propagação do imperialismo - e, estando os portugueses cômicos de toda a sua especificidade em relação ao resto do continente, surgia a necessidade, por parte dos indivíduos de nacionalidade portuguesa, de demarcarem as suas diferenças em relação ao povo por eles colonizado.

Essa carência de distinções irrompe como uma defesa em relação aos depoimentos de viajantes que por ventura passavam por Brasil e Portugal, por exemplo, e confessavam não distinguir diferenças entre colonizador e colonizado. Daí decorre o nascimento do estereótipo do colonizado como um ser muito próximo de um animal selvagem. Por isso não nos pode surpreender a descrição feita por portugueses, dentro de suas narrativas no século XIX, a respeito dos lugares que foram e que ainda são suas colônias e das pessoas que habitam esses locais.

Para eles, tais espaços e seus habitantes são a chance de mostrar para o resto da humanidade que, ainda que de maneira específica, até então Portugal está inserida na porção “não-selvagem” do mundo. Por isso, mesmo não andando de mãos dadas com a política e a noção de progresso tida pelo próprio país, ainda sentem a necessidade de inferiorizar suas descobertas no sentido de se sentirem superiores em relação a elas. Somente rebaixando um povo e seus costumes, Portugal poderia sentir-se digno de comparações com o restante dos países da

---

<sup>66</sup> SANTOS, 2008, p. 251

Europa. Como descreve Frantz Fanon, um pensador da psicopatologia da colonização:

Por vezes este maniqueísmo leva a sua lógica até ao ponto de desumanizar o colonizado. Mais propriamente, desumaniza-o. Com efeito, quando se refere ao colonizado, a linguagem do colonizador recorre à zoologia. Faz-se alusão ao rastejar do Amarelo, às emanações da aldeia indígena, às hordas, aos cheiros fétidos, às pululações, aos alaridos, às gesticulações. Quando pretende a palavra adequada para bem descrever, o colonizador socorre-se constantemente ao bestiário.<sup>67</sup>

### 3.4 Papel do romance

Alguns conceitos aqui trabalhados, concernentes aos estudos culturais, têm como respaldo, para seu desenvolvimento e aplicação, as narrativas literárias. O romance passa a servir de manancial de pesquisa para uma reanálise, ou seja, passa a servir como campo fértil para o surgimento de novas reflexões acerca de textos que, já bastante estudados, estão inseridos, ou não, em cânones nacionais. Novos recortes podem ser feitos em romances que datam do século XIX, por exemplo, graças às modernas contribuições dos estudos culturais. A leitura do romance tomará um viés – e aqui se retorna ao conceito de cultura – no qual a obra exprimirá a sociedade e os fatos que nela ocorrem. A partir do momento que um indivíduo toma partido na execução da obra, colocando nela suas aspirações e percepções próprias, ao mesmo tempo e, inevitavelmente, forças sociais o irão guiar implícita ou explicitamente. Segundo Antonio Candido, o “impulso criador”<sup>68</sup> não deve ser, em nenhum momento, renegado e é, dentre os elementos componentes da obra, o mais importante. Ao mesmo tempo, contudo, é inegável que “forças sociais condicionantes guiam o artista em grau maior ou menor”<sup>69</sup>.

O romance torna-se, assim, instrumento singular de observação de conceitos, não se esquecendo, todavia, de seu caráter ficcional. Da mesma maneira que, em alguns momentos de nossa história, o romance foi de fundamental importância para a formação de uma identidade nacional, agora, quando a ele nos direcionarmos com base nos estudos pós-coloniais, grandes descobertas que ajudem no âmbito da construção de uma identidade nacional, a partir de vozes antes não ouvidas, podem ser feitas. Todo um cânone nacional, considerado sacralizado, pode ser reanalisado

---

<sup>67</sup> FANON apud SANTOS, 2008, p. 236.

<sup>68</sup> CANDIDO, 2006, p. 40.

<sup>69</sup> Idem, p. 35.

a partir de novos recortes, colocando em xeque os critérios utilizados para a formação deste cânone e, também, contestando toda a história da literatura.

O intuito destes novos direcionamentos, feitos na análise de grandes obras, não é acabar com o seu caráter artístico e sim contribuir para que esse mesmo torne-se mais grandioso. Da mesma maneira, não se tem como fim destruir histórias da literatura, mas questioná-las no que concernem os métodos adotados para sua elaboração.

Busca-se, nessas “novas” análises, reconhecer, sem dúvida, o caráter ficcional das obras, mas ao mesmo tempo conectar essa ficção ao contexto histórico do momento em que ela foi escrita e de que maneira os conceitos em que o autor estava embebido naquela conjuntura vieram a influenciar sua narrativa. Se, em fins do século XIX, Portugal estava ainda vivendo sua era imperialista, mesmo tendo este imperialismo certas ressalvas, de que maneira essa corrente está inserida na obra do escritor Eça de Queirós? O romance será fonte de pesquisa para localizar (ou não) o imperialismo como pano de fundo na escrita, a visão do colonizador em relação ao seu colonizado, a voz do colonizado, a visão do colonizador em relação ao seu próprio país.

Todos esses novos direcionamentos só terão a acrescentar para a riqueza das obras no seu âmbito artístico e jamais passarão a dar às obras caráter de meros documentos históricos. Conforme cita Said em relação à conexão entre “ficção e o mundo histórico dessa ficção”:

compreender essa ligação não significa reduzir ou diminuir o valor dos romances como obras de arte: pelo contrário, devido à sua *concretude*, devido as suas complexas filiações a seu quadro real, eles são *mais* interessantes e *mais* preciosos como obras de arte.<sup>70</sup>

---

<sup>70</sup> SAID, 1995, p. 44.

## 4 DOMINAÇÃO, CONTATO E INTERCULTURALIDADE NA OBRA QUEIROSIANA

### 4.1 O primo Basílio

O primo Basílio, publicado em 1878, é um romance direcionado à burguesia lisboeta do final do século XIX. Sendo esta classe o público alvo de romances da época, ela deveria encontrar na narrativa um espelho da sociedade em que estava inserida, identificando os problemas sociais e buscando, através do reconhecimento de suas falhas, uma transformação de comportamento. Essa era a intenção de Eça de Queirós que desenvolve uma narração de final previsível, com personagens que não nos surpreendem. Com características prenunciadas que servem ao escritor como fantoches para a ilustração da hipocrisia que constituía a sociedade portuguesa, especialmente Lisboa, naquele momento.

Em carta que escreve a Teófilo Braga sobre o romance, Eça comenta: “Uma sociedade sobre estas bases falsas não está na verdade, atacá-las é um dever”.<sup>71</sup> O fato de escrever o romance fora do país era para o escritor a explicação para o ataque severo aos costumes da burguesia. A distância providenciava um olhar mais crítico à nação. Além disso, residindo na Inglaterra, Eça estabelecia uma comparação entre o comportamento das duas sociedades e confessava a Teófilo, na mesma correspondência, a força do meio em que se encontrava e o discernimento que tinha, agora, para atacar Portugal.

É, sobretudo, vista de longe no seu conjunto, e contemplada de um meio forte com este aqui (seja quais forem os seus grandes males, forte de certo) que contrista, achá-la tão mesquinha, tão estúpida, tão convencionalmente pateta, tão grotesca e tão pulha.<sup>72</sup>

Escreve no intento de mostrar o triste panorama da sociedade lisboeta e baseia as atitudes das suas personagens nos mesmos defeitos que censurava em suas críticas que compunham *As Farpas*. Utiliza-se do romance para fazer uma descrição fiel dos hábitos daqueles grupos estruturalmente idênticos que compunham os quadros domésticos. E atribui ao movimento que ele lança em Portugal, o Realismo, a função de fazer a fotografia do mundo moderno “nas feições

---

<sup>71</sup> QUEIRÓS, 2004, p. 386.

<sup>72</sup> Idem, p. 387.

em que ele é mau, por persistir em se educar segundo o passado (...) sentimental, devoto, católico, explorador, aristocrático, etc”<sup>73</sup>.

O romance gira em torno de um casal: Jorge e Luísa. Ele é engenheiro de minas e trabalha em um Ministério. Luísa passa seus dias em casa, de maneira preguiçosa, a ler romances. O casamento já tem a duração de três anos e a casa onde vivem marido e mulher é cenário de recepções aos amigos, principalmente aos domingos. Está situada em uma região não muito nobre de Lisboa e é rodeada de pessoas que vivem para cuidar as novidades que surgem na vida dos vizinhos. O casal vive feliz e almeja apenas, para completar a sua existência, a chegada de um filho.

Jorge, em decorrência de seu trabalho, deve fazer uma viagem ao Alentejo para tratar de negócios. Às vésperas de sua viagem, muito desanimada com a partida do marido e com a solidão que dela resultaria, Luísa lê em um jornal a notícia da chegada de seu primo Basílio que estivera no Brasil a fazer fortuna. Luísa e Basílio tinham sido namorados quando adolescentes, mas o rapaz a abandonara.

Quando parte, Jorge deixa Luísa na companhia de duas empregadas: Joana – responsável pela cozinha – e Juliana, que fazia todo o resto do serviço. Luísa nunca gostara muito de Juliana, mas como a empregada cuidara da tia de Jorge até seus últimos dias de vida, o casal tinha uma espécie de comprometimento com a pobre que não herdara nada com a morte da senhora. O calor era abundante em Lisboa. Luísa não tinha nenhuma ocupação, não tinha filhos, não tinha com quem conversar e sofria com o verão ardente que vivenciava.

É, em um desses dias de marasmo, que recebe a visita de seu primo, que ela já era conhecedora da chegada. Ao rever Luísa, e saber da ausência de seu marido, Basílio sente-se atraído por aquela que poderia ser uma distração durante o período que passasse em Lisboa, cidade que ele desgosta, mas visita em função de negócios. Rapidamente seduz Luísa, que tinha escasso conhecimento sobre a vida e, o pouco que conhecia, aprendera nos romances. A moça entrega-se ao adultério e é constantemente espionada por Juliana, a empregada que tinha um ódio acumulado pela ingratidão daquela família. Juliana vê na transgressão de Luísa a chance de tornar a patroa refém de seu conhecimento e extrair da situação meios de melhorar sua vida.

---

<sup>73</sup> QUEIRÓS apud MÓNICA, 2001, p. 180.



Basílio aluga, em um bairro pobre de Lisboa, um lugar para que os amantes possam se encontrar com mais tranquilidade e frequência. No *Paraíso*, nome que dão ao local, Basílio ensina novas técnicas amorosas à sua prima e tem-na em seu poder, uma vez que proporciona sensações que ela não conhecera. Luísa encontra em Basílio a personalidade dos homens aventureiros e apaixonantes que ela conhecia de seus romances e, mesmo sem deixar de amar Jorge, vê-se, mais uma vez, apaixonada por Basílio. O relacionamento acaba quando o primo parte para França argumentando ter por lá negócios a tratar.

A relação adúltera de Luísa é espreitada por Juliana que junta provas contra sua patroa. Mantém em seu poder cartas que a moça escrevera ao primo e que jogara no cesto de lixo, por desistir de entregá-las. Uma vez que tem a posse das cartas, começa a chantagear Luísa. Inicia pedindo-lhe uma soma de dinheiro assustadora. Sem saber o que fazer, Luísa escreve a Basílio e pede-lhe a quantia que fora estipulada pela empregada. Basílio, contudo, não responde. Juliana começa, então, a pedir roupas, um quarto melhor, folgas em horário de serviço. Quando Jorge retorna, a patroa é obrigada a dispensar sorrisos à empregada sob ameaça de ser entregue ao marido. Começa a fazer o serviço de Juliana e ainda protege-a quando necessário. Jorge desconfia e começa a ironizar a situação. Luísa pede que ele tenha piedade, uma vez que a criada encontrava-se muito adoentada.

Quando não aguenta mais as ameaças e a quantidade de serviço que tem que fazer por Juliana, Luísa recorre a Sebastião, grande amigo seu e, especialmente, de seu marido. Sebastião consegue recuperar as cartas e Juliana morre, espumando de raiva. Mais tarde, contudo, chega a resposta de Basílio àquela carta que Luísa escrevera quando, ameaçada por Juliana, necessitava de uma grande quantia de dinheiro. Quem abre a carta é Jorge, que, curioso, a lê e descobre todo o envolvimento de sua mulher com outro homem enquanto ele estivera fora. Confuso com a situação, sem saber se amava cada vez mais a mulher por saber das suas carícias com outro homem, ou se a odiava pela traição, Jorge confessa a sua mulher que sabe toda a história dela e de Basílio. Luísa desmaia e, dias depois, mesmo com a luta do marido por sua sobrevivência, morre.

Da mesma forma que, como mais tarde será identificado em *Os Maias*, as análises que surgem para o romance geralmente giram em torno do adultério e do comportamento feminino. Contudo, em *O primo Basílio*, a crítica social é admitida desde o princípio pelo autor e a narrativa tem como objetivo apontar os defeitos de

uma sociedade moralmente enferma. A partir dos trechos mais importantes dessa acusação e, também, a partir da imagem construída das colônias e ex-colônias é que se baseará a análise aqui proposta.

A primeira reclamação do narrador – em terceira pessoa e onisciente – acontece através da descrição das ruas de Portugal. Em uma conversa, Jorge comenta com seu amigo Sebastião que estava acostumado à sua casa e que, além do mais, era sua graças às suas economias. Porém, a vizinhança era má. Se não fosse pelo apego que tinha a casa, não aguentava lá um dia. E o narrador, capaz de nos colocar dentro da trama, descreve a rua onde morava Carlos e Luísa:

Era um horror de rua! Pequena, estreita, acavalados uns nos outros! Uma vizinhança a postos, ávida de mexericos! Qualquer bagatela, o trotar de uma tipóia, e aparecia por trás de cada vidro um par de olhos repolhudos a tocar! E era logo um badalar de línguas por aí abaixo e conciliábulos, e opiniões formadas! Fulano é indecente; fulana é bêbada!<sup>74</sup>

Ciente do caráter da vizinhança de Jorge, Sebastião preocupa-se com as visitas frequentes de Basílio à Luísa - quando os dois começam a se envolver amorosamente - e com os comentários que delas poderiam surgir em relação à reputação da moça. À chegada de Basílio na “casa do engenheiro”, o narrador nos descreve a correria dos vizinhos de tal maneira que entendemos que a cena se repete com frequência, tornando-se quase um ritual:

Ao ruído do trem o Paula postou-se logo à porta, de boné carregando as mãos enterradas no bolso, com olhares de revés; a carvoeira defronte, imunda, disforme de obesidade e de prenhez, veio embasbacar com um pasmo lorpa na face oleosa; a criada do doutor abriu precipitadamente a vidraça. Então o Paulo atravessou rapidamente a rua faiscante de sol, entrou no estanque; daí a um momento apareceu à porta, com a estanqueira, de carão viúvo; cochichavam e cravavam olhares pérfidos nas varandas de Luísa, no *coupé*! O Paula, dali, arrastando as chinelas de tapete, foi segredar com a carvoeira; provocou-lhe uma risada que lhe sacudia a massa do seio; e foi enfim estacar à sua porta entre um retrato de D. João VI e duas velhas cadeiras de couro, assobiando com júbilo.<sup>75</sup>

A desorganização da rua vai ao encontro da teoria de Boaventura de Sousa Santos de que Portugal nunca atingira as características de um Estado moderno que conseguiram os países centrais. O amontoamento das pessoas e o hábito de cuidar

<sup>74</sup> QUEIRÓS, 2004, p. 51.

<sup>75</sup> Idem p. 115.

da vida alheia que criam, caracterizam a falta de progresso a que Portugal sempre esteve sujeito quando comparado a outras localidades européias. Ao mesmo tempo em que alfineta o país, Eça mostra a situação da classe média lisboeta que, a partir de suas economias, alcançava apenas uma rua pouco espaçosa e ainda tinha que conviver com uma vizinhança bisbilhoteira.

Como também averiguado em *Os Maias*, neste romance há comparações entre Portugal e outros países da Europa. O primeiro paralelo aqui realizado é entre Portugal e França e é feito por Basílio, que já passara algum tempo em território francês. Ao passear no Rossio, lembrava de Paris no verão, quando subia em seu *faéton* os Campos Elísios, avistava vultos mimosos de mulheres, sentia o ar com uma doçura aveludada e os castanheiros exalavam aromas sutis. Lá existia uma intensidade de vida amorosa e feliz e das janelas luminosas espreitavam-se existências ricas.

Enquanto isso, em Portugal, o céu abafava, as pessoas pareciam cochilar, homens com seus coletes abertos abanavam-se e a estátua de D. Pedro mais parecia uma vela apagada. Basílio concluía: “Que horror de cidade! Que tristeza! (...) Ah! Se lá estivesse!”<sup>76</sup> E ainda comentava com Luísa “Que pena que não houvesse em toda a Lisboa um restaurante, onde se pudesse ir tomar uma asa de perdiz e beber uma garrafa de *champagne frappée!*”<sup>77</sup> A moça nada respondia, uma vez que não sabia nem do que se tratava aquilo que Basílio falava.

A civilização portuguesa, mais uma vez ficava atrás das civilizações dos países centrais. E só quem tivera a oportunidade de conhecer os países do norte da Europa que era capaz de identificar a pobreza de Portugal quando a eles comparado. Este era o caso de Basílio que, quando chega da Inglaterra, adaptado agora aos costumes daquela civilização, amedronta Sintra com sua maneira de vestir: “Basílio tinha chegado então da Inglaterra; vinha muito *bife*; usava gravatas escarlates passadas num anel de ouro, fatos de flanela branca, espantava Sintra!”<sup>78</sup>

Há um momento, inclusive, que Basílio já fala como se fosse um estrangeiro de passagem por Portugal e não um português. Trata-se de quando ele faz uma comparação entre as vestimentas das mulheres de Lisboa e de Paris: “Vocês aqui

---

<sup>76</sup> Idem, p. 92.

<sup>77</sup> Idem, ibidem.

<sup>78</sup> Idem, p. 26.

usam umas luvitas de dous botões, a ver-se o punho, um horror!”<sup>79</sup>. E acrescenta que as mulheres de Lisboa usavam umas roupas de gosto cada vez pior. Ao contrário, em Paris, as mulheres eram deliciosas e frescas. E concluía: “Mas em Paris!... Tudo é superior!”<sup>80</sup>. Da mesma forma maldiz as touradas e o teatro de Lisboa. Segundo ele touradas só em Espanha. Em Lisboa encontrava-se apenas “gado fraco, cavaleiros infelizes, nenhuma sorte! Touros em Espanha! Isso sim!”<sup>81</sup>. Quanto ao teatro, comentava com D. Felicidade que apreciava o drama, contudo concluía com voz desolada: “Mas aqui representam tão mal! (...) Tão mal minha rica senhora!”<sup>82</sup>.

Tudo no país irrita Basílio. Certa vez comenta diante do conselheiro, amigo de Luísa, que se admirava de Lisboa ser a capital do reino e lá não se ter nada para fazer. O conselheiro, que nascido em Lisboa admitia ter grande apreço pelo local, reconhece que sua cidade não é digna de comparações às Parises, às Londres, às Madris e que o Passeio ao domingo, que Basílio caracterizava como “simplesmente idiota!”<sup>83</sup> já havia sido, em outras épocas, mais agradável.

Da mesma forma insatisfeito é Visconde Reinaldo, amigo de Basílio, em relação ao país. Reinaldo vivia há anos em Londres e muito visitava Paris também. Viera com Basílio ao país com a intenção de com ele voltar por Madri. Mas o calor castigava o rapaz que achava a temperatura de Lisboa “reles” e andava banhado de perfumes devido ao “cheiro ignóbil de Portugal”<sup>84</sup>. Pressionava Basílio para que acabasse tudo com a prima, matasse-a se fosse o caso, para que eles pudessem voltar ao Norte. E argumentava ao amigo: “Eu morro! Preciso o Norte! Preciso a Escócia!”<sup>85</sup> E, ao pedir “soda inglesa” ao criado do hotel e receber a resposta de que lá não havia a bebida, conclui: “Que abjeção de país!”<sup>86</sup>

Além das comparações entre Portugal e outros países, geralmente feitas por personagens como Basílio, Reinaldo ou até mesmo Dâmaso, posteriormente apresentado na análise de *Os Maias*, temos as críticas de personagens que não

---

<sup>79</sup> Idem p. 66.

<sup>80</sup> Idem, ibidem.

<sup>81</sup> Idem, p. 88.

<sup>82</sup> Idem, ibidem.

<sup>83</sup> Idem, p. 99.

<sup>84</sup> Idem, p. 135.

<sup>85</sup> Idem, ibidem.

<sup>86</sup> Idem, ibidem.

assumem, como esses citados, o papel de viajantes inconformados e chocados com a visão que têm de Portugal.

Temos em *O Primo Basílio* personagens que residem em Lisboa, não necessariamente conhecem outros países, e, mesmo assim, apontam defeitos sérios da sociedade onde vivem. É o caso de Sebastião, o mais fiel amigo de Jorge e também de Luísa. Ele não gostava de Basílio. Nem ao menos o conhecia pessoalmente e também não tinha certeza da infidelidade da moça. Procurava acreditar que as visitas constantes do rapaz se davam em função dos laços sanguíneos que possuíam. Sabia, contudo, a história de sua juventude. Passara, segundo Sebastião, por “todos os episódios clássicos da estroinice lisboeta”<sup>87</sup> e desfia uma série de atitudes de uma mocidade desregrada, vândala e oportunista. Esta personagem, a mais simpática e pacífica do romance, também deixa, mesmo que implicitamente, a sua opinião sobre Portugal. Quando fala da leviandade de Basílio, generaliza o seu comportamento a todos os jovens de Lisboa e considera que, desde moços, os lisboenses vêm-se perdidos.

Também descontente aparece Julião, estudante obstinado de medicina, desejoso de emprego, clientela e fortuna. Por não alcançar grandes públicos dispostos a dar valor aos seus estudos, Julião torna-se uma pessoa invejosa e amarga. Quando surge concurso para o cargo de substituto na Escola, vê sua chance de fazer nome e alcançar seus objetivos. Porém, pessimista, admite as falcatruas que Portugal aceita e acaba, ele também, condizente com o injusto método que os portugueses adotaram na seleção de novos empregados. Pede ajuda, por fim, a Sebastião:

E, que diabo, sempre era de estar de dentro! ... Mas a certeza da sua superioridade não o tranqüilizava – porque, enfim, em Portugal, não é verdade? Nestas questões, a ciência, o estudo, o talento são uma história; o principal são os padrinhos! Ele não os tinha – e o seu concorrente, um sensaborão, era sobrinho de um diretor-geral, tinha parentes na Câmara; era um colosso! Por isso ele trabalhava a valer, mas parecia-lhe indispensável meter também as suas cunhas! Mas quem? Tu não conheces ninguém, Sebastião?<sup>88</sup>

O conselheiro Acácio, senhor muito sério e antigo amigo do pai de Jorge, defende a beleza da cidade. Acredita que Lisboa seja umas das cidades mais

---

<sup>87</sup> Idem, p. 106.

<sup>88</sup> Idem, p. 172.

bonitas da Europa e que os estrangeiros tinham muita inveja daquele tesouro de Portugal. Comenta que a cidade já fora um grande centro de comércio internacional e lamenta a má administração, a péssima vereação municipal, que deixara a cidade apenas com o legado da beleza. Fala, em tom de desabafo, que tudo aquilo deveria estar nas mãos dos ingleses e imediatamente se arrepende da sua falta de patriotismo. Emenda-se dizendo que aquilo “era uma maneira de dizer” e afirma que “queria a independência do seu país; morreria por ela, se fosse necessário; nem ingleses nem castelhanos!... Só nós, minha senhora! E Deus!”<sup>89</sup> Acácio é representante do português que, mesmo sem querer, reconhece a soberania da Inglaterra em termos de administração. Tal pensamento pode nunca ser verbalizado, mas no íntimo de cada habitante de Lisboa existe o questionamento sobre o destino de Portugal caso um dia ficasse nas mãos da Inglaterra.

Em um dos jantares na casa de Jorge e Luísa aos domingos, surge a discussão sobre a situação do governo. A partir desta conversa emerge um apanhado geral sobre a situação do país e, se focalizarmos nesse jantar, temos a impressão geral do propósito do romance. Da mesma forma em que será aludida a bancarrota da economia lusitana em *Os Maias* é, através das explicações do entendido Cohen, que aqui se discute a queda do ministério, por meio das palavras de SAVEDRA. Segundo ele, em duas semanas, o governo “estava em terra”. Dizia não ser possível continuar com aquele escândalo de entrada e saída de ministros e que há muito tempo se perdera a noção do que era governar em Portugal. Falava que, na situação que o país se encontrava, era impossível se fazer política e que o ministério era composto por “uma coleção de idiotas.”<sup>90</sup>

Julião, sempre irritado com tudo que Portugal representava, uma vez que não obtinha chances na própria nação, completa o quadro geral do país sob a perspectiva do próprio português: “que venham estes, ou que venham aqueles... é-me inteiramente indiferente. É tudo a mesma podridão! O país inspirava-lhe nojo; de cima abaixo era uma choldra; e esperava breve que, pela lógica das cousas, uma revolução varresse a porcaria...”<sup>91</sup> E ironicamente sugere, fazendo um gesto de afiar facas, uma limpeza no país: “onde está o mal, senhor conselheiro, se fuzilarmos alguns banqueiros, alguns padres, alguns proprietários obesos, e alguns marqueses

---

<sup>89</sup> Idem, p. 204.

<sup>90</sup> Idem, p. 285.

<sup>91</sup> Idem, ibidem.

caquéticos!”<sup>92</sup> O conselheiro acredita que o grande problema do país era estar “sinceramente abraçado à família real.”<sup>93</sup> E Sebastião, que dizia nada entender de política, citava fatos que o afligiam, como o mau pagamento dado aos operários, o crescimento da miséria, a falta de escolas e citava o caso dos cigarreiros que eram obrigados a sustentar suas famílias com “apenas de nove a onze vinténs por dia (...) era triste”<sup>94</sup>. Sebastião, sem insultar o país, como a maioria dos portugueses aqui apontados o fazem, fala, mesmo sem entender de política, de praticamente todos os problemas de Portugal e faz, à sua maneira, sua crítica ao país. A insatisfação dos compatriotas é geral, mas Acácio insiste na crença sobre o futuro da nação e afirma que estaria sempre lá, disposto e de bom grado pelo progresso. No auge de seu entusiasmo, ao falar que daria seu sangue pelo trono, propõe um brinde à família real:

Meus amigos, à família real! – e ergueu o copo – à família modelo, que sentada ao leme do Estado, dirige, cercada dos grandes vultos da nossa política, dirige... Procurou o fecho; havia um silêncio ansioso – dirige... – Através das lunetas negras, os seus olhos cravavam-se, à busca da inspiração, na travessa de aletria – dirige... – Coçou a calva, aflito; mas um sorriso clareou-lhe o aspecto, encontrara a frase; e estendendo o braço: ... dirige a barca da governação pública com inveja das nações vizinhas! À família real!<sup>95</sup>

A ironia presente na narrativa é explícita. A única personagem que resolve defender a realeza, e que tenta influir seus amigos para fazer as pazes com a família real, se perde em seu discurso e quase não consegue criar uma frase que defina a sua importância. Talvez o nervosismo o tenha atingido, mas muito mais provável é que o querido conselheiro não tenha achado argumentos suficientes, na verdade quase nenhum, para convencer seus amigos quanto ao prestígio da “família modelo”.

Da mesma forma que a ironia está presente no texto de Eça, encontramos também a hipocrisia aludida pela personagem Leopoldina. Era a única amiga de Luísa, mas Jorge proibia os encontros das duas, pois julgava Leopoldina uma mulher de muitos homens. É vista pela sociedade como insaciável na busca de novos prazeres, novos amores. Por isso, Jorge conclui que poderia ser uma má

---

<sup>92</sup> Idem, p. 286.

<sup>93</sup> Idem, ibidem.

<sup>94</sup> Idem, ibidem.

<sup>95</sup> Idem, p. 290.

influência para sua mulher Luísa. Leopoldina, de fato, tinha vários amantes. Contudo, todos eram conhecedores de suas histórias porque ela permitia que isso acontecesse. Ao contrário, como Luísa, muitas mulheres cometiam o adultério e, quando em casa reunidas com os amigos, passavam-se por santas. O narrador, através de Leopoldina, condena os prejulgamentos lisbonenses e sua cumplicidade com a mentira:

A questão é conhecer-lhe os podres! (...) pôs-se a falar complacientemente dos escândalos de Lisboa, a desdobrar o sudário: citava nomes, especialidades, as que depois de terem “feito o diabo”, gastam, numa devoção tardia, o resto de uma velha sensibilidade; que é por onde elas acabam; algumas são pelas sacristias!<sup>96</sup>

Eça segue a depreciar o país através de suas personagens quando o narrador descreve a cena de Jorge e o conselheiro no teatro. Em um dos intervalos de uma peça em S. Carlos, os dois amigos, ao saírem para fumar, deparam-se com uma das paredes do prédio. Jorge, escandalizado e indignado, mostra para o amigo. A ironia, mais uma vez, é recurso substitutivo da cólera: “Tinham desenhado, com o charuto apagado sobre a parede caiada, enormes figuras obscenas; e alguém, prudente e amigo da clareza, ajuntara por baixo as designações sexuais com uma boa letra cursiva.”<sup>97</sup> Jorge, revoltado, comenta com o amigo que passavam por ali senhoras, que viam e liam aquelas obscenidades e conclui: “Isto só em Portugal!”<sup>98</sup> Acácio lhe conta de certa ocasião em que para ele fora oferecido o charuto apagado para que fizesse um desenho. Disse a Jorge que dera uma lição severa, nos que de tudo achavam graça, escrevendo com a mão firme na parede do teatro “HONRA AO MÉRITO”<sup>99</sup> O conselheiro talvez seja uma das únicas personagens que ainda conserve algum orgulho e defenda seu país. Ao escrever “honra ao mérito” ele adverte seus amigos de que aquela não é uma postura ética para com a sociedade e que seus atos de vandalismo não são apreciáveis.

No último encontro na casa do engenheiro, decorrida em função da morte da empregada Juliana, Julião, que fora até a casa para dar o atestado de óbito à criada, segue a reclamar de sua situação de vida e arrepende-se por não ter-se feito

---

<sup>96</sup> Idem, p. 301.

<sup>97</sup> Idem, p. 332.

<sup>98</sup> Idem, ibidem.

<sup>99</sup> Idem, p. 333.



“advogado, político, intrigante”<sup>100</sup>, uma vez que medicina era um beco sem saída. Protesta que ainda não saíra do atoleiro. Diz ao amigo Sebastião que a população do país está velha, cheia de enfermidades e que tudo em Portugal está podre por dentro e por fora. E fala da necessidade de homens de virtude:

Este país meu caro amigo, tem-se governado até aqui com *expedientes*. Quando vier a revolução contra os *expedientes*, o país há de procurar quem tenha os princípios. Mas quem tem aí princípios? Quem tem aí quatro *princípios*? Ninguém; têm dívidas, vícios secretos, dentes postiços; mas princípios, nem meio! Por consequência, se houver três patuscos que se dêem ao trabalho de estabelecer meia dúzia de princípios sérios, racionais, modernos, positivos, o país tem de se atirar de joelhos, e suplicar-lhes: Senhores, fazei-me a honra insigne de me pôr o freio nos dentes! Ora, eu devia ser um destes. Nasci para isso! E seca-me a idéia de que enquanto outros idiotas, mais astutos e mais previdentes, hão de estar no poleiro a reluzir ao sol [...] eu hei de estar a receitar cataplasmas a velhas devotas ou a ligar as rupturas de algum desembargador caduco.<sup>101</sup>

Conclui seu discurso dizendo: “estúpido país, estúpida vida!”<sup>102</sup> ao que Sebastião nada responde.

Depois da morte de Luísa, já no final do romance, Basílio retorna à Lisboa com seu amigo Reinaldo, que reclama o regresso àquela “pocilga”<sup>103</sup>. Viera apenas para livrar-se de sua última propriedade. O Visconde não esconde sua cólera em relação à nação. Explica para seu criado que chegavam tarde à Lisboa devido ao “transtorno nacional”, graças a bagunça daquele “abjeto país”. E comenta de sua oração, que tem repetido há um ano: “Meu Deus, manda-lhe outra vez o terramoto! Pois todos os dias leio os telegramas a ver se o terramoto chegou... e nada!”<sup>104</sup> Ao blasfemar, parece se sentir agradecido à nação que lhe fornece tantas oportunidades de fazer piadas. Quando é avisado pelo criado de que no hotel em que estavam não havia quartos separados para ele e Basílio, mais uma vez explode de raiva e ironicamente questiona: “Mas quem diabo se lembra de vir a Portugal? Estrangeiros?”<sup>105</sup> e conclui: “é o clima que os atrai (...) este prodigioso engodo nacional! Um clima pestífero. Não há nada mais reles de que um bom clima!”<sup>106</sup>. Basílio ao seu lado mantém-se calado. E o amigo prossegue a resmungar: “Aqui

<sup>100</sup> Idem, p. 341.

<sup>101</sup> Idem, ibidem.

<sup>102</sup> Idem p. 342.

<sup>103</sup> Idem, p. 379.

<sup>104</sup> Idem, p. 380

<sup>105</sup> Idem, ibidem.

<sup>106</sup> Idem, ibidem.

estamos! Aqui estamos no chiqueiro!”<sup>107</sup>. Quando, já instalados, a passear pelas ruas da cidade, riem-se das vestimentas das pessoas e atribuem a cafonice a Lisboa, uma vez que aquele estilo encontrava-se só em Lisboa.

Ao mesmo tempo em que existem portugueses que tiveram a oportunidade de conhecer outros países da Europa e estabelecer um paralelo do próprio país com outras nações, há aqueles mais desgraçados que de lá nunca saíram e também não aturam mais as condições de vida que Portugal oferece. É o caso do Paula, um dos maiores mau-caráter do romance, que estava sempre a bisbilhotar a vida alheia. Suas vendas não iam bem e todas as mortes que vinham acontecendo em sua rua deixavam-no assustado. Começava a detestar os padres e se tornar ateu. Da mesma forma, estava descontente com a administração municipal. Como ele mesmo comentava: “achava tudo uma *porcaria*”.<sup>108</sup>

Em *O primo Basílio* a quantidade de personagens descontentes com o país é maior do que n’*Os Maias*. Talvez isso decorra do propósito do livro: criticar a sociedade lisboeta. Enquanto n’*Os Maias* temos o paradoxal Ega, que durante todo o romance farpeia o país, n’*O primo Basílio* a quantidade de insatisfeitos é maior e nem todos os descontentes tiveram a oportunidade de, através da saída de Portugal e a conseqüente comparação com outros países, reconhecer os problemas da própria nação.

Neste caso o desgosto nasce do cansaço, da contínua exposição às dificuldades que a nação proporciona. E, a partir da fadiga, nascem as críticas. O português confessa o subdesenvolvimento de seu país e sua desvantagem quando comparado aos do norte. A imagem criada é negativa, mesmo quando não há o conhecimento do que seria a sociedade convencionada ideal. Já aqueles que têm esse conhecimento revoltam-se e tudo no país passa a ser visto pejorativamente, adquirindo aspecto de perseguição. Mesmo assim, com todo o reconhecimento do fracasso da nação, as colônias e ex-colônias, bem como seus colonos, seguem sendo apontados como lugares inabitáveis povoados por pessoas quase não humanas.

Essa ideia pode ser averiguada já no início do romance, quando o narrador nos conta da carta que Basílio enviara da Bahia para a Luísa, terminando o

---

<sup>107</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>108</sup> Idem, p. 382.

relacionamento. Dizia ser muito pobre, teria que trabalhar muito ainda para sustentar os dois e, além do mais, “o clima era horrível, não a queria sacrificar”.<sup>109</sup>

O mesmo acontece quando Luísa imagina o que teria sido feito de sua vida caso tivesse casado seguido para o Brasil com Basílio: “Que desgraça, hem! Onde estaria? Perdia-se em suposições de outros destinos, que se desenrolavam, como panos de teatro: via-se no Brasil, entre coqueiros, embalada numa rede, cercada de negrinhos, vendo voar papagaios!”<sup>110</sup>. Mesmo que, em fins do século XIX, o Brasil ainda guardasse maior quantidade de resquícios da sua cultura nativa, sendo mais frequente o encontro com redes, papagaios e coqueiros, para o português esse cenário era uma desgraça, vivenciá-lo era um sacrifício. E, tendo Portugal um clima “reles”, como fora caracterizado por uma personagem do romance, o clima brasileiro só poderia, portanto, ser pior.

Isto é reafirmado quando, já em Portugal, Basílio justifica-se para a prima, explicando a razão de não tê-la levado consigo ao Brasil. Explicava, como já é sabido, que não tinha fortuna e que queria vê-la feliz. Além do mais, fala Basílio “não te podia levar para o Brasil. Era matar-te, meu amor! Tu imaginas lá o que aquilo é!<sup>111</sup>”.

Quando Basílio chega à Lisboa, vindo do Brasil, o narrador comenta que sua passagem pela Bahia “não o vulgarizava”.<sup>112</sup> Voltava, inclusive, mais interessante. Expõe em sua narração a normalidade do fato de os portugueses virem para o Brasil e voltarem com suas boas maneiras deturpadas para Portugal. Mesmo que no país exista um estilo que só Portugal tolera, como comentado por Visconde Reinaldo, o estilo brasileiro era devastador.

Surge na narrativa um tom de deboche quando Basílio canta uma modinha da Bahia, fazendo uma paródia de sua letra e imitando comicamente a voz chorosa do refrão. A letra da música tratava de uma “negrinha” que, nascida na roça, apaixonou-se por um feitor branco; e sua melodia possuía balanço e um embalo tropical. Basílio comenta que a música causava delírio na cidade brasileira quando cantada e, imitando-a com escárnio, divertia seus amigos. A canção em si possui conteúdo racista: “sou negrinha, mas meu peito sente mais que um peito branco”<sup>113</sup>, como se

---

<sup>109</sup> Idem, p. 27.

<sup>110</sup> Idem, p. 29.

<sup>111</sup> Idem, p. 103.

<sup>112</sup> Idem, p. 63.

<sup>113</sup> Idem, p. 101.

os negros tivessem sentimentos diferentes dos brancos e, a propósito da canção, surge o assunto da escravidão.

O conselheiro, que achara a modinha “deliciosa”<sup>114</sup>, comenta que sabia que no Brasil os negros eram muito bem tratados, mas que, mesmo assim, a escravidão era um atraso e característica de lugares não civilizados. De muitos anos já datava a abolição da escravatura em Portugal (1761). De fato, essa era uma atitude da qual o português poderia se vangloriar. Contudo, a escravidão existente no Brasil, somada ao comércio de negros e índios, foi adotada por eles com o intuito de enriquecer o país europeu. A penúria enfrentada por muitos escravos indígenas e trazidos de África, deu-se graças a exploração feita pelo português. O Brasil, naquela época, com certeza não tinha o grau de evolução que Portugal já alcançara. Contudo, as atitudes “não civilizadas”, como a escravidão, vinham do “evoluído” país da Europa.

E mesmo com a precoce abolição no ano de 1761, no romance de Eça de Queirós, escrito em 1878, ainda encontramos personagens que lamentam o fim da escravidão. Falava-se, na casa de Luísa e Jorge, sobre a dificuldade em se encontrar criados competentes e que tivessem poucas exigências. O comentário é que estavam cada vez mais atrevidos e imorais. Por isso, conclui Julião: “foi um grande erro abolir a escravatura!”.<sup>115</sup> O conselheiro o questiona sobre o princípio da liberdade, onde que ficava? Mas também não nega que os negros eram os melhores criados e cozinheiros. O exemplo de empregados mal intencionados está em Juliana que, com cartas da patroa em seu poder, exige alguém que a pudesse ajudar nas tarefas diárias, pois sozinha não conseguiria. E ainda diz para Luísa que “quem queria negras trazia-as do Brasil!”<sup>116</sup> Juliana faz alusão ao trabalho escravo e insinua que o seu serviço se aproximava ao regime imposto às negras brasileiras. Por mais desgraçada que fosse a vida da criada, ela jamais aceitaria o mesmo ritmo de serviço que as negras brasileiras submissamente aceitavam.

Tanto os ex-colonos quanto os ainda colonos e seus territórios eram aludidos de maneira negativa. O trabalho em excesso era trabalho para negros; o calor em excesso era “calor de um país de negros”.<sup>117</sup> O colono africano passa a ter características diferentes dos brancos, pois só um ser mais rude era capaz de suportar grandes castigos. E isso ampara a ideia de Santos, de que a produção da

---

<sup>114</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>115</sup> Idem, p. 257.

<sup>116</sup> Idem, p. 272.

<sup>117</sup> Idem, p. 227.

inferioridade é necessária para a manutenção da importância da descoberta imperial.

Da mesma maneira, os territórios ultramarinos, além de sofrerem uma exploração desenfreada, ainda serviam de despejo para aqueles que em Portugal eram tidos como criminosos. O castigo para portugueses que desafiassem a lei era ir para a costa da África. Quando Sebastião, acompanhado do militar Mendes, vai em busca das cartas que estão no poder de Juliana, imagina que a criada imediatamente entregaria as provas, temendo a costa da África ou uma viagem para o Brasil. E, quando pressiona a empregada, confessa saber de suas atitudes e a ameaça: “você não roubou só as cartas; roubou roupas, camisas, lençóis, vestidos (...) deu-lhos ela, mas à força, porque você a ameaçava. Você arrancou-lhe tudo. É roubo. É de África!”<sup>118</sup>.

Segundo o historiador Marc Ferro, conforme citação em livro de Santos, “os portugueses foram os primeiros que quiseram livrar-se dos criminosos, dos delinqüentes, mandando-os cumprir pena para longe”<sup>119</sup>. Dessa maneira, segundo Santos, “a partir de 1415, cada navio que partia a explorar a costa de África levava seu contingente de degredados”<sup>120</sup>. Além do medo de ir para lugares distantes, o castigo os fazia enfrentar o clima diferente e a selvageria dos habitantes dos territórios além-mar.

E – da mesma forma que em Os Maias - o colono é citado; é caracterizado pelo português, mas não tem voz. A construção de sua imagem, a impressão que nos é transmitida – de sujeitos ignorantes e submissos pertencentes a territórios inabitáveis – é feita por portugueses. A tentativa de questionar esses discursos sacralizados, e tidos como “normais”, é o trabalho dos críticos pós-coloniais que lutam para destacar a inferioridade conferida aos colonizados nos textos que adotaram um caráter imperialista. E, por mais que o colonialismo português tenha sido específico, a maneira como ele representou seu colono foi a mesma que o fizeram as nações imperialistas que ditavam o padrão mundial. O subalterno é silenciado uma vez que seu superior está muito próximo de ser absorvido pela cultura colonizada. A proximidade de identidades apavora o colonizador português, que exagera na selvageria concedida ao colono na tentativa de dele se diferenciar.

---

<sup>118</sup> Idem, p. 338.

<sup>119</sup> FERRO apud SANTOS, 2006, p. 259.

<sup>120</sup> SANTOS, 2006, p. 259.

Segundo Bhabha, a “*mentira do império* (...) decorre da pretensão de integridade e completude na incorporação do conhecimento cultural nativo<sup>121</sup>”. E, para Santos:

A “mentira do império” (...) não se põe do mesmo modo no caso do império português. A mentira deste foi em muitas circunstâncias a de pretender ser império “como os outros” e esconder o medo de ser absorvido ou incorporado pelas colónias, como sucedeu no período em que a coroa portuguesa fugiu para o Brasil e estabeleceu a capital do Império no Rio, um acto de ruptura representacional com a idéia imperial de império sem paralelo na modernidade ocidental.<sup>122</sup>

#### 4.2 Os Maias

Das duas obras do escritor Eça de Queirós aqui analisadas, *Os Maias*, romance publicado em 1888, além de ser o mais extenso, é aquele que mais passagens possui sobre parte da análise proposta: qual a visão do português ante seu próprio país.

O romance é comumente abordado a partir de temas como o amor – relacionamentos do protagonista Carlos da Maia no desenrolar de sua vida; o incesto – graças ao envolvimento inconsciente e, mais tarde, consciente entre os irmãos; e a infidelidade conjugal, a falência da instituição do casamento, que dão origem a uma série de encontros e desencontros e levam alguns críticos a classificarem a obra do escritor português como uma *tragédia*<sup>123</sup>.

Há, contudo, uma segunda vertente de crítica no romance que, apesar de identificada, não é ainda normalmente examinada. Trata-se da profunda análise que Eça faz, em seu texto, sobre Portugal, especialmente Lisboa. Nele, além de vermos descritas todas as mazelas de uma sociedade que se apresenta como arruinada, preguiçosa, retrógrada e saudosista, temos também a constante comparação de Portugal com o restante da Europa – especialmente França - em termos de progresso.

O romance tem como cenário Lisboa, já na segunda metade do século XIX. Apesar de remontar a três gerações da família – Afonso da Maia, Pedro da Maia e Carlos da Maia - o tema central da narrativa desenvolve-se na terceira geração, em torno de Carlos e suas experiências. A história inicia-se com a descrição do Ramalhete, a casa dos Maias: um antigo e sombrio casarão com histórias tristes.

<sup>121</sup> BHABHA apud Santos, 2006, p. 246.

<sup>122</sup> SANTOS, 2004, p. 246.

<sup>123</sup> Resumo e crítica contidos na edição de 2005 da L&PM Pocket e que classificam a obra do escritor português como uma tragédia.

Para lá irá se mudar Carlos da Maia ao retornar da sua faculdade em Coimbra e da sua extensa viagem pela Europa. Com ele irá seu avô, Afonso da Maia, responsável pelo neto desde que seu filho, Pedro da Maia, cometera suicídio.

Pedro, segundo o narrador, fora educado dentro dos padrões românticos, isto é, de maneira religiosa e protecionista. A partir de sua concepção de mundo, não resiste ao falecimento da mãe encontrando a felicidade novamente apenas ao encontrar sua amante: Maria Monforte, filha de um traficante de escravos. Com ela se casa, mesmo contrariando seu pai Afonso, e tem dois filhos: Carlos Eduardo e Maria Eduarda. O casamento, contudo, não dura. Monforte foge com um italiano que Pedro acolhe em sua casa. Leva consigo a filha Maria Eduarda e deixa Carlos aos cuidados do pai Pedro que não suporta o abandono da mulher e comete suicídio.

Carlos é criado, portanto, em acordo com os costumes britânicos do avô. Ao retornar de Coimbra formado em medicina, volta a morar com Afonso e é cercado de amigos, entre eles João da Ega, Alencar, Euzébiozinho, Dâmaso, maestro Cruges, entre tantos. É nas reuniões com esses e mais amigos que, Carlos e principalmente o enfezado Ega, discutem questões que os preocupam em relação à política, os costumes e o comportamento do país. A profissão de médico pouco é exercida. Carlos chega a montar um luxuoso consultório, mas uma pequena quantidade de clientes o procura. Da mesma maneira, cria um laboratório, na intenção de realizar pesquisas. Porém lá nada investiga. Do mesmo jeito que guia a profissão, Carlos governa sua vida. Vê-se desestimulado a viver intensamente em um país onde a sociedade é desprovida de motivações científicas e culturais. Pensa com frequência nos países que visitou ao viajar pela Europa e os idealiza como “civilizações superiores” ao compará-los com Portugal.

Sua vida amorosa também não era muito agitada. Como muitos de seus amigos, mantinha um relacionamento ilícito com alguma mulher casada. O seu caso era com a condessa Gouvarinho que mais tarde é abandonada pelo médico. Carlos conhece madame Castro Gomes e apaixona-se por ela. Durante algum tempo segue, sem êxito, aquela que ele julgava ser mulher do brasileiro Castro Gomes, até que um dia, essa mesma mulher, o manda chamar em casa, pois tem a filha adoentada. O encantamento é recíproco e os encontros entre os dois começam a dar-se com mais frequência na ausência do marido brasileiro. Carlos compra uma casa onde possa instalar a amante e encontrá-la com mais tranquilidade. Quando Castro Gomes retorna de seus negócios, descobre os acontecimentos e procura

Carlos no sentido de esclarecer que a moça nunca fora sua esposa, sendo apenas uma companheira paga. Dessa maneira, Carlos poderia com ela ficar. Receoso, contudo, de magoar seu avô com a história de vida de sua noiva, combina com sua amada de esperarem a morte do velho para depois casarem-se.

Entretanto, coincidentemente chega um emigrante de Paris e entrega a Ega, grande amigo de Carlos, um cofre que pertencera à mãe do amigo e cujo conteúdo garantiria uma vida digna a sua filha, Maria Eduarda. Carlos julgava que, assim como sua mãe, a irmã estivesse morta há muito tempo. Ega, ao ler os documentos, descobre o parentesco entre Carlos Eduardo e a moça, até então conhecida como madame Castro Gomes: eram irmãos. Carlos, desnortado ao saber a notícia por Ega, ainda vai ao encontro da irmã como amante e mantém com ela, conscientemente, uma relação incestuosa. O avô, ao descobrir a existência da neta que julgava morta e a sua relação amorosa com o próprio irmão, tem uma apoplexia e morre.

Os destinos dos dois irmãos são decididos após o funeral. Maria Eduarda, agora com sua identidade esclarecida, vai morar em Paris e por lá se casa. Carlos Eduardo faz viagens pelo mundo, sempre acompanhado de seu amigo Ega. Anos mais tarde, Carlos acaba fixando residência em Paris e segue, mesmo em um país por ele considerado superiormente civilizado, sua mesma vida inativa, que costumava levar em Portugal.

Como já comentado, as análises geralmente realizadas sobre *Os Maias* são aquelas que tomam como linha primordial a abordagem do incesto e de onde nasce a possibilidade de sua realização. Para tal, parte-se do princípio que a intriga arterial do romance germina a partir do momento em que Monforte foge com o forasteiro italiano, separando os dois irmãos. Surgem nas análises duas afirmações: a) as mulheres são representativas do pecado e da perdição; b) o casamento é uma instituição falida – e geralmente a responsabilidade por tal falência é dada a mulher. Começa-se, portanto, uma gama de críticas sobre o comportamento feminino e suas consequências, e, sobre a infidelidade conjugal, que não são os pontos que são analisados, ou reanalisados aqui. Surgem também as críticas que tentam associar as criações de Eça de Queirós e suas mulheres “traíçoeiras” com sua vida particular, isto é, ao polêmico tema de sua infância. Para o biógrafo João Gaspar Simões, que claramente defendeu tal hipótese:



Se atentarmos no seu nascimento e nas circunstâncias em que os seus primeiros anos vão decorrer, logo se nos deparará que êsse jôgo violento entre os sentimentos que arrebatam o homem ao jugo da sua razão para o lançarem nas vias por onde se ascende ao imaginário e ao ideal e a própria razão que o compele a não perder de vista a estreita e severa realidade, jôgo que se denuncia na obra do escritor, não passa, afinal, de uma imagem da sua própria existência nos primeiros anos de vida.<sup>124</sup>

O foco deste estudo, contudo, migra para a outra vertente de análise proposta para a obra de Eça de Queirós. O texto de *Os Maias* será utilizado como instrumento para um exame do português do século XIX nas suas relações com a pátria, com suas colônias e colonos. A visão negativa acerca do próprio país, a cobiça em relação a outros países europeus e a necessidade de o colonizador português caracterizar o seu colonizado como selvagem, são encontradas tanto nessa obra específica de Eça, quanto em outros romances publicados pelo escritor.

A primeira manifestação de preferência por outros países, que não Portugal, aparece já na reforma do Ramalhete – casa para onde irão voltar Afonso e seu neto Carlos. Por estar a algum tempo abandonada e, por isso, inabitável, Carlos resolve fazer uma melhoria naquela que seria sua residência nos próximos anos. Tal reforma se realizaria no retorno de suas férias gozadas na Europa, mais especificamente Paris e Londres - o narrador do romance, heterodiegético e em terceira pessoa, caracteriza Carlos como um homem “de gosto e de luxo”<sup>125</sup> por escolher tais metrópoles para desfrutar de seus momentos de descanso.

A restauração exigiria um profissional que se ocupasse do trabalho e Vilaça, procurador da família, providencia um artista de Portugal mesmo, por coincidência compadre seu, que realizasse o trabalho. Carlos, contudo, retorna à Lisboa de sua viagem com um arquiteto-decorador de Londres e, mesmo que às pressas, sem muito planejamento, entrega o trabalho àquele que saberia criar um “interior confortável de luxo inteligente e sóbrio.”<sup>126</sup> Vilaça, ao saber da decisão de Carlos, sente-se ofendido por tal desconsideração de um artista nacional, enquanto Esteves, o próprio artista que também era político, brada no seu ambiente de trabalho que “isto era um país perdido”<sup>127</sup>. É nítida a predileção de Carlos, rapaz de bom-gosto segundo o narrador, por um artista que, mesmo não tendo as condições temporais

---

<sup>124</sup> SIMÕES, 1945, p. 25.

<sup>125</sup> QUEIRÓS, 2005, p. 16. v. I

<sup>126</sup> Idem, p. 17.

<sup>127</sup> Idem, Ibidem.

favoráveis ao seu serviço, saberá fazer um trabalho mais convincente que um artista nacional que teria mais tempo para se preparar.

Carlos certamente fora influenciado por seu avô Afonso que, quando mais jovem, morou na Inglaterra e graças a tal experiência soubera criar seu neto dentro dos padrões britânicos. Talvez fosse por isso que, ao decorar o Ramalhete, o rapaz exagerasse nas tapeçarias e veludos, uma vez que estava acostumado e louvava o requinte dos climas frios. No passado, quando Afonso chega ao país inglês, sente-se encantado por “aquela raça tão séria e tão forte”<sup>128</sup>. E quando retorna a Portugal não consegue deixar de pensar na Inglaterra. Por isso, faz críticas severas ao próprio país a partir de uma comparação que estabelece com a sua querida Bretanha:

Mas não esquecia a Inglaterra – e tornava-lha mais apetecida essa Lisboa miguelista que ele via desordenada como uma Túnis barbaresca; essa rude conjuração apostólica de frades e bolleiros, atroando tabernas e capelas; essa plebe beata, suja e feroz, rolando do lausperene para o curro, e ansiando tumultuosamente pelo príncipe que lhe encarnava tão bem os vícios e as paixões (...) o que não tolerava era o mundo de Queluz, bestial e sórdido.<sup>129</sup>

Afonso, depois de voltar a Portugal e viver inconsolado no próprio país, mais uma vez retorna à Inglaterra, só que desta vez exilado. Contudo, o exílio não lhe traz padecimento, pois pôde carregar consigo seus bens (já que estes não foram confiscados), mulher e filho. Não vive, em nenhum momento, as privações e o sofrimento que a expulsão da pátria proporciona. Reside onde sempre quis, num país que julgava próspero, mais digno de se viver do que Portugal. Pensava em ali viver pelo resto de sua vida, usufruindo “aquela paz e aquela ordem”<sup>130</sup>. Vive um sonho, enquanto sua mulher, também portuguesa, sofre com saudades do país e dos parentes. Ela representa, diferentemente de Afonso, o sofrimento que o desterro gera ao lançar patriotas em um espaço que não é seu. A senhora julga ser a Inglaterra um país de hereges, de língua bárbara e de uma friagem sem cabimento que a fazia viver arrepiada, enrolada em peles. Seu único momento de felicidade dava-se à noite, quando, junto às criadas portuguesas, rezava o terço gozando um

---

<sup>128</sup> Idem, p. 23 – 24.

<sup>129</sup> Idem, p. 24.

<sup>130</sup> Idem, p. 26.

momento em que realizava uma espécie de exorcismo católico naquela terra de descrentes.

Essa ambivalência de olhares, um representado por Afonso e outro representado por sua esposa, mostram aquilo que Boaventura de Sousa Santos apresenta em seu artigo em que aponta Portugal como Caliban dentro da Europa. Afonso representa o viajante, que, por ser de nações mais desenvolvidas, chega a Portugal e escandaliza-se com seus costumes. Ela representa uma parcela da população portuguesa, acostumada com suas tradições e defensora da manutenção de seus hábitos. Afonso, por ter um comportamento mais aproximado ao do norte da Europa, mesmo ele sendo português, considera Portugal e suas particularidades deploráveis e assume a sua preferência por outro país que não o seu de origem.

Pedro, filho de Afonso e sua melancólica senhora, fora educado segundo as concepções de sua mãe. Quando a perde, cai em profunda depressão que o leva à bebida e longos momentos de esquecimento em sua própria casa. Situação que só muda quando conhece Maria Monforte, mais conhecida nos arredores de Lisboa como “a negreira” por seu pai ser traficante de escravos. Na verdade, essa história fora mal provada, não sendo por completo confiável. Como não sabem muito da história do pai e da filha em Portugal, começam a inventar e concluem que o velho fora traficante de negros e que agora com o dinheiro que arrancara da pele do africano, gozava sua vida. Ao momento que o boato se espalha por Lisboa, começam os olhares maldosos, os julgamentos, o preconceito do povo português contra aquele homem que fizera seu dinheiro através do sangue que arrancava em facadas. A relação de Pedro com a moça nunca fora apoiada por seu pai, Afonso. Da mesma forma que seus conterrâneos, julgava a negreira como um mau partido, que não serviria nem para amante. Definia a moça como a filha de um assassino, de um negreiro.

Quando já na responsabilidade pelo neto Carlos, que ficara com seu falecido filho Pedro, Afonso é criticado pela maneira que cria o menino. Amigos comentam a falta de catolicismo em sua criação e acreditam que todo aquele estrangeirismo de Afonso não se encaixava em Portugal. Da mesma forma, Afonso criticava a educação que as Silveiras davam a Euzébio. Mais uma vez na comparação de costumes entre Portugal e Inglaterra, aquele que é conhecedor dos dois lugares e não apenas de Portugal, prefere a educação britânica e condena a educação à portuguesa. A criação de Euzébiozinho é retrógrada, os hábitos portugueses são

primitivos e Afonso, consciente que no norte da Europa há um mundo mais moderno, não aceita aqueles costumes:

Tinha três ou quatro meses mais que Carlos, mas estava enfezado, estiolado, por uma educação à portuguesa; daquela idade ainda dormia no choco com as criadas, nunca o lavavam para o não constiparem, andava couraçado de rolos de flanelas!<sup>131</sup>

E, em relação à educação religiosa, indignava-se:

Passava os dias nas saias da titi a decorar versos, páginas inteiras do *Catecismo de perseverança*. Ele por curiosidade um dia abriu este livreco e vira lá, 'que o sol é que anda em volta da Terra (como antes de Galileu), e que Nosso Senhor todas as manhãs dá as ordens ao Sol, para onde há de ir e onde há de parar, etc., etc.' E assim lhe estavam arranjando uma almazinha de bacharel...<sup>132</sup>

Afonso também fora criticado pela escolha profissional do neto. Os “fiéis amigos de Santa Olávia”<sup>133</sup> sempre acreditaram que o rapaz se formaria em Direito. Muitos companheiros não acreditavam que um moço que ia crescendo tão formoso e com tanta saúde, pudesse passar o resto de sua vida se sujando de sangue e receitando remédios. Fazer medicina e ser responsável na luta pela vida humana ainda não era bem visto na atrasada nação portuguesa.

Afonso aproveita-se de sua má relação com o país e utiliza a situação para revidar aos amigos que havia criado seu neto para ser útil ao país e não para ser um vadio. E acrescenta que: “Num país em que a ocupação geral é estar doente, o maior serviço patriótico é incontestavelmente saber curar”.<sup>134</sup> Afonso aloja seu neto em Coimbra para a realização de seus estudos à maneira inglesa, com todo o conforto do mundo.

Todo esse requinte torna Carlos respeitável pelos fidalgos. Contudo, quando se descobre que o dono destes aposentos considerava o país uma “choldra ignóbil”<sup>135</sup>, são os revolucionários que começam a visitá-lo com mais frequência. Carlos, que fora fortemente influenciado por seu avô conhecedor de outras nações, compartilha a ideia de que Portugal era habitado por gente desprezível. Quando se

---

<sup>131</sup> Idem, p. 82.

<sup>132</sup> Idem, p. 82.

<sup>133</sup> Idem, p. 91.

<sup>134</sup> Idem p. 92.

<sup>135</sup> Idem, ibidem.

forma em Coimbra, Carlos sai em viagem pela Europa. Este é o momento em que tudo que seu avô defendia sobre o norte do continente será por ele verificado. E onde Carlos criará, em definitivo, uma perspectiva relativa ao país completamente diferente do olhar daqueles portugueses que da nação nunca saíram ou que não têm conhecimento do que é o mundo fora de Portugal. Na última carta que escreve ao seu avô enquanto viaja, Carlos já elogia a Inglaterra e sua “admirável organização dos hospitais de crianças”<sup>136</sup>.

Quando, de volta à Lisboa, e já instalado no Ramalhete com o avô, Carlos começa a desfrutar de jantares junto aos seus amigos e de Afonso. Nessas reuniões, além de deliciarem-se com largas refeições, discutem a situação do país. O governo é normalmente alvo das conversas, tendo aqueles que o defendem e os que o condenam.

Em um destes debates, protagonizado por Carlos e pelo mestre-de-obras Vicente, fica nítida a insatisfação dos amigos ante ao rumo que Portugal tomava. Vicente considerava Carlos um “avançado” pelo fato de quando cruzarem pela rua, os dois vizinhos, o rapaz fazer questão, por simpatia, de lhe apertar a mão. Tal atitude fazia com que Vicente depositasse em pessoas como Carlos as suas esperanças em relação ao progresso da nação. Nessa conversa, declara que desejava um navio:

- Sim, senhor, um navio fretado à custa da nação, em que se mandasse pela barra fora o rei, a família real, a *cambada* dos ministros, dos políticos, dos deputados, dos intrigantes, etc. e etc.
- Mas está o sr. Vicente bem certo que apenas a *cambada* (...) desaparecesse pela barra fora, ficavam resolvidas todas as coisas e tudo atolado em felicidade? (...)
- Mas, suprimida a *cambada*, não via S. Ex<sup>ª</sup>.? Ficava o país desatravancado; e podiam então começar a governar os homens de saber e de progresso...
- Sabe V. Ex<sup>ª</sup>. qual é o nosso mal? Não é má vontade dessa gente; é muita soma de ignorância. Não sabem. Não sabem nada. Eles não são maus, mas são umas cavalgadas! <sup>137</sup>

Dentre estes amigos de Carlos, estava João da Ega. Os dois que já se conheciam de Coimbra, reencontram-se mais tarde em Lisboa, sendo esta a primeira vez que se viam depois da viagem do Maia à Europa. Quando se revêem, surge no texto de Eça de Queirós mais uma marca nítida da visão que alguns

---

<sup>136</sup> Idem, p. 98.

<sup>137</sup> Idem, p. 111.

portugueses tinham do país quando comparado a outras nações. O primeiro comentário que Ega faz sobre o amigo é: “Tu vens esplêndido desses Londres, dessas civilizações superiores”.<sup>138</sup> Os companheiros de discussões sobre o país muito se acertavam em suas opiniões. Os dois eram cientes da situação contrária ao progresso de Portugal e passavam boa parte do tempo a dividir ideias sobre a nação.

Em determinada ocasião, Carlos discute com Ega sobre a dificuldade de se pôr em prática, em Portugal, determinados hábitos que fora dali fluíam muito bem. Ega dá uma resposta que concretiza aquilo que Boaventura nos fala sobre a situação de Portugal em relação à nação inglesa. Segundo o sociólogo, houve momentos, principalmente a partir do século XVIII, em que Portugal torna-se dependente, de maneira quase que colonial dos países centrais, especialmente da Inglaterra. Pelo fato de estar subordinado ao auxílio de grandes potências, o país perde sua imponência de império e passa a ser visto pelos países ricos como um povo inferior, também colonizado e incapaz de, sozinho, defender seus territórios. O povo de Portugal passa a ser enxergado pela Inglaterra, por exemplo, de maneira semelhante com a que os portugueses vêem seus colonos africanos.

Da mesma forma, muitos costumes que começam a ser praticados no país, vêm como consequência desta sujeição a que a nação é obrigada a enfrentar por questões de sobrevivência. O problema é que o resultado destas experiências nem sempre é o mesmo que se dá nas “civilizações superiores” em função de uma mentalidade ultrapassada do povo português. A discussão dos rapazes está, nesse momento, direcionada a moças. É então que Ega acha a solução para o problema da escassez de mulheres no país:

- Enfim – exclamou Ega -, se não aparecerem mulheres, importam-se, que é em Portugal para tudo o recurso natural. Aqui importa-se tudo. Leis, idéias, filosofias, teorias, assuntos, estéticas, ciências, estilo, indústrias, modas, maneiras, pilhérias, tudo nos vem em caixotes pelo pacote. A civilização custa-nos caríssima, com os direitos da alfândega: e é em segunda mão, não foi feita para nós, fica-nos curta nas mangas... nós julgamo-nos civilizados como os negros de S. Tomé se supõem cavalheiros, se supõem mesmo *brancos*; por usarem com a tanga uma casaca velha do patrão... Isto é uma choldra torpe. Onde eu pus a charuteira?<sup>139</sup>

---

<sup>138</sup> Idem, p. 106.

<sup>139</sup> Idem, p. 111.

Ao mesmo tempo em que Ega utiliza São Tomé para exemplificar a situação de Portugal em relação aos países de que tudo importa, ele põe em prática um discurso colonial que não leva em consideração a fragilidade do seu “império” português e que não lembra a especificidade da colonização portuguesa, tema que também nos leva a Boaventura de Sousa Santos.

Ega, mesmo sendo português, e como representante de uma nação que não tem força e inteligência suficientes para colonizar por conta própria, assume o discurso que marginaliza, próprio de colonizadores “normais”. Ele utiliza o *selvagem* - no seu ponto de vista - para exemplificar a sua *semi-selvageria* em relação aos países desenvolvidos da Europa. Nessa situação podemos apelar também ao crítico Edward Said, quando ele nos diz, no seu livro *Cultura e Imperialismo*, que a imagem das colônias e do próprio colono já vem pronta nos discursos coloniais. O *selvagem* era a única versão da imagem do colono que qualquer português do século XIX poderia nos apresentar.

O companheirismo de Carlos e Ega era notável. Os amigos passavam boa parte do tempo juntos, uma vez que nenhum dos dois possuía grandes ocupações. Quando reunidos, tinham diálogos e ideias que materializam as aspirações de pessoas conscientes da situação de Portugal e preocupadas com tal condição. Ao mesmo tempo em que consideravam o país uma “choldra ignóbil”, em poucos momentos buscavam atitudes que pudessem melhorar a situação da nação. Em uma tentativa, Ega tem a ideia de criar uma revista nacional. Na revista se faria uma reciclagem do gosto nacional, tendo como alvo principal para essa renovação a política. Os textos teriam a função de regulamentar a sociedade, seriam “a força pensante de Lisboa”.<sup>140</sup> A ideia, contudo, não sai do papel.

Suas críticas e a nítida insatisfação com o país espalhavam-se por todos os níveis da sociedade portuguesa. Para eles, também os âmbitos jornalístico e artístico estavam perdidos. Quando se referia à arte, Carlos acreditava que “não valia a pena nem bramar”.<sup>141</sup> Ega considerava seus compatriotas uma massa espessa de portugueses sonolenta e grosseira, que desdenhava a inteligência e era incapaz de se interessar por uma frase bem feita. Concluía que na terra de

---

<sup>140</sup> Idem, p. 128.

<sup>141</sup> Idem, p. 133.

“imbecilidade nacional”<sup>142</sup> em que vivia, a única saída era “plantar com cuidado os seus legumes”<sup>143</sup>.

Quanto aos jornalistas, ainda contavam com uma terceira opinião, a de Batista, criado de Carlos, que reclama da infidelidade dos jornais portugueses. Quando questionado por Carlos sobre as notícias do dia, sentia-se inseguro ao repassar informações que havia lido, uma vez que os jornais portugueses imprimiam sempre os nomes estrangeiros erroneamente. Ao que Carlos revidava que eram umas bestas e comenta que ainda no mesmo dia Ega estava a brigar com eles. Para Ega, não havia em Portugal nem jornais nem revistas sérias. Julga que a ausência de notícias competentes, como a crítica de livros, por exemplo, acontece, pois os próprios jornalistas reconhecem-se incompetentes. E também porque o público não se importa com a falta de leituras construtivas.

A população portuguesa, para Ega, está bestializada com as notícias que se ocupam da vida alheia. Não têm mais eles a capacidade de se fazer e ler uma boa crítica sobre uma obra de arte, ou sobre um livro de viagens, uma vez que já não têm mais nem frases e nem ideias: “A obra de literatura passa muito alto – nós chafurdamos aqui muito embaixo”<sup>144</sup>.

Ainda no grupo de amigos dos Maias, e, compartilhando em alguns momentos com a ideia da decadência de Portugal, somos apresentados ao conde Gouvarinho. Este acredita que o grande problema do país é a falta de pessoal. Comenta que quando se precisa não há economistas, não há bispos e nem mesmo pessoas responsáveis por serviços subalternos, como o de estofador, por exemplo. Outra personagem que nos é introduzida é o Dâmaso Salcede, que pela Inglaterra é o mais fascinado. Defende que aquilo sim é que é terra - declara ser Portugal um chiqueiro<sup>145</sup> - e que adoece caso por lá não passe nem que seja uma vez por ano.

Quando o assunto é a economia do país, a maledicência começa novamente. Em um dos banquetes em que normalmente se reuniam os amigos de Afonso e de seu neto Carlos, Cohen, que mais entende de questões econômicas e desta vez é o anfitrião da noite, é questionado sobre as finanças do país. E declara que, sem sombra de dúvida, Portugal se encaminhava, com passo seguro e direito, para a

---

<sup>142</sup> QUEIRÓS, 2005, p. 51. v. II

<sup>143</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>144</sup> Idem, p. 229.

<sup>145</sup> QUEIRÓS, 2005, p. 155. v. I



bancarrota. Acreditava que, em dois ou três anos, o país viria a falir e, para que isso não acontecesse eram necessárias reformas.

Impressionado com as notícias de Cohen, mas não surpreso com mais uma decepção que só Portugal poderia providenciar, Ega brada que a solução para os problemas do país seria uma invasão espanhola. Defende que, somente através de um ataque espanhol, as nações militar e marítima portuguesas iriam à luta para defender a linha da costa de Portugal. Da mesma maneira, essa era a chance do país de utilizar suas colônias de um jeito vantajoso, ao fazer, através destas, alianças com outros países. Além do mais, com o ingresso dos espanhóis em Portugal nascia a oportunidade de se fazer renascer o espírito de combate que há muito o português perdera. A luta pela sobrevivência faria com que eles dispensassem esforços surpreendentes quando lá, em guerra, estivessem rebaixados e beirando a derrota. A cólera parece dominar Ega e, no seu discurso, o rapaz a transforma em ironia:

- Nisto: no ressuscitar do espírito público e do gênio português! Sovados, humilhados, arrasados, escalavrados, tínhamos de fazer um esforço desesperado para viver. E em que bela situação nos achávamos! Sem monarquia, sem essa caterva de políticos, sem esse tortulho da *inscrição*, porque tudo desaparecia, estávamos novos em folha, limpos, escarolados, como se nunca tivéssemos servido. E recomeçava-se uma história nova, um outro Portugal, um Portugal sério e inteligente, forte e decente, estudando, pensando, fazendo civilização como outrora... Meninos, nada regenera uma nação como uma medonha tarefa... Oh! Deus de Ourique, manda-nos o castelhano!<sup>146</sup>

Dâmaso Salcede, ao ouvir as ideias de Ega, comenta que frente a uma invasão espanhola ele fugiria. Ia-se correndo para Paris. Foi então que o idealista ficou radiante de alegria ao poder mostrar através daquele exemplo, da pretensão de fuga de Dâmaso, que todo Portugal pensava assim. Desde a classe mais alta até a mais baixa não representaria o brio português frente qualquer conflito. Insinua que, no que aparecesse o primeiro soldado espanhol, toda raça portuguesa fugiria como uma lebre assustada. Carlos e Cohen discordam. Os dois defendem a ideia de que o soldado português era muito forte. Podia até não ser disciplinado, mas era, sem dúvida, muito valente. Advogavam que do país ninguém fugiria, que lá permaneceriam e morreriam bem. Foi então que Ega explodiu aos berros. Questionava seus amigos que exército e que soldados tinha o país? Bradava que os

---

<sup>146</sup> Idem, p. 164 – 165.

combatentes de Portugal, depois de dois dias de caminhadas, baixavam em massa no hospital, sem forças, a vomitar. E mais uma vez faz um retrato geral da nação como um país com a reputação perdida, “a mais miserável raça da Europa”<sup>147</sup>. Sem cansar, na tentativa de convencer seus amigos, Ega perguntava:

Para quem estavam eles fazendo essa pose heróica? Então ignoravam que esta raça, depois de cinqüenta anos de constitucionalismo, criada por esses saguões da Baixada, educada na piolhice dos liceus, roída de sífilis, apodrecida no bolor das secretarias, arejada apenas ao domingo pela poeira do Passeio, perdera o músculo como perdera o caráter, e era a mais fraca, a mais covarde raça da Europa? ...<sup>148</sup>

Ega fora, mais de uma vez, questionado por seus amigos do porquê de não pôr em prática, ou tornar pública, todas aquelas ideias revolucionárias. Certa vez, em uma conversa entre Carlos e Cruges, o maestro mostra-se espantado com a inércia de Ega, ao comentar que com todo seu talento Ega não fazia nada. Carlos o repreende argumentando que ninguém faz nada. E ninguém o faz por que se Ega escrevesse um belo livro, ninguém o leria. Da mesma forma, diz o maestro, se eu escrevesse uma bela ópera, quem a representaria? E os dois concluem: “Isto é um país impossível...”<sup>149</sup> Afonso da Maia vê-se, às vezes, importunado com Carlos e Ega. Escuta melancolicamente as afirmações revolucionárias do neto e de seu amigo e conclui que todas aquelas palavras não são mais nada do que a glorificação de seu torpor. Até que sugere: “Pois então façam vocês essa revolução. Mas, pelo amor de Deus, façam alguma coisa!”<sup>150</sup> Ega reconhece que o país é uma “choldra”, mas que pouco faz por ele. Admite as belezas naturais do país, mas insiste em afirmar que o problema está na administração da pátria. E se questiona do porque de não haver uma união daqueles inconformados com o país – inclusive ele -, para refundi-lo, refazê-lo ao molde de novas e melhores ideias? Era necessário, no desejo de se salvar o país, colocá-lo nas mãos de artistas e tirá-lo do controle das mãos “brutais, toscas, reles e rotineiras”<sup>151</sup> que até o momento vinham, sem talento, lapidando aquela jóia.

A insatisfação de Ega em relação ao país era tão generalizada que em determinados momentos, a partir da atitude de uma pessoa, ele blasfemava Portugal

<sup>147</sup> Idem, p. 166.

<sup>148</sup> Idem, ibidem.

<sup>149</sup> Idem, p. 213 - 214.

<sup>150</sup> QUEIRÓS, 2005, p. 51. v. II

<sup>151</sup> Idem, p. 178.

inteiro. Quando Matos, o responsável pelo seu *costume* para festa, ao invés de lhe arranjar uma espada artística lhe arranja um sabre da guarda municipal, Ega o chama de idiota e prefere não acreditar que aquela é a pessoa responsável pelo vestuário de todos os teatros. A partir daí já conclui: “E é tudo assim, isto é um país insensato”<sup>152</sup>.

O esporte também não escapa às críticas. Defendiam a manutenção das touradas, uma vez que Portugal não tinha outras atividades que em Inglaterra, França e Alemanha já se praticava. O próprio Afonso da Maia defende que a tourada é um esporte próprio português, sendo este o responsável pelos poucos homens de fibra e coragem que restaram na civilização moderna. O marquês ainda defendia que uma vez acabadas as touradas em Portugal, acabava-se também com a coragem portuguesa. E já que não se tinha em Portugal o *cricket*, nem o *football*, nem o *running* dos Ingleses; não se desenvolvia e praticava ginástica como já se fazia em França e não se tinha o serviço militar obrigatório, que tornava os alemães sólidos, restava ao país a tourada, como única fonte de fibra para dar-se a um homem.

Para notificar a fragilidade das práticas desportivas do país, o narrador nos conta do dia em que toda Lisboa se mobiliza em função de uma corrida de cavalos que irá acontecer. Para lá se movimenta praticamente todo grupo de amigos dos Maias. E no esporte manifesta-se toda a desorganização que Ega, Carlos, Afonso, Dâmaso, Cruges, enfim, todo um grupo de portugueses com uma imagem péssima do próprio país vem apontando em outros momentos da sociedade portuguesa. A corrida é uma vergonha. É desorganizada, não tem critérios, desenvolvem-se brigas, correrias, uma confusão generalizada. Alguns riem da situação – como Carlos, por exemplo -, acham-na pitoresca. Outros lamentam a presença dos estrangeiros que levariam dali uma imagem perversa de Portugal. O marquês, arrasado com o resultado da corrida comenta com seus amigos:

- Então, estão convencidos? Que lhes tenho eu sempre dito? Isto é um país que só suporta hortas e arraiais... Corridas, como muitas outras coisas civilizadas lá de fora, necessitam primeiro gente educada. No fundo todos nós somos fadistas! Do que gostamos é de vinhaça, e viola, e bordoadas, e viva lá seu compadre! Aí está o que é!<sup>153</sup>

<sup>152</sup> QUEIRÓS, 2005, p. 213 - 244. v. I

<sup>153</sup> Idem, p. 213 - 309.

Ao tentar contar, em alguma ocasião, para Maria Eduarda, como aconteciam as corridas de cavalos em Portugal, Carlos diverte-se muito. Começa explicando que o campo de corridas, não é propriamente um campo de corridas. Depois comenta que não há cavalos, nem jóqueis, nem apostas e nem público. Dâmaso, que a todo o momento criticou severamente Portugal, participa da conversa e muda seu discurso, uma vez que tem interesses em conquistar Eduarda. Assim sendo, repreende Carlos. Diz que as corridas de cavalos em Portugal são muito boas, praticamente iguais as que acontecem em outros países. Inclusive, durante a pesagem, comentou muito sério, falamos sempre em Inglês.

O Inglês, como língua superior para Dâmaso, é utilizado na tentativa de sedução, como se falar em português fosse relegado às pessoas que não têm classe. Além de desfazer da língua do seu país, Dâmaso mostra não ter nenhum caráter a partir do momento que começa a aceitar tudo aquilo que sempre renegou, no intuito de conquistar Maria.

Nem o hino do país é absolvido das ironias de Ega. Na própria corrida, antes de começar a prática do esporte, os atletas e a platéia, na presença de El-Rei, cantam o hino. Carlos comenta que a composição é horrorosa e pede a Ega que explique a D. Maria a sua teoria dos hinos. Ele diz que um hino é a definição pela música do caráter de um povo. Proporcionalmente ao compasso da melodia está o nível de movimento moral da nação. E fala que “a *Marselhesa* avança com uma espada nua. O *God Save the Queen* adianta-se, arrastando um manto real”<sup>154</sup>. Enquanto o de Portugal, o Hino da Carta, gingava com um casaco de abas curtas.

Em variadas situações são feitas comparações entre Portugal e alguns outros países da Europa, aqueles considerados pelos portugueses como as “civilizações superiores”. Sr. Guimarãens, por exemplo, aconselha Ega a ir a Paris. Diz que os dois sendo amigos poderia ele apresentar ao rapaz toda aquela gente. E acrescentava que lá, ao contrário de Portugal, as pessoas não tinham aqueles ares antipáticos. Em Paris, “na primeira nação do mundo, tudo era alegria e fraternidade e espírito a rodos”<sup>155</sup>.

Além do comportamento, a administração de Portugal também é comparada com a da Europa restante. Segundo Ega, tanto os portugueses quanto os outros

---

<sup>154</sup> Idem, p. 301 - 302.

<sup>155</sup> QUEIRÓS, 2005, p. 272. v. 2.

habitantes do continente tinham noção de que lá se tinha o pior governo, formado pelos piores administradores. E furioso com a mania dos portugueses estarem sempre elogiando, uns aos outros, aos talentos de seus companheiros, comenta:

Neste abençoado país todos os políticos têm *imenso talento*. A oposição confessa sempre que os ministros, que ela cobre de injúrias, têm, à parte os disparates que fazem, um *talento de primeira ordem*! Por outro lado a maioria admite que a oposição, a quem ela constantemente recrimina pelos disparates que fez, está cheia de *robustíssimos talentos*! De resto todo o mundo concorda que o país é uma choldra. E resulta portanto este fato supracômico: um país governado com *imenso talento*, que é de todos na Europa, segundo o consenso unânime, o mais estupidamente governado! Eu proponho isto, a ver: que, como os talentos sempre falham, se experimentem uma vez os imbecis!<sup>156</sup>

Ega critica até a moda, quando se refere às maneiras de Portugal. Diz que o português não tem originalidade, feitio próprio e que importa os modelos estrangeiros. Acontece, porém que, quando os coloca em uso, exagera-os, tornando-os ridículos. Falta, ao lidar com as novas tendências, o sentimento de proporção, ao mesmo tempo em que a ganância de se ser super moderno influencia no momento em que vários modelos são escolhidos para serem usados ao mesmo tempo: “exagera o modelo, deforma-o, estraga-o até a caricatura”<sup>157</sup>. Ega fala ainda da aparência das lisboetas: “Uma gente feíssima, encardida, molenga, reles, amarelada, acabrunhada!”<sup>158</sup>

Uma única situação em que Ega não representa o progresso para a nação é quando questionado pela escravatura. O rapaz “era pela escravatura” e acreditava que muitos desconfortos da vida começaram a partir do momento em que os negros foram libertados. Ele acreditava que só bem trabalhava aquele que era ameaçado pelo medo. Por isso não era mais possível ter-se escadas bem lavadas, sapatos bem envernizados, porque os empregados já não tinham receio. Alguns amigos de Ega ficam atônitos quando ele expõe suas ideias referentes à escravidão. Questionavam-se como um homem tão inteligente não acreditava no progresso? E outros chegavam a conclusão de que este era o papel de Ega: ser brilhantemente paradoxal.

Passados mais de três anos desde estas constantes reuniões entre os amigos da família dos Maias, e após fazerem viagens a lugares como a América do

<sup>156</sup> Idem, p. 202.

<sup>157</sup> Idem, p. 346.

<sup>158</sup> Idem, p. 341.

Norte, Japão e Paris, Carlos e Ega retornam a Portugal. Ao regressarem, a situação do país faz com que o revolucionário Ega continue a fazer críticas ao governo do país. Diz que a política tornara-se algo nojento física e moralmente. Defendia que o governo era manipulado por financiadores, que guiavam a política conforme suas vontades e ambições monetárias. Fala dos políticos como pessoas nojentas, sujas, com as unhas a fazer, sem maneiras. E acrescenta: “Os três ou quatro salões que em Lisboa recebem todo o mundo, seja quem for, largamente, excluem a maioria dos políticos. E por quê? Porque as *senhoras têm nojo!*”<sup>159</sup>

Essa sujeira física que Ega comenta é nítida nos discursos dos viajantes que passam ou fixam residência em Portugal. É o caso da Sarah, mulher inglesa que ajuda Maria Eduarda na criação de sua filha. Para ela o país é hediondo e tinha quase certeza que por lá adoeceria. Eduarda comenta com Carlos que Sarah acha muito calor, maus cheiros espalhados por todo lugar, uma gente imunda e que ela tinha muito medo de ser atacada nas ruas. Carlos, ao ouvir, não discorda, afinal, mesmo ele sendo português, a opinião que tinha sobre o país era a mesma.

Maria Eduarda, da mesma maneira, tinha seus problemas com a nação. Embora fosse portuguesa, tinha passado muitos anos morando fora. Quando retorna não sabe distinguir se a situação de Portugal tratava-se de simplicidade ou pobreza. Em relação a Lisboa reclamava da falta de comodidade que as casas apresentavam. Achavam-nas amontoadas, desleixadas e sem bom gosto. A decoração interna da casa fazia-a perder o apetite. E a moça nunca se conformou com a ideia de não se conseguir casas com jardins, onde a sua filha pudesse respirar melhor, correr e brincar.

Portugal para que os de lá saíram, tendo a oportunidade de conhecer novas civilizações, parece não evoluir. Carlos e, sobretudo Ega, representam uma parcela da população que conseguia enxergar os defeitos do país, colocá-los no centro das discussões e, paradoxalmente, parar por aí. Mesmo testemunhos da situação da nação, muitos portugueses ficaram presos aos seus feitos passados, vangloriando-se eternamente por conquistas pretéritas, já sem nenhum valor. Vêem aquela “herança dos avós”<sup>160</sup> - as conquistas nas grandes navegações - como prêmios eternos e não sabem o que fazer com suas colônias, suas grandes heranças. E

---

<sup>159</sup> Idem, p. 335.

<sup>160</sup> Idem, p. 255.

admitem que, se a situação tornasse a repetir, se fosse necessário desbravar novos mares, com condições precárias de navegação, não o fariam. Não teriam coragem.

E presos na memória destas grandes viagens e na conquistas que delas resultaram, é que os portugueses seguem com um olhar imperialista ante suas colônias, mesmo sabendo de todas as suas dificuldades e da sua especificidade como país colonizador. Um exemplo é o discurso de Eça, que utiliza São Tomé para explicar como os portugueses eram vistos pelos países ricos da Europa. Ainda sim, o olhar lançado para o colono é imperialista, marginalizante e segue adotando a caracterização de selvagem pra descrever os povos que continuam sendo colônias de Portugal e também os que não o são mais. O brasileiro, que consegue sua “independência” em 1822, aparece nas obras de Eça como um ser rude, grosseiro, com hábitos típicos de quem vive na selva, inculto e até mesmo perigoso. Aos olhos do português, ele não difere muito de como o próprio português surge aos olhos de estrangeiros que vêm das civilizações superiores.

Ao encontrar africanos no teatro e ainda na frisa dos Gouvarinhos, Carlos admira-se e fica a se perguntar quem seriam e por que razão estariam ali “aqueles africanos de perfil trombudo”.<sup>161</sup> Da mesma maneira, os brasileiros são referenciados de maneira pejorativa. Dâmaso, com seu fervor pelo *chic*, surpreende-se com o jeito *chic a valer* do Sr. Castro Gomes e sua madame. “Parece incrível, uns brasileiros...”.<sup>162</sup> E mesmo com toda admiração pelo requinte que comportava Castro Gomes, Dâmaso ainda o achava uma besta, um selvagem, pelo fato de não responder seus telegramas. O interesse de Dâmaso era, sem dúvida, a esposa de Castro Gomes e não a amizade do marido. Por isso quando cansado de elogiar o casal, caía novamente no discurso de que o brasileiro era um animal. Até de Maria Eduarda cansava e se queixava para Carlos. Dizia que a moça tinha comportamento estranho e desigual. Por fim os definia como uma gente muito esquisita.

A mesma visão sobre os povos colonizados era compartilhada por Sarah, a inglesa que cuidava da filha de Maria Eduarda e que odiava Portugal. Algumas vezes ela tinha vontade de carregar a menina para rua, para dar voltas ao ar fresco, mas considerava as meninas estrangeiras muito delicadas. Ao tecer tal comentário: “o labiozinho gordo da inglesa traía um desdém compassivo por estas raças

---

<sup>161</sup> QUEIRÓS, 2005, p. 136. v. I

<sup>162</sup> Idem, p. 155.

inferiores e deterioradas.”<sup>163</sup> O narrador do romance que tudo conhece da vida e até mesmo dos pensamentos das personagens, não esconde o racismo da inglesa. Para ela, não só os brasileiros, mas também os portugueses eram apontados como seres corrompidos. Retornamos aqui à visão do viajante, do estrangeiro que chega e se apavora com a visão que tem do país, que nos foi mostrada por Santos.

Maria Eduarda também não escapa de críticas. Quando se torna público o envolvimento de Carlos com ela, e, ainda supõem a moça de naturalidade brasileira, o rapaz começa a lidar com o tom de preconceito que as pessoas lhe perguntam sobre a Eduarda. Contudo, depois de terem sua verdadeira identidade confessada chegavam a caracterizá-la como uma mulher muito interessante, porém “com um passado cheio de brasileiros e irlandeses...”<sup>164</sup>.

Para os portugueses, o domínio que exerciam em seus rudes colonos era motivo de cobiça para outros países. Ao conversarem sobre um livro de um inglês, o major Bratt, que atravessava a África dizendo coisas desgostosas sobre Portugal, o conde declara a seu amigo Carlos que vira no livro só inveja, “a inveja que nos têm todas as nações por causa da importância de nossas colônias e da nossa vasta influência na África”.<sup>165</sup> E acrescentava que tinha alguma noção de sistemas coloniais e que a África era uma das colônias mais suscetíveis de riqueza, mais crente no progresso e mais liberal do momento. Ega escutava a conversa silencioso até que resolve, alegremente, dar sua opinião:

Por que não se deixaria o preto sossegado, na calma posse dos seus manipansos? Que mal fazia à ordem das coisas que houvesse selvagens? Pelo contrário, davam ao universo uma deliciosa quantidade de pitoresco! Com a mania francesa e burguesa de reduzir todas as regiões e todas as raças ao mesmo tipo de civilização, o mundo ia tornar-se duma monotonia abominável. Dentro em breve um *touriste* faria enormes sacrifícios, despesas sem fim, para ir a Tombuctu – para quê? – Para encontrar lá pretos de chapéus alto, a ler o *Jornal dos Debates*.<sup>166</sup>

Ao debater com Carlos sobre a questão da moda em Portugal, Ega mais uma vez faz referência aos negros de São Tomé. Quando Carlos comenta que o português exagera em suas vestimentas para parecer “ultramoderno”, Ega diz que o mesmo acontece com os “pretos corrompidos de São Tomé, que vêem os Europeus

<sup>163</sup> Idem, p. 250.

<sup>164</sup> QUEIRÓS, 2005, p. 278. v. II

<sup>165</sup> Idem, p. 57.

<sup>166</sup> Idem, ibidem.



de lunetas – e imaginam que nisto consiste ser civilizado e branco”. E acrescenta preconceituosamente: “E assim andam pela cidade, de tanga, de nariz no ar, aos tropeções, no desesperado e angustioso esforço de equilibrarem todos esses vidros – para serem imensamente civilizados e imensamente brancos”.<sup>167</sup>

Segundo Boaventura de Sousa Santos, essa caracterização dada aos colonos surge da necessidade que o português tinha de dele se diferenciar. Por isso o rebaixa, humilha, tornando-o o ser mais inferior possível. E esse rebaixamento existe no sentido de diferenciação: descobridor versus descoberto. O descobridor é inteligente, o descoberto mal chega a ser caracterizado como humano. Concluímos, por tal diferenciação, que somente um ser superior seria capaz de descobrir, através de sua inteligência, outros povos menos dotados de sabedoria, capazes de serem subjogados.

Ao mesmo tempo em que fazem essa atribuição de seres inferiores aos colonos – parecendo esquecer a inferioridade deles quando comparados a outras civilizações – acreditam que todo progresso que por ventura alguma colônia obteve é mérito do trabalho do português. Gouvarinho menciona algumas melhorias que deveriam ser feitas em Luanda, por exemplo. Aqui aparece bem a imagem do colonizador com sua ideia de ter realizado grandes feitos, ajudado muita gente.

Nas colônias todas as coisas belas, todas as coisas grandes estão feitas. Libertaram-se já os escravos; deu-se-lhe já uma suficiente noção da moral cristã; organizaram-se já os serviços aduaneiros... Enfim, o melhor está feito. Em todo o caso há ainda detalhes interessantes a terminar... Por exemplo, em Luanda... Menciono isto apenas como um pormenor, um retoque mais de progresso a dar. Em Luanda precisava-se bem um teatro normal, como elemento civilizador!<sup>168</sup>

Para o crítico Edward Said, é inerente ao discurso colonial a ideia de que sem o colonizador o colonizado jamais progrediria. Cabia ao descobridor a responsabilidade civilizatória, uma vez que sozinhos os descobertos nada seriam. É mérito do colonizador a independência de cada colônia que por si mesma jamais chegaria a tal grau de evolução. Quando discute sobre a re-análise feita pelo Ocidente em relação ao processo de descolonização, ele remete a tal avaliação da seguinte maneira: “não é verdade que ‘nós’ demos a ‘eles’ o progresso e a modernização? Não lhes proporcionamos ordem e uma espécie de estabilidade que,

---

<sup>167</sup> Idem, p. 347.

<sup>168</sup> Idem, p. 203.

desde então, eles foram incapazes de proporcionar a si mesmos?”<sup>169</sup> A mesma concepção tem o português, que se preocupa com alguns reparos que faltavam serem feitos em Luanda e é capaz de se admirar caso não o idolatremos.

E, ao mesmo tempo em que surge o espaço na narração para que os colonizadores se vangloriem por serem responsáveis pelo avanço de suas colônias, a voz do colonizado é novamente silenciada. Toda impressão que temos no romance, de africanos ou até mesmo brasileiros, surge a partir de uma construção portuguesa e através de falas de portugueses. Esta é mais uma das reivindicações do crítico Said, que propõe uma releitura dos textos canônicos para se tentar dar voz ao que foi calado durante uma escrita encaixada nos moldes imperialistas. Tal resgate poderia abalar cânones, uma vez que uma nova forma de análise tomaria forma.

O português Eça de Queirós mostra suas personagens portuguesas que vão ao encontro do pensamento imperialista, mesmo que o imperialismo português não estivesse nos moldes de um imperialismo padrão.

Apesar de terem sérios problemas com a própria nação, seu governo, sua economia, seus jornais e revistas, suas críticas artísticas, seus hábitos e costumes, suas práticas desportivas, sua religião, seu exército e até mesmo seus padrões de beleza, e, principalmente, estarem cientes da dificuldade que tinham na manutenção de seus territórios e a necessidade de ajuda estrangeira, eles, ainda assim, construíam discursos imperialistas sobre suas colônias.

É nítido, a partir da análise deste romance específico, que Portugal praticamente não se considera um país europeu, por ser tão diferente dos outros componentes da Europa. Os portugueses mais esclarecidos têm a consciência da necessidade de ajuda em seus problemas políticos e econômicos. Toda essa representação que fazem de seus colonos, portanto, talvez nasça do medo que têm em serem confundidos ou de alguma maneira absorvidos pela cultura de suas colônias. A descrição humilhante desses povos surge para mostrar dois extremos: um composto pelas civilizações superiores e outro composto por seres quase não humanos, de tão brutos. Portugal estaria no meio, tendo a consciência de não participar do primeiro grupo e pavor de ser incluído no segundo.

---

<sup>169</sup> SAID, 2005, p. 54.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Naturalmente, para quem tem um passado colonial, o tema imperial é determinante em sua formação, e ele irá atraí-lo, se você por acaso também for um crítico dedicado da literatura européia. Um estudioso africano ou indiano da literatura inglesa lê Kim, digamos, ou *Heart of darkness* [O coração das trevas] com uma premência crítica que não é sentida da mesma forma por um americano ou inglês.<sup>170</sup>

Esta passagem da obra de Said - base principal para a análise realizada nesta dissertação - serve de elo para que se conclua este trabalho, no qual um passado colonial e uma curiosidade de aplicação das teorias do crítico a tal realidade foram as molas propulsoras de desenvolvimento dos estudos realizados. A busca, nas obras de Eça de Queirós, da imagem dos colonos e ex-colonos portugueses, não só valida as teorias do crítico Edward Said, como também abre um leque de curiosidades acerca do imperialismo português e as especificidades deste colonizador. Muito embora saibamos que Said baseia todo seu estudo num colonialismo menos remoto e no binário Ocidente *versus* Oriente, sua tese aplica-se ao imperialismo como atividade dominadora em qualquer momento da história mundial.

A mudança de perspectiva - inspirada nos textos do teórico inglês - dada ao estudo de textos sacramentados na história da literatura, faz com que surjam novos direcionamentos de âmbito analítico em textos de grande alcance de público, como os de Eça de Queirós. Tais redirecionamentos não só dão espaço a análises ainda não difundidas, como também servem para ratificar a importância dessas narrativas no âmbito literário. A intenção do estudo é de, através da teoria da literatura, isto é, através do estudo da personagem, fazer uma remodelagem nos estudos literários que busque, além da teoria da literatura, os aspectos sociais e políticos, as relações de poder contidas nas entrelinhas.

No caso desta pesquisa, vê-se que o descontentamento do escritor português com seu país abre espaço para uma série de discussões que são fundamentais para o mapeamento do comportamento dos portugueses e de suas relações com países da Europa e seus territórios colonizados. Tal rastreamento nos permite um melhor

---

<sup>170</sup> SAID, 1995, p. 103.

entendimento do passado e dos reflexos que o imperialismo e o colonialismo deixaram, não só na nossa história, como também na literatura, por isso a relevância de se resgatar um texto do século XIX para analisar a relação entre colonizador e colonizado.

Existem debates hoje, em países em desenvolvimento, onde as opiniões aparecem divididas acerca dos benefícios e malefícios dessas duas grandes empresas. Há quem acredite que os países subjugados devam ser eternamente gratos à força colonizadora que os propulsou para uma vida mais digna. Ao mesmo tempo, existem os que defendem que a miséria, que a maioria desses países enfrenta hoje, é consequência direta da ação dominadora. A literatura cumpre, neste tipo de discussão, seu papel social, a partir do momento que abre espaço para a reciclagem de ideias relacionadas ao nosso passado e presente, através da leitura. Cumpre seu desígnio, uma vez que, conforme Candido:

Produz sobre os indivíduos um efeito prático, modificando a sua conduta e concepção de mundo, ou reforçando neles o sentimento dos valores sociais. Isto decorre da própria natureza da obra e independe do grau de consciência que possam ter a respeito os artistas e os receptores da arte.  
171

Temos, nas obras ficcionais exploradas, um manancial de pesquisa relevante, uma vez que podemos investigar a identidade do público específico português que, de alguma maneira, entra em contato com suas colônias e que, saindo de Portugal, tem oportunidade de, através de seu contato com outros lugares, fazer uma comparação de seu país com o restante da Europa.

A partir de uma busca inicial da representação do colono nas obras de Eça surge, com os textos analisados e com a teoria estudada, um elo de visões que não podem ser ignoradas. O retrato do colono, feito pelo português, só tem sentido quando entendemos a visão acerca dele mesmo e dele em relação ao resto das potências imperialistas.

Neste estudo, buscou-se toda a presença imperial nos textos de Eça e, a partir do silêncio conotado ao colono, as interpretações resultantes da caracterização que o autor português confere às personagens. O silêncio presente nada mais é do que a maneira encontrada pelo colonizador de, através tão somente de sua opinião, conferir aos brasileiros e africanos a imagem selvagem da qual o

---

<sup>171</sup> CANDIDO, 2006, p. 30.

português tenta se afastar. Através do exagero conferido a essa selvageria e da falta de defesa das personagens, uma vez que os colonos não têm voz, surge a oportunidade do português se distanciar daquela imagem que os estrangeiros fazem dele e que não o agrada.

Com este tipo de estudo, lançamos as bases para análises futuras no que concerne as vozes silenciadas pela crítica literária, buscando, nas narrativas canônicas, vozes de personagens que, mesmo presentes no romance, parecem estar despercebidas no âmbito da análise literária.

Dessa maneira, tornar-se-ia possível um questionamento à maneira de encarar o cânone literário, a história da literatura, uma vez que emergiriam interesses novos de análise. Em seu texto, Said menciona o esquecimento dos caribenhos e indianos na obra de Austen e argumenta que uma releitura deve ser feita, de maneira que estas personagens relegadas sejam agora reconhecidas. Ou, que o silenciamento que o autor decretou a estas personagens seja identificado. Este mesmo silenciamento, que está contido na obra queirosiana, deve ser procurado em outros romances europeus, a partir do momento que algumas colônias e colonos se façam presentes nestas obras.

Devemos, pois, ler os grandes textos canônicos, e talvez também todo o arquivo da cultura européia e americana pré-moderna, esforçando-nos por extrair, estender, enfatizar e dar voz ao que está calado, ou marginalmente presente ou ideologicamente representado em tais obras. (...) Ao ler um texto, devemos abri-lo tanto para o que está contido quanto para o que foi excluído pelo autor.<sup>172</sup>

Encarar romances do século XIX sob essa nova perspectiva resultaria em uma revisão de conceitos e análises cristalizadas no que concerne à obra de Eça de Queirós. Como o crítico mesmo menciona:

Uma de minhas razões para escrever esse livro é mostrar (...) quão importante e enriquecedora é, para o crítico, a atenção a esse assunto, não só por razões políticas óbvias, mas também porque, conforme venho argumentando, esse tipo específico de atenção permite ao leitor interpretar as obras canônicas dos séculos XIX e XX com um comprometimento e um interesse novos.<sup>173</sup>

---

<sup>172</sup> SAID, 2005, p. 104-105.

<sup>173</sup> Idem, p. 106.

Assim sendo, surge a oportunidade de estudar textos, mesmo sendo esses tradicionais e bem explorados no cânone ocidental, através de uma nova perspectiva e aplicando a eles preocupações teóricas correntes. As narrativas cumprem o papel de fonte de pesquisas acerca da identidade dos portugueses, sua auto-representação e o espaço, dado ou não, àqueles povos que estavam sujeitos às suas ordens, mesmo que estas emergissem de outros países da Europa.

A análise de *O primo Basílio* e de *Os Maias*, por meio deste novo recorte, reafirma a importância do escritor português Eça de Queirós no cânone europeu e mostra a abundância e riqueza de temáticas a serem estudadas em seus romances. Além da beleza artística de seu texto, e de sua capacidade de descrição fiel da sociedade em que estava inserido, ainda temos, ao ler sua obra, a chance de colocarmos em prática a função social da literatura, através da reflexão acerca de nossas concepções de mundo.

## REFERÊNCIAS

BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BOXER, C. R. **O império colonial português (1415- 1825)**. Trad. Inês Silva Duarte. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1969.

CANDIDO, A. **Literatura e sociedade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

FURASTÉ, P. A. **Normas técnicas para o trabalho científico: elaboração e formatação**. Explicitação das normas da ABNT. 14. ed. Porto Alegre: s.n., 2005.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GEERTZ, C. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Trad. Vera Mello Joscelyne. 10. Ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Org. Liv Sovik. Trad. Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

LIMA, M. A. **Introdução: a trajetória atribulada de Os Maias**. In: QUEIRÓS, J. M. E. de. **Os Maias**. 2 vol. Porto Alegre: L & PM, 2005. p. 7-11.

MÓNICA, M. F. **Eça: vida e obra de Maria José Eça de Queirós**. Rio de Janeiro, Record, 2001.

ORTIGÃO, R.; QUEIRÓS, M. J. E. De. **As farpas: chronica mensal da politica das letras e dos costumes**. Lisboa: Typ. Universal, 1871. s. 4, n. 3. Disponível em: <[http://purl.pt/256/1/pp-7311-p\\_1871/pp-7311-p\\_1871\\_item1/index.html](http://purl.pt/256/1/pp-7311-p_1871/pp-7311-p_1871_item1/index.html)>. Acesso em: 25. jan. 2009.

PLUMB, J. H. Introdução. In: BOXER, C. R. **O império colonial português (1415-1825)**. Trad. Inês Silva Duarte. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1969. p. 17-23.

QUEIRÓS, J. M. E. de. **O primo Basílio**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

QUEIRÓS, J. M. E. de. **Os Maias**. 2 vol. Porto Alegre: L & PM, 2005.

QUENTAL, A. **Causas da Decadência dos Povos Peninsulares**. Discurso proferido por Antero de Quental, numa sala do Casino Lisboense, em Lisboa, no dia 27 de maio de 1871, durante a 1ª sessão das Conferências Democráticas. Disponível em: <[http://www.arqnet.pt/portal/discursos/maio\\_julho01.html](http://www.arqnet.pt/portal/discursos/maio_julho01.html)>. Acesso em: 12. fev. 2009.

SAID, E. W. **Cultura e imperialismo**. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SAID, E. W. **Orientalismo**: o oriente como invenção do ocidente. Trad. Rosaura Einchenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTOS, B. de S. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SIMÕES, J. G. **Eça de Queirós**: o homem e o artista. Rio de Janeiro: Dois Mundos Editora LDA, 1945.

SILVA, T. T. da. **Documentos de identidade** – uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

VIDAL, L.; SILVA, A. L. O sistema de objetos nas sociedades indígenas: arte e cultura material. In: SILVA, A. L.; GRUPIONI, L. D. B. **A temática indígena na escola**: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC/MARE/UNESCO, 1995.